

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ROSANGELA DOS SANTOS CASTRO

**ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA ESCOLA
ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO - ITACOATIARA/AM**

JUIZ DE FORA
2017

ROSANGELA DOS SANTOS CASTRO

**ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA ESCOLA
ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO - ITACOATIARA/AM**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a defesa do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Alviano Júnior

JUIZ DE FORA

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo (a) autor(a)

Castro, Rosângela dos Santos Castro.

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO – ITACOATIARA/AM / Rosângela dos Santos Castro. -- 2017. 150 p.

Orientador: Wilson Alviano Júnior Alviano Júnior

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2017.

1. Distorção idade-ano. 2. Projeto Avançar. 3. Fluxo Escolar. I. Alviano Júnior, Wilson Alviano Júnior, orient. II. Título.

ROSÂNGELA DOS SANTOS CASTRO

**ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA ESCOLA ESTADUAL
AUGUSTO MONTENEGRO - ITACOATIARA/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 27/11/2017.



Prof. Dr. Wilson Alviano Júnior (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. André Bocchetti
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Pedro Paulo Araujo Maneschy
Universidade Federal do Pará

AGRADECIMENTOS

Desafio tão grande quanto escrever essa dissertação foi utilizar poucas palavras para agradecer às pessoas que fizeram parte dessa minha trajetória de dois anos cursando o mestrado, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A DEUS, por ter me dado a fé de que seria uma vencedora, em meio às transgressões que sofri no decorrer desses dois anos.

Ao Governo do Estado do Amazonas, por me proporcionar esse momento único de participar desse curso de mestrado profissional.

Aos meus maiores tesouros que Deus me deu, meus filhos, Gustavo C. Marques, Luriam dos S. Dinelly e Ana Caroline dos S. Castro e netos, Arthur Dinelly Reis e João Lucas Marques. Sempre que estava triste, ao achar que eu não conseguiria chegar ao fim, meus pensamentos se voltavam a eles, como se fossem o meu bálsamo de ânimo.

Ao meu esposo Elivan Felipe Farias que, mesmo do seu jeitinho estranho, entendeu as minhas ausências, nos momentos em que tive que me ausentar para estudar.

Em especial, ao meu orientador, Professor Doutor Wilson Alviano, por acreditar no meu potencial e ter me escolhido para me conduzir nessa dissertação.

Em especial, ao meu suporte acadêmico, Professor Doutor Vitor Figueiredo, que nunca me deixou sem respostas nos meus questionamentos, e que sempre me fez acreditar na minha capacidade de enfrentar os desafios encontrados no decorrer dessa dissertação.

A todos os profissionais da educação, que participaram dos momentos de entrevistas, com muita boa vontade em me ajudar.

À minha cunhada Maria Elzineide Farias, que sempre esteve ao meu lado, nos momentos bons e ruins, sempre dizendo: “você é capaz”.

À Vera Lucia Silva, que sempre deixava o que estava fazendo para me ajudar no que eu precisava.

À minha querida sobrinha, Natana dos Santos Castro, que sempre esteve ao meu lado nos momentos que precisei de auxílio.

À minha cara colega Simone de Souza Lima, que sempre tirava às minhas dúvidas, dando soluções.

À Coordenadoria Regional de Itacoatiara, em nome do professor Mestre Reinaldo dos Santos Souza, pelo apoio dispensado.

Aos meus familiares, tanto da família Castro como da Família Farias, que sempre estiveram ao meu lado, sendo o meu suporte nos momentos alegres e tristes.

Aos meus amigos, que sempre me incentivaram a nunca desistir.

À minha querida amiga Meiry Jane Rattes, pessoa alegre e de bom coração, amigas para sempre!

Aos meus colegas de mestrado, amigos que conquistei ao longo desses anos. Sempre vou tê-los dentro do meu coração.

A todos: meu muito obrigada, com louvor!

RESUMO

A presente pesquisa foi realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão discute problemas de implementação de um programa de correção de fluxo escolar, chamado “Projeto Avançar (PA)”. O foco do estudo é uma escola da rede estadual, localizada no município de Itacoatiara/AM. Neste sentido, a pergunta norteadora desse caso de gestão é: “Quais ações podem ser tomadas pela gestão escolar para minimizar as dificuldades encontradas na implementação do Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro?”. A hipótese ora defendida é a de que as dificuldades, com relação ao Projeto Avançar, indicam falhas na implementação da política pública, que podem estar associadas à falta de melhor conhecimento e capacitação acerca da iniciativa, por parte dos responsáveis da Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara, e pelos atores escolares (gestores e professores), que tentam empreender o Projeto. Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral: identificar os problemas enfrentados pela Escola Estadual Augusto Montenegro na implementação do PA e propor ações para minimizar os problemas encontrados. Os objetivos específicos definidos foram: i) descrever como ocorre a implementação do Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro; ii) analisar os problemas detectados na implementação do Projeto Avançar na referida escola; e, por fim, iii) propor um Plano de Ação Escolar (PAE), que contribua para o desenvolvimento do Projeto Avançar na escola analisada. Para tanto, optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo. Como instrumentos de pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com o Coordenador Regional de Educação de Itacoatiara (CREI), com a Coordenadora Adjunta da CREI, com a Gestora, com a Pedagoga da instituição de ensino e com os professores do Projeto. Para realizar as análises, o estudo foi organizado em três eixos: i) acompanhamento pedagógico na implementação do PA, ii) formação continuada dos professores do PA e, por fim, iii) a falta do livro didático. Foram utilizadas as reflexões de pesquisadores como: Mainardes (2006), que estuda a implementação de políticas públicas; Condé (2012), que aborda as políticas públicas inseridas no âmbito educacional; e Lück (2004), que reflete sobre a operacionalização dos Programas de Correção de Fluxo Escolar no Brasil.

Palavras-Chave: Fluxo Escolar. Distorção idade-ano. Projeto Avançar. Amazonas.

ABSTRACT

The following research is developed in the range of the Professional Master degree in Education Management and Evaluation of the Center of Public Policies and Evaluation of Education of the Federal University of Juiz de Fora (CAED/UFJF). The case of management in study discusses problems of implementing a school flow correction program, called "Move Forward Project (MFP, Projeto Avançar in Portuguese)". The focus of the study is a state school, located in the municipality of Itacoatiara, Amazonas. In this sense, the guiding question of this management case is: "What actions can be taken by the school management to minimize the difficulties encountered in implementing the Move Forward Project at the Augusto Montenegro State School?". The hypothesis defended here is that the difficulties regarding the Move Forward Project indicate failures in the implementation of the public policy, which may be associated with a lack of knowledge and professional training regarding the project by those in charge of the Regional Education Coordination of Itacoatiara, and by the school staff (managers and teachers), who try to undertake the Project. Therefore, this research has as a global objective to identify the problems faced by the State School Augusto Montenegro in the implementation of the MFP and suggest actions to minimize the problems encountered. The specific objectives defined were: i) to describe how the implementation of the Move Forward Project occurs in the State School Augusto Montenegro; ii) analyze the problems detected in the implementation of the Project in said school; and, finally, iii) to propose a School Action Plan (SAP), which contributes to the development of the Project in the school analyzed. For this purpose, a qualitative research was chosen. As field research instruments, interviews were conducted with the Regional Coordinator of Education of Itacoatiara (CREI, in Portuguese), with the Adjunct Coordinator of CREI, with a Manager, with the Pedagogue of the educational institution and with the teachers of the Project. To perform the analysis, the study was organized in three aspects: i) pedagogical follow-up in the implementation of the MFP, ii) continuous professional training of the MFP teachers, and iii) the lack of the textbook. We used the academical thoughts of researchers such as: Manairdes (2006), which studies the implementation of public policies; Condé (2012), which addresses the public policies inserted in the educational scope; and Lück (2004), which reflects on the operationalization of the School Flow Correction Programs in Brazil.

Key words: School Flow. Distortion age-year. Projeto Avançar. Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma das instituições, no encaminhamento da solicitação da formação continuada	90
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distorção Idade-ano no Amazonas (2007 a 2016).....	31
Gráfico 2 -	Rendimento escolar da Coordenadoria de Itacoatiara no Ensino Fundamental I Anos Iniciais (2014 a 2016)	42
Gráfico 3 -	Rendimento escolar da Coordenadoria de Itacoatiara do 6º ao 9º do ano Ensino Fundamental anos finais (2014 a 2016)	43
Gráfico 4 -	Rendimento escolar dos alunos do Projeto Avançar do município de Itacoatiara, fases 3 e 4 (2014 a 2016).....	45
Gráfico 5 -	Distorção Idade-Ano na Escola Estadual Augusto Montenegro (2013 a 2016)	53
Gráfico 6 -	Rendimento dos Alunos da fase 4, conforme os conceitos NAV, AV, AVM, nos anos 2013,2015 e 2016.	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Procedimentos adotados para a organização dos alunos nas classes do Projeto Avançar: fases 1 e 2, 3 e 4	33
Quadro 2 -	Grade Curricular do Projeto Avançar fases 3 e 4	34
Quadro 3 -	Organização dos conceitos do PA Fases 1 e 2	38
Quadro 4 -	Classificação e registro do rendimento escolar (Fases 3 e 4)	38
Quadro 5 -	Livros utilizados pelo Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro, por componente curricular (2013-2016)	61
Quadro 6 –	Proposta de ações para melhor implementação do Projeto Avançar– Plano de Ação Educacional (PAE)	108
Quadro 7 -	Proposta do PAE para a criação de um espaço sistematizado, na gerência da SEDUC	110
Quadro 8 -	Proposta de formação continuada a gestores, pedagogos e professores	112
Quadro 9 -	Planejamento dos assuntos a serem abordados na formação continuada	114
Quadro 10 -	Proposta de reuniões bimestrais com os professores da EEAM	115
Quadro 11 -	Seminário anual do Projeto Avançar	116
Quadro 12 -	Planejamento dos assuntos a serem abordados no seminário anual do PA	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Distorção Idade-ano, Brasil (2010-2016)	27
Tabela 2 - Aprovação, Reprovação e Abandono na Educação Básica do Amazonas (2006)	30
Tabela 3 - Quantidade de avaliações aplicada por Componente Curricular no Projeto Avançar (Fases 3 e 4)	37
Tabela 4 - Quantitativo de turmas e alunos do Projeto Avança (2013 a 2016)	44
Tabela 5 - Organização do Projeto Avançar nas escolas estaduais de Itacoatiara, por fases, turmas e quantidade de alunos (2016)	44
Tabela 6 - Distribuição de alunos na Escola Estadual Augusto Montenegro, por ano escolar e turno (2016)	47
Tabela 7 - Alocações dos professores da Escola Estadual Augusto Montenegro (2016)	48
Tabela 8 - Distribuição do componente curricular, formação do corpo docente e experiência na atuação com o Projeto Avançar (2016)	49
Tabela 9 - Professores que participaram de cursos de formação para o Ensino Regular e do Projeto Avançar (2013-2015 e 2016)	57
Tabela 10 - Percentual de Distorção Idade-Ano das escolas da rede estadual do Ensino Fundamental, anos finais (2010-2013)	74

LISTA DE ABREVIATURAS

AVM	Avançou muito
AV	Avançou
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CENTEC	Centro de Ensino Técnico
CEPAN	Centro de Formação Padre José de Anchieta
CREI	Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara
DEPPE	Departamento de Políticas e Programas Educacionais
EEAM	Escola Estadual Augusto Montenegro
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas
FECC	Festival do Elemento da Cultura Corporal
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
GENF	Gerência de Ensino Fundamental
HTP	Horário de Tempo Pedagógico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NAV	Não avançou
PA	Projeto Avançar
PAE	Plano de Ação Educacional
PADEAM	Plano de Aceleração do Desenvolvimento da Educação Amazonas
PCE	Programa Ciência na Escola
PCPAV	Proposta Curricular do Projeto Avançar
PEE	Plano Estadual de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico

SEDUC	Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino
SIGEAM	Sistema de Integração de Gestão Educacional do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
 1 DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO	23
1.1 AS POLÍTICAS DE CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR NO BRASIL	23
1.2 CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO AMAZONAS: PROJETO AVANÇAR	28
1.3 PROJETO AVANÇAR NA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ITACOATIARA	40
1.4 Implementação do Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro.....	46
1.4.1 Importância do acompanhamento pedagógico nas turmas do Projeto Avançar	55
1.4.2 Formação continuada dos professores	57
1.4.3 Livro didático.....	59
2 ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO.....	65
2.1 REFERENCIAL TEÓRICO	65
2.2 PERCURSO METODOLÓGICO E INSTRUMENTOS DE PESQUISA DE CAMPO	70
2.3 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO	72
2.3.1 Processo de Implementação do Projeto Avançar	73
2.3.2 Proposta curricular e o livro didático	83
2.3.3 Formação continuada para professores	88
2.3.4 Importância do Pedagogo no Projeto Avançar.....	96
2.3.5 Análise conclusiva	104
 3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	106
3.1 AÇÕES PROPOSTAS PARA O MELHOR DESEMPENHO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PA	106
3.2 IMPLANTAÇÃO DE UMA EQUIPE GERENCIAL DO PROJETO AVANÇAR, ESPECIFICAMENTE DENTRO DA SEDUC	109

3.3 FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES, PEDAGOGOS E GESTORES NO INÍCIO DO ANO.....	111
3.3.1 Reuniões bimestrais especificamente com os professores do PA.	114
3.3.2 Seminário Anual do Projeto Avançar.	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	121
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DA CREI.....	127
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A COORDENADORA	129
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A GESTORA ESCOLAR	131
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PEDAGOGA	133
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES.....	135
APÊNDICE F - QUESTÕES PARA COMPLEMENTAÇÃO DE ENTREVISTA	137
ANEXO A	142
ANEXO B	144
ANEXO C	148

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC), no ano de 2005, instituiu o Projeto Avançar (PA), com o objetivo de reverter um dos quadros mais graves da educação estadual, a distorção idade-ano. Conforme Saraiva, a distorção idade-ano é a condição que se encontra o aluno que está cursando uma série com uma idade superior à que seria recomendada ou prevista pela legislação e pelos sistemas de ensino. Esta situação também é designada, na literatura acadêmica, como distorção idade-série, defasagem idade-série ou defasagem escolar (SARAIVA, 2010).

A distorção idade-série é considerada um dos maiores problemas do ensino fundamental brasileiro, e é caracterizada quando a diferença entre a idade do aluno e a prevista para a série é de dois anos ou mais (ANDRADE, 2015). De acordo com informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2013, 36,8% dos alunos do Amazonas, do 6º ao 9º ano, se encontravam no quadro de distorção idade-ano. Em 2015, esse índice ainda permaneceu elevado, tendo sido registrados 32,5% dos alunos, nos anos finais, em distorção. Por fim, no ano de 2016, embora tenha sido registrada uma redução, o índice ficou em 29,6% (INEP, 2017).

No município de Itacoatiara, cidade amazonense em que se encontra a escola alvo do caso de gestão, os índices de distorção escolar são bastantes elevados. Segundo dados do INEP, no ano 2013, o índice de distorção idade-ano, dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), nas escolas do município, foi de 28,1%. No ano de 2015, foi registrado o índice de 27,5%, número que permaneceu inalterado em 2016 (INEP, 2017).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Itacoatiara é o terceiro município mais populoso do estado do Amazonas, estando ele localizado no extremo norte do país, às margens do Rio Amazonas. O município possui cerca de 98.503 habitantes e está a 270 km de Manaus (IBGE, 2016). Em termos educacionais, Itacoatiara possui 15 escolas da rede estadual, 17 da rede municipal e 6 escolas da rede privada. Juntas, estas redes atendem o ensino fundamental e médio do município. Uma das instituições estaduais presentes em Itacoatiara e que é o foco de nossas análises é a Escola Estadual Augusto Montenegro (EEAM), instituição que aqui é tratada com um nome fictício, para

preservar a identidade dos sujeitos envolvidos com o caso de gestão analisado. Esta instituição de ensino, no ano de 2013, registrou 41,7% dos alunos com defasagem idade-ano (AMAZONAS, 2013), um percentual alto, inclusive para a realidade do sistema de ensino amazonense. Mediante tal número, no ano de 2013, o PA foi implementado na Escola Estadual Augusto Montenegro, como tentativa de corrigir a distorção idade-ano.

O Projeto Avançar é um programa estadual de correção de fluxo escolar, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96¹ (BRASIL, 1996), e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998). A iniciativa é destinada a alunos do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e visa oferecer um ensino que atenda aos jovens com distorção idade-ano do estado do Amazonas.

Conforme anteriormente mencionado, a implementação do Projeto Avançar, na Escola Augusto Montenegro teve início em 2013, com a criação de 5 turmas: duas no período matutino e três no vespertino. Na ocasião, as turmas atenderam a 131 discentes. Com base nos resultados do Projeto Avançar, apurados em boletins e atas finais de resultado do ano de 2013 – fornecidos pela secretária da EEAM –, não houve a necessidade de se formar turmas do PA no ano de 2014, uma vez que os alunos progrediram e puderam ser realocados nas turmas do ensino regular. Entretanto, no ano de 2015, foram formadas três turmas para atender a 82 alunos; e, em 2016, foi formada apenas uma classe, com 28 discentes.

Vale ressaltar que o interesse em desenvolver esta pesquisa partiu de minha experiência profissional, como professora titular da disciplina de Ciências Naturais, área na qual sou graduada desde o ano de 2003 pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Essa disciplina na EEAM está sob minha responsabilidade desde 2007, mas somente em 2013 e em 2015 esse componente curricular foi ministrado por mim em turmas do PA. Nestes anos, diversas dificuldades foram encontradas nos momentos de atuação em sala de aula, tanto por mim, quanto por outros professores do Projeto. Constatou-se, por exemplo, a prevalência de docentes que trabalhavam com diferentes práticas pedagógicas, devido à ausência

¹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, Lei n.9.394, em seu artigo 24, inciso V, discorre, em suas alíneas b e c, sobre a correção da distorção idade-ano do seguinte modo: “[...] b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar, bem como; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, mediante verificação do aprendizado; [...]” (BRASIL, 1996).

de orientação específica, que fosse ao encontro das especificidades do Projeto, e de outras dificuldades vivenciadas pelos profissionais envolvidos com o PA. Diante disto, elencamos alguns dos problemas identificados pelos professores que dificultaram o bom andamento de suas práticas em sala de aula.

Acompanhamento pedagógico das turmas do PA. Essa tarefa requer, do profissional responsável por ela, um processo de formação que dê suporte à sua prática pedagógica, preparando-o para orientar os professores. Neste enfoque, a proposta do PA prevê orientações específicas e diferenciadas por parte desse profissional aos professores. No entanto, por diversos fatores, esse suporte nem sempre ocorreu. Entretanto, o acompanhamento pedagógico é importante para que a implementação da política de correção de fluxo se efetive, com sucesso, no ambiente escolar. Diante disso, acredita-se que o papel do pedagogo nesse processo é relevante, visto que a sua prática, atrelada às proposições da política educacional, podem viabilizar, aos professores, melhor conhecimento desta política, bem como a adesão a metodologias diferenciadas e pertinentes aos objetivos do programa de correção de fluxo.

Formação continuada para os professores do PA. A proposta Curricular do Projeto Avançar não contempla a oferta de formação continuada aos professores atuantes no PA. Entretanto, no decorrer dos anos de 2013, 2015 e 2016, diante das dúvidas enfrentadas pelo corpo pedagógico em atuação no PA, surgiu a necessidade de alguma iniciativa de formação, embora a proposta pedagógica do PA não proponha, em seu texto político, tais formações, assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da CREI-ITA. A existência de iniciativas de formação poderia proporcionar melhor preparo aos professores no que se refere à práxis pedagógicas necessárias ao empreendimento do Projeto em uma sala de aula.

Falta do livro didático. De acordo com o que está previsto na proposta curricular do PA, cada componente curricular deveria ter o seu livro didático específico. Entretanto, nos anos de 2013, 2015 e 2016, nenhum volume foi entregue aos alunos, ou seja, os livros usados pelos discentes eram os mesmos empregados no ensino regular. Segundo relatos da gestora da EEAM, os livros foram solicitados, mas a escola nunca os recebeu da SEDUC – órgão responsável pela distribuição desses materiais. Dentre outros recursos pedagógicos, os livros didáticos, nas turmas do PA, podem contribuir para o processo de aceleração da aprendizagem,

pois neles há a seleção dos conteúdos, de acordo com as especificidades de cada componente proposto na Matriz Curricular do Projeto Avançar.

A partir dos problemas apresentados, a pergunta norteadora definida para este estudo foi: “Quais ações podem ser tomadas pela gestão escolar para minimizar as dificuldades encontradas na implementação do Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro?”. Apesar de o PA ter sido implementado ao longo de 2013, 2015 e 2016, ainda há dificuldades em relação à sua operacionalização. Portanto, a hipótese ora defendida é a de que as dificuldades, com relação ao Projeto Avançar, indicam falhas na implementação da Política Pública que podem estar associadas tanto à falta de melhor conhecimento e capacitação, acerca da iniciativa, por parte dos responsáveis da Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara, como pelos atores escolares (gestor, pedagogo e professores), que tentam empreender o Projeto. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo geral: identificar os problemas enfrentados pela Escola Estadual Augusto Montenegro na implementação do PA e propor ações para minimizar as questões encontradas. Os objetivos específicos definidos foram: i) descrever como ocorre a implementação do Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro; ii) analisar os problemas detectados na implementação do Projeto Avançar na referida escola; e, por fim, iii) propor um Plano de Ação Escolar (PAE) que contribua para o desenvolvimento do Projeto Avançar na escola analisada. Para tanto, optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo.

Os referenciais teóricos dessa dissertação são pautados nos estudos de Condé (2012), que reflete, em suas análises, sobre um campo abrangente da execução do processo de políticas públicas e a sua aplicação, sendo essas políticas alvo de monitoramento e de avaliações. Mainardes (2006) é outro autor cujas reflexões fundamentam este estudo, especificamente aquelas relacionadas aos ciclos das políticas públicas, desde a formulação, até o seu processo de avaliação, assim como as análises de Prado (2000). Em conjunto, as perspectivas de tais estudiosos permitem uma melhor compreensão dos programas e ações das políticas públicas.

Na escolha do referencial teórico para as análises desta dissertação os estudos de Luck (2004) também serviram de subsídio, no que tange aos aspectos de gestão educacional, em especial no que diz respeito ao planejamento dos programas educacionais e ao processo de implementação, executado por estados e

municípios. De acordo com Tardif (2002) e Luck (2004), esse estudo estará voltado ao eixo estruturador da formação de professores. Após levantamento bibliográfico, optou-se por escolher Gatti Júnior (1997), um dos autores que analisa a utilização de livros didáticos.

O presente estudo é pautado em uma metodologia de caráter qualitativo. De acordo com Minayo (2003), a pesquisa qualitativa é uma atividade da ciência que visa a compreensão da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outras questões das relações, que não podem ser reduzidas à operacionalização de variáveis.

Para a coleta dos dados desta pesquisa, optou-se pelo levantamento documental na SEDUC e na secretaria da escola pesquisada. Além disso, foram realizadas entrevistas para o recolhimento de informações sobre as dificuldades vivenciadas pelos profissionais da escola, com relação à sua atuação no PA. As entrevistas foram feitas com o Coordenador Geral da Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara (CREI-ITA), que coordena ações pedagógicas e administrativas das escolas da rede estadual do município; e com a Coordenadora Adjunta Pedagógica da CREI-ITA, cuja função é coordenar, planejar, acompanhar, assessorar e avaliar todo o trabalho pedagógico, de forma a articular e integrar as atividades pedagógicas das escolas estaduais. Além disso, também foi entrevistada a gestora da escola, que tem informações sobre as dificuldades no PA, sendo ela responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros, físicos e materiais da instituição, além de coordenar e elaborar os planos diários e de longo prazo da escola. Também foi entrevistada a Pedagoga, que atuou na instituição no decorrer da implementação do PA no ano de 2013 e cujas atividades eram: assessorar, monitorar e acompanhar o professor. Por fim, também foram entrevistados três Professores que atuaram no PA, no ano de 2013, 2015 e 2016.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o cenário das iniciativas de correção de fluxo escolar no Brasil, bem como a implementação de algumas delas na rede estadual de ensino do estado do Amazonas. Para tanto, foram utilizados dados fornecidos pela CREI-ITA com foco na Escola Estadual Augusto Montenegro. As informações fornecidas auxiliaram na descrição dos problemas detectados na implementação do PA nesta instituição.

O segundo capítulo é constituído por três seções. A primeira seção contempla os aportes teóricos, responsáveis por fundamentar os eixos de análise, sendo eles: i) o acompanhamento pedagógico nas turmas PA, ii) formação continuada dos professores do PA e iii) a falta do livro didático. Na segunda seção, são apresentados os percursos metodológicos e os instrumentos de pesquisa de campo. Por fim, a terceira seção apresenta a análise dos dados obtidos na pesquisa.

O terceiro e último capítulo propõe ações de intervenção, com o intuito de minimizar os problemas identificados e analisados. Espera-se que as propostas possam contribuir para uma melhor operacionalização do PA.

1 DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO

O Projeto Avançar é uma iniciativa destinada à correção de fluxo escolar no estado do Amazonas, que objetiva minimizar um dos quadros mais graves na educação estadual: a defasagem idade-ano. Porém, em sua execução, falhas foram evidenciadas pelos professores, especialmente pelos docentes da Escola Estadual Augusto Montenegro, instituição foco deste estudo. Neste sentido, a pergunta norteadora deste caso de gestão é: “Quais ações podem ser tomadas pela gestão escolar para minimizar as dificuldades encontradas na implementação do Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro?”.

Pautado nessa questão, o objetivo deste capítulo é descrever como ocorreu o processo de implementação do Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro. Para tanto, este capítulo foi dividido em quatro seções. Na seção 1.1, é apresentado o contexto da correção do fluxo escolar e as suas políticas no país. Na seção 1.2, é abordado o cenário das políticas de correção de fluxo no Amazonas, bem como a descrição do Projeto Avançar e a sua estrutura organizacional. Na seção 1.3, são apresentados dados da SEDUC e da Coordenadoria sobre o desenvolvimento do PA no município. E, por fim, a última seção traz informações sobre a implementação do PA na escola foco dessa pesquisa, especificando os problemas de intervenção do PA observados.

1.1 AS POLÍTICAS DE CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR NO BRASIL

A partir da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser um direito público subjetivo, sendo dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Os avanços alcançados pela Constituição representaram conquistas relacionadas ao direito individual e social. Ainda em conformidade com o que se pode observar na Carta Magna, foram realizados debates acerca da necessidade de criação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o que foi concluído em 1996 (BRASIL, 1996).

Nesse aspecto, ao analisarmos as linhas mestras da atual LDB, nos deparamos com detalhes progressistas em termos educacionais, pois ela destaca o direito à educação a todo o cidadão. Em seu 2º artigo, por exemplo, a Lei ressalta a

necessidade de os estudantes terem um ensino de qualidade, capaz de extrair do cotidiano, assim como do plano laboral, o teor humanista e científico necessário para que possa conduzir e concretizar a sua realização no meio social. Sendo assim, a LDB destaca, além da importância acadêmica, a dimensão social da educação (BRASIL, 1996).

Para assegurar uma organização estruturada, os artigos 23 e 24 da LDB tratam, respectivamente, da organização do ensino em séries anuais, períodos semestrais, ciclos e grupos não seriados (BRASIL, 1996), havendo a verificação do rendimento escolar. A nova LDB, no artigo 87, § 3º inciso IV, abre as seguintes possibilidades, quando institui um "sistema nacional de avaliação do rendimento escolar": a oportunidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar e a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, mediante a verificação do aprendizado (BRASIL, 1996). Tendo em vista tais possibilidades, previstas pela LDB, os sistemas de ensino têm procurado adotar diferentes alternativas político-pedagógicas para a correção do fluxo escolar. Isso porque, no cenário educacional brasileiro, a distorção idade-ano está entre as principais causas que dificultam a regularização do fluxo escolar.

Neste sentido, o Ministério da Educação (MEC), em consonância com a LDB, buscou resolver o problema de defasagem idade-ano, ao estabelecer, em 1997, a "Política de Correção do Fluxo Escolar". A finalidade desta era conduzir, de uma forma adequada, os alunos aos anos escolares compatíveis com a idade, por meio de alternativas pedagógicas, sob a responsabilidade das secretarias de educação de cada estado. Por este motivo, na década de 1990, projetos de aceleração de aprendizagem foram implementados na rede pública de ensino de vários estados, com o objetivo de combater o fracasso escolar (NUTTI, 2001). Em conformidade com a LDB, programas de aceleração de aprendizagem, como o "Programa Acelera Brasil", tem o objetivo de reverter o quadro de distorção idade-ano nas redes estaduais e municipais de ensino. O "Acelera Brasil" teve início em 1997, por iniciativa do Instituto Ayrton Senna (IAS), e contou com o apoio de instituições como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) e a Petrobrás. De início, as atividades começaram em 15 municípios e, após um ano, a iniciativa passou a atender 24 cidades, em 1998. Além disso, em 1999, as redes estaduais do Espírito Santo e de Goiás também passaram a ser atendidas. Até 2010, mais de 60 mil alunos já haviam passado pelo Programa (LALLI, 2010).

Nesse sentido, a natureza desses programas é de caráter político educacional, e se compromete com a busca por resultados permanentes, descartando a ideia de ser uma proposta de intervenção temporária. Contudo, observam-se críticas aos programas de aceleração à aprendizagem. De acordo com Peregrino (2006, p.94), tais programas

[...] têm produzido um significativo aligeiramento e a desqualificação dos conteúdos escolares, que chega até comprometer de maneira determinante o processo de escolarização dos jovens e crianças que passam pela escola.

Segundo as afirmações da autora, em todo o país, esses programas não estão assistindo os alunos de forma adequada, no que se refere aos conteúdos ministrados, o que corrobora com a proposta deste caso de gestão sobre os problemas na execução desse tipo de programa no Amazonas.

Em decorrência do elevado quantitativo de alunos em defasagem escolar e dos problemas observados nas iniciativas dos programas de aceleração de aprendizagem, como a evasão escolar, o Plano Nacional de Educação (PNE), no ano de 2001, contemplou o problema da distorção idade-ano. O PNE abrange o cenário educacional brasileiro, em todos os seus segmentos, e propõe soluções para promover um ajuste em todos os eixos das políticas educacionais. O PNE foi uma iniciativa do governo brasileiro para tentar cumprir os compromissos firmados, onze anos antes, na Conferência de Jomtien, realizada na Tailândia, em 1990. Conforme Libâneo (2013), “[...] o objetivo [desta conferência] foi formular políticas para escolas de países emergentes compatíveis com o funcionamento do capitalismo globalizado” (p. 45). A proposta do Plano, por ser decenal (2001-2010), era a de atender à demanda do aumento do ingresso no Ensino Fundamental, e de combater os elevados índices de distorção idade-ano. Conforme o PNE:

[...] temos, portanto, uma situação de inchaço nas matrículas do Ensino Fundamental, que decorre basicamente da distorção idade-série, a qual, por sua vez, é consequência dos elevados índices de reprovação. De acordo com o censo escolar de 1996, mais de 46% dos alunos do Ensino Fundamental têm idade superior à faixa etária correspondente a cada série. No Nordeste essa situação é mais dramática, chegando a 64% o índice de distorção. Esse problema dá a exata dimensão do grau de ineficiência do sistema educacional do País: os alunos levam em média 10,4 anos para completar as oito séries do Ensino Fundamental (BRASIL, 2001, p.54).

As informações acima indicam que, em decorrência a promulgação da LDB, que previu a obrigatoriedade e gratuidade da escola pública para o ensino fundamental, houve uma ampliação do sistema de matrículas. Porém, o elevado quantitativo de alunos com distorção nas redes públicas provocou um “inchaço” nas escolas que oferecem a Educação Básica. Portanto, corrigir o fluxo escolar deve ser entendido não apenas como uma iniciativa de correção de um problema específico, mas como uma estratégia capaz de evitar outros problemas decorrentes do elevado público atendido nas escolas.

Entretanto, treze anos após o PNE de 2001, o novo PNE, instituído em 2014 pela Lei nº 13.005, considera a distorção idade-ano como um problema ainda a ser solucionado, e estabelece como meta de número 2 que, até o ano 2024, 95% dos estudantes brasileiros estejam concluindo o Ensino Fundamental na idade considerada adequada, isto é, aos 14 anos (BRASIL, 2014).

Para compreender um pouco sobre a dimensão do problema da distorção idade-ano a ser enfrentado pelo Brasil, conforme propõe o atual PNE (2014-2024), é importante observar informações sobre esse fenômeno. Os dados da Tabela 1 são referentes às taxas de distorção idade-ano, disponíveis no Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017). Eles indicam que, entre os anos 2010 e 2016, houve uma pequena queda no percentual dos alunos em distorção idade-ano.

Tabela 1 - Índice de Distorção Idade-ano, Brasil (2010-2016)

Ano	Níveis de Escolaridade	Índice (%)
2010	Anos Iniciais	19
	Anos Finais	30
	Ensino Médio	35
2011	Anos Iniciais	18
	Anos Finais	29
	Ensino Médio	33
2012	Anos Iniciais	17
	Anos Finais	28
	Ensino Médio	31
2013	Anos Iniciais	15
	Anos Finais	28
	Ensino Médio	30
2014	Anos Iniciais	14
	Anos Finais	28
	Ensino Médio	29
2015	Anos Iniciais	14
	Anos Finais	27
	Ensino Médio	28
2016	Anos Iniciais	12,4
	Anos Finais	26,3
	Ensino Médio	28

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (2017).

Em sete anos (2010-2016), o que se observa, pelos dados da tabela, é que em todas as etapas da Educação Básica, houve uma redução no percentual de distorção. Se compararmos os dados de 2010 com os de 2016, a queda mais significativa foi no Ensino Médio (7%), seguido pelos anos iniciais do Ensino Fundamental (6,6%) e pelos anos finais (3,7%). Mediante este cenário, o que se tem é um país onde os índices de distorção diminuem com baixa intensidade, sobretudo nas primeiras fases de escolarização.

Tal constatação é preocupante, pois indica que uma grande quantidade de discentes percorre os anos do ensino escolar com idade superior ao recomendado, o que tende a lotar as salas e causar dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Ademais, estes alunos tendem a chegar ao final da Educação Básica (Ensino Médio) fora da idade considerada adequada, o que pode impactar em suas escalas acadêmicas ou profissionais.

Tendo em vista os problemas ocasionados pela distorção escolar, na seção 1.2 discorreremos sobre o programa de correção de fluxo escolar e as taxas de

distorção idade-ano na rede estadual de ensino do Amazonas, bem como sobre a implementação do Projeto Avançar.

1.2 CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO AMAZONAS: PROJETO AVANÇAR

O Governo do estado do Amazonas, por intermédio da SEDUC/AM, no ano de 2005, instituiu o Programa de Correção de Fluxo Escolar, denominado Projeto Avançar (PA). Este foi fundamentado em bases legais pela Resolução Nº 83/2007, do Conselho Estadual de Educação (CEE/AM). Coube à SEDUC/AM, por meio do Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) e da Gerência de Ensino Fundamental (GENF), criar procedimentos que conduzissem à execução das ações previstas na Proposta Curricular do PA.

A implementação do Projeto decorreu do elevado quantitativo de discentes em situação de distorção escolar, algo evidenciado em 2003, por meio de uma pesquisa de demanda, realizada pelo Setor de Estatística da SEDUC/AM. No levantamento realizado, foi identificado que, dos 107.222 alunos matriculados em Manaus, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, 68.474 apresentavam distorção escolar superior a dois anos, o que equivale a 64,1% das matrículas no Ensino Fundamental. Segundo a Proposta Curricular do PA (2005):

Tendo em vista o quadro educacional assim configurado, a Secretaria Estadual de Educação formula a presente proposta pedagógica, como uma intervenção na realidade, por meio deste Plano Piloto, com uma ação específica destinada a corrigir a situação de defasagem idade/ano (série) em 20 (vinte) escolas da Rede Estadual de Ensino, beneficiando assim 600 (seiscentos) alunos do 6.º ao 9.º Ano (5ª a 8ª séries) do Ensino Fundamental, na Capital, distribuídos em 20 (vinte) turmas composta de 30 (trinta) alunos cada (AMAZONAS, 2005, p.10-11).

Após a vigência de dois anos do Plano Piloto (2005 e 2006), o Projeto passou a ser implementado, em 2007, como política pública regulamentada pela Resolução Nº 83/2007. Neste ano, 195 escolas da capital do estado passaram a ofertar o PA, segundo o Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEEAM) (AMAZONAS, 2008). Em decorrência da não atualização dos dados do PA no sistema SIGEAM,

não foi possível mensurar no texto o quantitativo de escolas que atenderam o PA nos municípios do Estado do Amazonas.

De 2009 a 2016, um total de 2.271 turmas do PA foram implementadas em Manaus. No mesmo período, o quantitativo de municípios amazonenses, que ofereceram o PA em suas escolas, ainda é reduzido. Conforme Barbosa (2015), a disseminação do PA no interior do estado ainda é limitada e, até 2011, apenas as escolas de 18 dos 62 municípios do interior contavam com a iniciativa. Já Silva (2015) identificou que até 2015 este dado pouco evoluiu, sendo que apenas 23 municípios ofertam turmas do Projeto Avançar nas suas instituições de ensino. São eles: Amaturá, Anori, Autazes, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Borba, Carreiro da Várzea, Codajás, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Japurá, Lábrea, Manaus, Maués, Rio Preto da Eva, Silves, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatumã, Tapauá e Tefé. No ano de 2017, não houve informações oficiais, por parte da SEDUC, a respeito do número de escolas que implementaram o PA nos municípios do estado do Amazonas.

Apesar da evolução do Projeto em seus primeiros anos, o governo do estado do Amazonas já percebia que os dados de rendimento do estado não eram bons, e os elevados quantitativos de reprovação e de alunos que deixavam de frequentar as escolas terminavam por incidir no crescimento das taxas de distorção escolar. Essa percepção governamental ficou evidente em 2008, quando foi lançado o Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEEAM) (AMAZONAS, 2008). O diagnóstico, que levou à elaboração do PEEAM, se apoiou nos dados de 2005, ano em que o Projeto Avançar foi instituído como iniciativa piloto. Na época, as informações eram preocupantes e recomendavam a promoção de políticas específicas para combater a reprovação, o abandono, a evasão e a distorção idade-ano.

O PEEAM é um documento institucional, feito para atender às demandas educacionais do conjunto das redes de educação do Amazonas, estabelecendo, a princípio, um prazo de dez anos (2008-2018). O plano é organizado em Diretrizes, Metas e Estratégias para os distintos níveis e modalidades de ensino. Os objetivos do PEEAM do Amazonas de 2008 são: a) a expansão da Educação Básica com qualidade e a universalização do atendimento em todos os níveis; b) a melhoria das condições de estudos para todos os alunos; c) a valorização dos profissionais da educação, além da melhoria das condições de trabalhos em todos os níveis e modalidades de ensino; e d) o fortalecimento da gestão educacional, com foco nos

indicadores educacionais, propostos pelo Ministério de Educação, em consonância com as instituições federais na busca pelo sucesso escolar (AMAZONAS, 2008).

Na Tabela 2, são apresentados dados sobre as taxas de rendimento da educação básica no Estado do Amazonas que subsidiaram o PEEAM.

Tabela 2 - Aprovação, Reprovação e Abandono na Educação Básica do Amazonas (2006)

	Ensino Fundamental Anos Iniciais		Ensino Fundamental Anos Finais		Ensino Médio	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
Aprovação	82,8	74,4	73,8	63,6	60,9	75,8
Reprovação	10,7	15,5	13,5	12,5	15,9	4,1
Abandono	7,1	10,1	12,7	13,9	23,2	20,1

Fonte: Elaborada pela autora, com base no PEE (AMAZONAS, 2008).

Os resultados indicam que nos Anos Iniciais, 82,8% dos alunos obtiveram “aprovação”, e, nos Anos Finais, 73,8%. Como pode ser visto, a taxa de aprovação na capital era maior do que a do interior. Entretanto, as taxas de abandono escolar, tanto na capital como no interior, ultrapassavam 10%, com ênfase para o abandono nos Anos Iniciais no interior (10,1%), que possuía maior índice de abandono em relação ao da capital (7,1%). Portanto, os resultados apresentados na Tabela 2 indicam taxas elevadas de reprovação e abandono no estado do Amazonas, o que contribui para o aumento da distorção idade-ano. Assim, surge a necessidade da redução dos índices de abandono e de reprovação, fatores que contribuem para a regularização do fluxo escolar no estado.

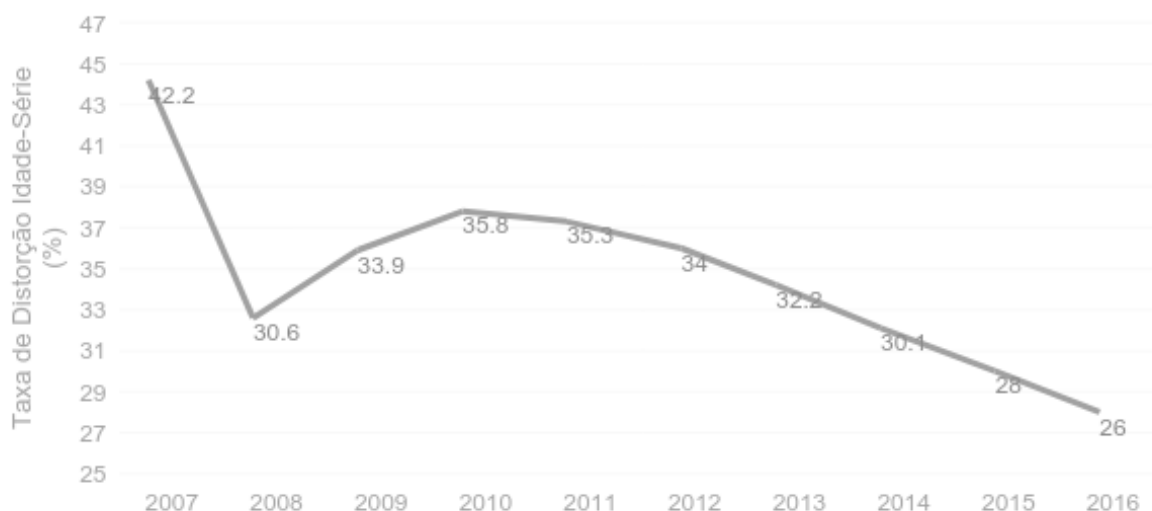
O PEEAM (2008) propôs, dentre seus objetivos para o Ensino Fundamental, a regularização das taxas de fluxo escolar, com a redução anual das taxas de repetência em 10% e das taxas de evasão em 5%, por meio de programas de aceleração da aprendizagem e de recuperação progressiva (AMAZONAS, 2008).

A preocupação com o rendimento escolar das crianças amazonenses foi reforçada, inclusive, pelo diagnóstico e pelas metas traçadas pelo PEEAM, focadas em solucionar os problemas identificados. Dessa forma, o Projeto Avançar passou a ter mais importância na agenda governamental, inclusive para o alcance das metas propostas pelo próprio PEEAM. É importante destacar que, posteriormente, no ano de 2013, o PA foi contemplado pelo Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (PADEAM). O Programa é fomentado com recursos do

Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Governo do Amazonas, e tem como objetivo melhorar a qualidade da educação no estado, promover ações que visem a qualidade do ensino oferecido pela rede estadual do Amazonas e a expansão do PA.

Portanto, a partir de 2013 e contando com financiamento internacional, o PEEAM ganhou melhores condições para atingir as suas metas. Entretanto, o Gráfico 1 apresenta dados da distorção idade-ano no período de 2007 a 2016 no Amazonas. Nesse sentido, pelas informações, é possível perceber, além da alta incidência, a persistência da distorção escolar. O Gráfico 1 mostra um alto percentual distorção idade-ano no Amazonas em 2007, com 42,2% de alunos nesta situação. Após uma queda da taxa, cerca de 11%, em 2008, foi possível notar um aumento progressivo até 2010 (35,8%), ano em que há uma diminuição, até atingir, em 2016, o seu menor patamar (26%) desde 2007.

Gráfico 1 - Distorção Idade-ano no Amazonas (2007 a 2016)



Fonte: Elaborado pela autora com dados do INEP (2017).

O Projeto Avançar foi implementado no ano de 2007, o que talvez explique a queda de 11% de 2007 para 2008. Entretanto, de 2009 a 2013, o percentual de distorção esteve maior do que em 2008. O indicador cai efetivamente em 2014 para um percentual inferior ao de 2008. É importante notar que, somente após 8 anos de implementação do PA, houve uma redução da taxa de distorção, o que sugere problemas ou dificuldades na implementação dessa política pública.

A partir da permanência na quantidade de alunos com distorção idade-ano, conforme demonstrado no Gráfico 1, a nova edição do Plano Estadual de Educação (PEEAM), lançado em 2015 e seguindo a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE), definiu, em sua meta 2, o desdobramento de duas metas para o Ensino Fundamental, a saber: i) a universalização do acesso para toda população de 6 a 14 anos; ii) e a garantia de que 85% desses alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano da vigência do plano, ou seja, que até 2025 todas as crianças, de 6 a 14 anos, deverão estar devidamente matriculadas no Ensino Fundamental (AMAZONAS, 2015a).

Para atingir a meta de 85% de concluintes dos alunos dos anos finais na idade recomendada, as iniciativas de combate à reprovação, abandono e evasão são importantes. Entretanto, medidas que visem solucionar o problema, a curto e médio prazo, como o Projeto Avançar, se tornaram necessárias. Para melhor apresentar esta iniciativa, é importante indicar como está organizada. O Projeto Avançar é dividido em quatro fases: a fase 1 compreende alunos de 9 a 14 anos, já a fase 2 é subdividida em três idades distintas, de acordo com a situação dos alunos: i) alunos alfabetizados de 9 a 14 anos; ii) alunos com a faixa etária de 10 a 14 anos do (3º ano do I Ciclo); iii) alunos do 4º ano do II Ciclo dos anos finais, compreendidos na idade de 11 a 14 anos.

As fases 3 e 4 são destinados aos alunos de 6º ao 8º do Ensino Fundamental, anos finais. A fase 3 inclui alunos com faixa etária de 15 a 21 anos que estejam cursando o 6º Ano (5ª série) do Ensino Fundamental. Na Fase 4, também são alocados alunos com a faixa de 15 a 21 anos que estejam cursando o 7º (6ª série) e 8º ano (7ª série) do Ensino Fundamental.

Para melhor compreensão sobre a organização do PA, no Quadro 1 é apresentada a organização das fases 1 e 2 do Ensino Fundamental, anos iniciais, e as fases 3 e 4 do Fundamental, anos finais, com a indicação da distribuição dos alunos por faixa etária e ano escolar, com base na proposta do PA. É importante ressaltar que a proposta pedagógica do Projeto não contempla os alunos do 9º ano, já que estes estão no final do nível dos anos finais.

Quadro 1 - Procedimentos adotados para a organização dos alunos nas classes do Projeto Avançar: fases 1 e 2, 3 e 4

FASE	Situação do Aluno "Ano Escolar"	FAIXA ETÁRIA
1	Não alfabetizados, 2º ano do I Ciclo do Ensino Fundamental Anos Iniciais, ou sem escolaridade.	09 a 14 anos
2	Alfabetizados, 2º ano do I Ciclo do Ensino Fundamental, Anos Iniciais.	09 a 14 anos
	3º ano do I Ciclo do Ensino Fundamental, Anos Iniciais.	10 a 14 anos
	4º ano do II Ciclo do Ensino Fundamental, Anos Iniciais.	11 a 14 anos
3	6º ano do Ensino Fundamental	15 a 21
4	7º e 8º ano do Ensino Fundamental	15 a 21

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Proposta Curricular do Projeto Avançar PCPAV - AMAZONAS (2005).

A identificação do quantitativo de alunos com distorção idade-ano, para a formação das turmas do PA, ocorre após o levantamento estatístico do rendimento das escolas estaduais, no início de cada ano letivo, realizado pela equipe das Coordenadorias Distritais e Regionais de Educação. No que se refere ao presente caso de gestão, o levantamento é feito pela CREI-ITA, conforme dados obtidos no banco de dados do Sistema integrado de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM) e da Coordenadoria Regional da SEDUC/AM. Com os resultados obtidos, a CREI-ITA comunica às escolas com o quantitativo expressivo de alunos com distorção escolar sobre a necessidade de abrir turmas do Projeto Avançar. As escolas notificadas têm a autonomia para decidir sobre a criação de turmas do PA com a orientação da Coordenadoria.

O Projeto Avançar concede, aos alunos inseridos no quadro de distorção idade-ano, a possibilidade de regularizar o fluxo escolar, ao prever a possibilidade de promover o aluno de uma determinada série escolar para outra, conforme o seu rendimento no Projeto. Assim, o intuito do PA é impulsionar, em um ano, os estudos dos alunos com a distorção escolar. Neste sentido, o Projeto tem como função a oferta da possibilidade de reparação da distorção a todos aqueles que não conseguiram concluir os seus estudos na idade legalmente recomendada. Baseado nestes preceitos, dentro da estrutura do Projeto Avançar há dois modelos de currículos: o Currículo Escolar e o Currículo Extraescolar.

O Currículo Escolar é caracterizado pela somatória da vivência de experiências planejadas de elementos culturais selecionados institucionalmente, sendo eles desenvolvidos visando a construção do processo de aprendizagem, tido

como fator para que as pessoas alcancem os objetivos dessas experiências planejadas. Já o Currículo Extraescolar é a soma de todas as experiências vivenciadas pelos alunos em seu contexto social (AMAZONAS, 2005). A tipologia desses currículos abrange ao cotidiano do PA, com um enfoque baseado na preparação dos discentes para uma visão holística de tudo o que ocorre ao seu redor, desencadeando ao aluno, um olhar crítico, ao receber as informações ministradas em sala de aula.

O PA contempla em sua matriz curricular as mesmas disciplinas do ensino regular, a saber: Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, Matemática, Ciências, História, Geografia, Língua Estrangeira Moderna, e Ensino Religioso. No Quadro 2, é apresentada a estrutura curricular do Projeto, com a distribuição da carga horária semanal e anual em cada uma das disciplinas.

Quadro 2 - Grade Curricular do Projeto Avançar fases 3 e 4

Componentes Curriculares	Carga Horária	
	Semanal	Anual
Língua Portuguesa	5	200
Arte	1	40
Educação Física	2	80
Matemática	5	200
Ciências	3	120
História	3	120
Geografia	3	120
Língua Estrangeira Moderna	2	80
Ensino Religioso	1	40
Total	25	1000

Fonte: Elaborado pela autora, com bases informações da Secretária da EEAM (2016).

As disciplinas com maior carga horária são as de Língua Portuguesa e Matemática, com 5 horas semanais e 200 horas anuais, seguidas de Ciências, História e Geografia, com 3 aulas semanais e 120 horas anuais; Língua Estrangeira Moderna, com 2 aulas semanais e 80 horas anuais; Artes e Ensino Religioso, com 1 aula semanal e 40 horas anuais.

Dentro da sua estrutura organizacional, o PA possui uma metodologia que prioriza o conhecimento prévio do educando, para que ele tenha condições de desenvolver as suas habilidades e competências no decorrer do processo (AMAZONAS, 2005). Como instrumento utilizado pelos alunos em sala de aula, de

acordo com a metodologia do Projeto, a proposta prevê um livro específico para cada componente curricular, de modo a possibilitar, aos jovens, a formação básica e o seu desenvolvimento global (AMAZONAS, 2005).

Nesse sentido, a SEDUC/AM deve disponibilizar obras para todos os componentes curriculares, sendo elas embasadas na proposta de texto do PA, isto é, devem ser destinadas às disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, História, Ciências, Geografia, Ensino Religioso, Educação Física e Artes. A elaboração dos livros deve ser baseada na LDB, com foco nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nos Pilares da Educação da UNESCO, com distribuição a cargo da SEDUC/AM.

Outro aspecto diferenciado no Projeto Avançar é a avaliação. No decorrer do processo, as escolas devem organizar uma reunião bimestral com todos os professores do Projeto, com o pedagogo e com o gestor escolar, com o objetivo de analisar a participação, a assiduidade e as condições de ensino e de aprendizagem de cada aluno. Além disso, nesse momento, é repensada a prática desenvolvida em sala de aula, sendo procuradas alternativas que proporcionem, aos discentes, outras formas de desenvolver as suas habilidades e competências (AMAZONAS, 2005). O processo de avaliação é considerado um instrumento que definirá se o aluno atingiu ou não a aptidão e os conhecimentos ministrados em sala de aula. De acordo com Sant'Anna (1998, p. 29, 30), o processo de avaliação é tido como:

Um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático (SANT'ANNA, 1998, p. 29-30).

Nessa perspectiva, o professor, ao perceber a falta de compreensão dos conteúdos e das atividades propostas, deverá proporcionar atividades pedagógicas que favoreçam a recuperação paralela, que deve ter como foco a aprendizagem significativa. Nesse sentido, a aprendizagem deve significar, para o aluno, mais que a recuperação de uma nota baixa, sendo ela a superação de uma dificuldade de aprendizagem e a construção de um novo conhecimento (AMAZONAS, 2005).

Dentro desse contexto, ao final de cada bimestre, as escolas devem organizar um conselho de classe com todos os docentes do Projeto Avançar, com o gestor, pedagogo e professores. Nesse momento, o Conselho Escolar deve fazer um

diagnóstico individual dos alunos, de modo que, ao longo dos quatro bimestres, sejam construídos parâmetros bem fundamentados sobre o desempenho dos discentes. Assim, ao final do ano letivo, os professores podem, em consenso, avaliar para qual ano ou fase do programa o aluno poderá ser promovido (AMAZONAS, 2005).

A construção do diagnóstico do aluno deve acontecer ao longo do ano, através dos seguintes registros: Diário de Classe, Relatório Descritivo Bimestral, Ata Final e o Relatório Descritivo por Componente Curricular, (AMAZONAS, 2005). Esses instrumentos de diagnósticos se encontram em anexo, na proposta do Projeto (Anexos A e B). O Diário Digital é utilizado apenas pelas escolas da rede estadual da capital, não sendo utilizado nas escolas do interior, inclusive na escola EEAM. Essa realidade ocorre, uma vez que as instituições da região não contam com um serviço de internet eficaz. Na escola alvo da pesquisa, os registros são feitos manualmente, em diários de classe fornecidos pela SEDUC/AM.

Dentre os critérios de aprovação dos alunos participantes do PA, um consenso é estabelecido mediante o registro de um único Relatório Descritivo e uma Ata Final, instrumentos utilizados para o parecer final do aluno promovido para o prosseguimento de seus estudos. A aprovação final acontece de acordo com o ano de origem do aluno, do resultado final, do desempenho apresentado, e do conceito final atribuído por todos os professores, em consenso (AMAZONAS, 2005). Essas informações são registradas em um relatório, que é encaminhado ao Pedagogo(a) da escola onde ocorre a intervenção do PA. Por exemplo, os alunos oriundos do 6º, 7º ou 8º ano que obtiverem o conceito “Não Avançou” (NAV) ficarão retidos no mesmo ano de origem. Já a promoção acontece de maneira distinta e depende do conceito final obtido pelo aluno e do parecer final dos professores. Os alunos provenientes do 6º ano que obtiverem o conceito “Avançou” (AV) serão promovidos para o 7º ou 8º ano. Caso a classificação seja “Avançou Muito” (AVM), serão promovidos para o 9º ano. Os alunos vindos do 7º ano que obtiverem o conceito AV poderão ser promovidos para o 8º ou 9º ano e os que conseguirem conceito AVM, progredirão para o 1º ano do Ensino Médio. Já aqueles que cursaram o 8º ano e que alcançarem conceito AV, serão promovidos para 9º ano, e os que obtiverem o conceito AVM, serão encaminhados para o 1º ano do Ensino Médio (AMAZONAS, 2005).

Como observado no documento oficial vigente do Projeto Avançar, atendendo à Resolução nº 48/2015 – CEE/AM AD REFERENDUM (AMAZONAS, 2015b), que trata do processo de avaliação do ensino e aprendizagem e da recuperação final, a quantidade de provas é aplicada de acordo com cada componente curricular, no decorrer do bimestre letivo, sendo lançada de forma obrigatória no registro do diário de classe. As provas devem seguir uma quantidade mínima, estruturada de acordo a carga horária dos componentes curriculares e de sua matriz, como apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Quantidade de provas aplicada por Componente Curricular no Projeto Avançar (Fases 3 e 4)

Componentes Curriculares	Quantidade de avaliações	Carga Horária	
		Semanal	Anual
Língua Portuguesa	4	5	200
Arte	2	1	40
Educação Física	2	2	80
Matemática	4	5	200
Ciências	3	3	120
História	3	3	120
Geografia	3	3	120
Língua Estrangeira Moderna	2	2	80
Ensino Religioso	2	1	40
Total de Carga Horária:		25	1.000

Fonte: AMAZONAS (2015a).

Com base nas informações da Tabela 3, as disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática são os componentes curriculares com um maior número de avaliações aplicadas, devido à sua carga horária extensa. É importante ressaltar que os demais componentes curriculares apresentam um número de avaliações inferior, mas isso não significa que não tenham a mesma importância.

Dessa forma, a proposta do PA, no que tange o rendimento escolar, é pautada em três conceitos, com atribuição de uma escala única, que contempla a todos os componentes curriculares de cada bimestre. Essa escala é feita ao término do ano letivo. O Quadro 3 demonstra a organização das fases e os conceitos apresentados nas Fases (1, 2, 3 e 4) do Projeto Avançar. De acordo com a proposta, a cada promoção das Fases, o aluno precisar alcançar uma equivalência de notas.

Quadro 3 - Organização dos conceitos do PA Fases 1 e 2

FASE 1		
Conceito	Fase	Equivalência
NA	Fase 1	(10 – 20 – 30 – 40 – 50)
AV	Fase 2	(60 – 70 – 80)
AVM	Fase 2	(90 – 100)
FASE 2 (2.º ano do I Ciclo / 1.ª série)		
Conceito	Fase	Equivalência
NA	2.º ano do I Ciclo/ 1.ª	(10 – 20 – 30 – 40 – 50)
AV	3.º ano do I Ciclo/ 2.ª série 4.º ano do II Ciclo/ 3.ª série	(60 – 70 – 80)
AVM	5.º ano do II Ciclo/ 4.ª série	(90 – 100)
FASE 2 (3.º ano do I Ciclo / 2.ª série)		
Conceito	Fase	Equivalência
NA	3.º ano do I Ciclo / 2.ª série	(10 – 20 – 30 – 40 – 50)
AV	4.º ano do II Ciclo / 3.ª série	(60 – 70 – 80)
AVM	5.º ano do II Ciclo/ 4ª série	(90 – 100)
Fase 2 (4.º ano do II Ciclo / 3.ª série)		
Conceito	Fase	Equivalência
NA	3.º ano do I Ciclo / 2.ª série	(10 – 20 – 30 – 40 – 50)
AV	4.º ano do II Ciclo / 3.ª série	(60 – 70 – 80)
AVM	5.º ano do II Ciclo/ 4ª série	(90 – 100)

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Rendimento Escolar das Fases 1 e 2 (AMAZONAS, 2005).

O Quadro 4 apresenta a organização dos rendimentos dos alunos divididos pelo coeficiente alcançado nos anos série de origem, bem como o ano série que o aluno será destinado nas Fase 3 e 4.

Quadro 4 - Classificação e registro do rendimento escolar (Fases 3 e 4)

(continua)

	CONCEITO	RENDIMENTO	ANO SÉRIE DE ORIGEM	ANO DE DESTINO	
Fase 3	NAV	0 – 5,9	6º ANO (5ª Série)	6º ANO	5ª Série
	AV	6,0 – 6,9 7,0 – 7,9		7º ANO 8º ANO	6ª Série 7ª Série
	AVM	8,0 – 10,0		9º ANO	8ª Série

Quadro 4 – Classificação e registro do rendimento escolar (Fases 3 – 4)

(conclusão)

	CONCEITO	RENDIMENTO	ANO SÉRIE DE ORIGEM	ANO DE DESTINO	
Fase 4	NAV	0 – 5,9	7º ANO (6ª Série)	7º ANO	6ª Série
	AV	6,0 – 6,9 7,0 – 7,9		8º ANO 9º ANO	7ª Série 8ª Série
	AVM	8,0 – 10,0		1º ANO DO ENSINO MEDIO	
	NAV	0 – 5,9	8º ANO (7ª Série)	8º ANO	7ª Série
	AV	6,0 – 6,9		9º ANO	8ª Série
	AVM	8,0 – 10,0		1º ANO DO ENSINO MEDIO	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Rendimento Escolar da Fase 4 (AMAZONAS, 2005, p.32).

Os rendimentos são divididos por série e ano de destino. Às avaliações bimestrais, são atribuídos notas e conceitos, distribuídos da seguinte forma: NAV (Não Avançou), AV (Avançou), AVM (Avançou Muito). Dessa forma, os alunos do 7º ano que estejam inseridos na categoria de NAV não serão promovidos para a série seguinte, bem como os alunos do 8º ano não irão passar para a última fase dos Anos Finais, ou seja, o 9º ano.

De acordo com a proposta do PA, os alunos que não conseguirem aprovação em três ou mais componentes curriculares são retidos no ano de origem ou retornam ao PA:

Vale ressaltar que após o parecer final dos professores ser registrado na ata final, os alunos são promovidos para o ano que apresentem condições de prosseguimento regular de estudos. Os que não conseguirem aprovação em três ou mais componentes curriculares são retidos no ano de origem ou retornam ao Programa. Os alunos que forem reprovados em até dois componentes curriculares são promovidos em regime de progressão parcial, de acordo com o parecer final dos professores. Salienta-se que o Projeto Avançar não permite o avanço de estudos em regime de progressão parcial para o 6º ano do Ensino Fundamental nem para o 1º ano do Ensino Médio. (AMAZONAS, 2005, p.29)

Para melhor compreendermos o caso de gestão, a seção 1.3 apresenta informações acerca da organização e das ações da Coordenadoria Regional de Educação do município de Itacoatiara (CREI-ITA) no processo de combate à distorção idade-ano dos alunos no município.

1.3 PROJETO AVANÇAR NA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ITACOATIARA

A Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara (CREI-ITA) é responsável por 15 escolas estaduais existentes no município. Dessas, 10 ofertam o Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), 5 o Ensino Médio e 4 oferecem o Projeto Avançar. Conforme dados mais recentes, a CREI-ITA, no ano de 2016, registrou 8.655 matrículas. Dessas, 1.533 foram no Ensino Fundamental Anos Iniciais, 3.446 no Ensino Fundamental Anos Finais e 3.411 no Ensino Médio. Já no Projeto Avançar, foram matriculados 325 discentes (AMAZONAS, 2016).

Vale ressaltar que entre o ano 2013 e 2016, a CREI-ITA ofertou 25 turmas do Projeto Avançar, em 4 escolas diferentes da rede estadual.

As ações da CREI-ITA são conduzidas a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado pela Coordenadoria do município. Trata-se de um documento que define as ações e o compromisso da equipe técnica, administrativa e pedagógica. O caráter do planejamento da CREI-ITA é intencional, com um compromisso definido coletivamente, por todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Desse feito, a sua apreciação, observação e avaliação, por parte da comunidade escolar, são importantes, haja vista ser este um instrumento democrático, flexível e político, por se preocupar em colaborar com os trabalhos das escolas.

Neste sentido, a CREI tenta planejar as suas ações, de forma que a rede estadual de ensino, neste município, esteja coerente com as metas propostas. Além da coordenação, acompanhamento, orientação e realização dos referidos projetos, os Coordenadores de Área e os Pedagogos da Coordenação Adjunta Pedagógica (CAP)² são responsáveis pela orientação e formação continuada dos professores, bem como pelo acompanhamento do processo pedagógico das escolas, inclusive das que oferecem o Projeto Avançar.

Nesse sentido, são feitas visitas às escolas, a fim de apoiar as ações dos técnicos e dos gestores escolares. Além disso, esses momentos também servem para dialogar com alunos, professores e demais agentes, que atuam na escola, sobre as orientações advindas da SEDUC/AM e do MEC.

² O Governo do Estado do Amazonas, no ano de 2007, criou o CAP, programa que visa assistir alunos com faixa etária de 12 e 20 anos nas atividades de contraturno escolar.

A CREI-ITA, em seu mais recente PDI, lançou novas metas trienais para a educação básica para os anos de 2015, 2016 e 2017, tendo como foco o processo ensino e aprendizagem (AMAZONAS, 2015c). No contexto da CREI-ITA, as metas são descritas em porcentagens, sendo revisados a cada final de ano. As metas trienais da CREI-ITA são descritas abaixo e contemplam os alunos que integram o Projeto Avançar:

Em se tratando do abandono escolar, que é uma das causas das distorções idade-ano em Itacoatiara, tem como finalidade, diminuir de 0,3% para 0% o índice de abandono dos alunos do ensino fundamental das escolas da CREI, no período de três anos, sendo 0,2% em 2015, 0,1% em 2016 e 0% em 2017, diminuir de 4,2% para 1% o índice de abandono dos alunos do ensino fundamental anos finais das escolas da CREI, no período de três anos, sendo 3,5% em 2015, 2% em 2016 e 1% em 2017, diminuir de 13,8 % para 8% o índice de abandono dos alunos do ensino médio das escolas da CREI, no período de três anos, sendo 12% em 2015, 10% em 2016 e 8% em 2017.

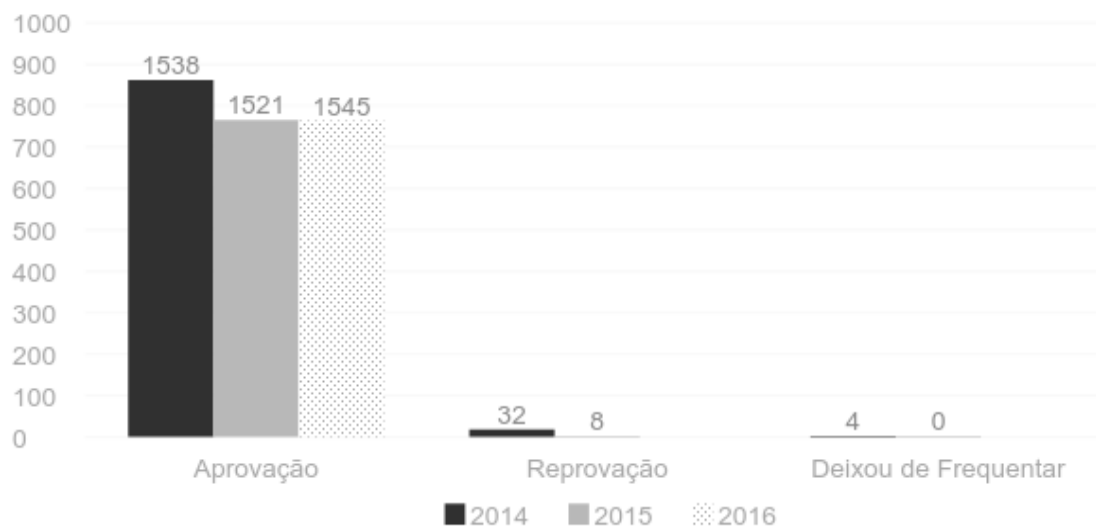
Em relação à redução idade-ano escolar, tem o objetivo de diminuir de 24,5% para 12% a distorção idade-série/ano, no período de três anos, sendo 20% em 2015, 15% em 2016 e 12% em 2017 (AMAZONAS, 2015c, p. 14-15).

Dentre as metas acima previstas pela CREI-ITA para as escolas estaduais, pode-se perceber a preocupação com a qualidade do seu sistema de ensino, visando a melhoria do ensino regular, bem como do PA, para reduzir os problemas educacionais. Assim, faz-se necessário apresentar, no Gráfico 2, dados entre 2014 e 2016 sobre o rendimento escolar, divulgado pela Coordenadoria Regional de Ensino do município de Itacoatiara. Dessa forma, será possível compreender o cenário que motivou a definição destas metas.

O Gráfico 2 indica que, no ano de 2014, o rendimento escolar do Ensino Fundamental, anos iniciais (1º ao 5º ano), apresentou 97,7% de aprovação, totalizando 1.538 alunos aprovados nessa modalidade. O percentual de reprovação foi de 2% (32 estudantes). Além disso, o total de alunos que deixaram de frequentar as escolas foi de 0,2%, o que perfaz a quantidade de 4 alunos. Já em 2015, o índice de aprovação foi de aproximadamente 2% maior (99,5%), o que totalizou 1.521 alunos. Nesse ano, houve um percentual menor de reprovação (0,5%), o que corresponde a 8 discentes. Além disso, nenhum aluno deixou de frequentar. Em 2016, o índice de aprovação chegou a 99,9%, com 1.545 discentes aprovados, não

havendo nenhuma reprovação e houve apenas 0,1% (1 discente) de abandono escolar. Assim, a CREI-ITA atingiu as metas que havia proposto em seu PDI (AMAZONAS, 2015c).

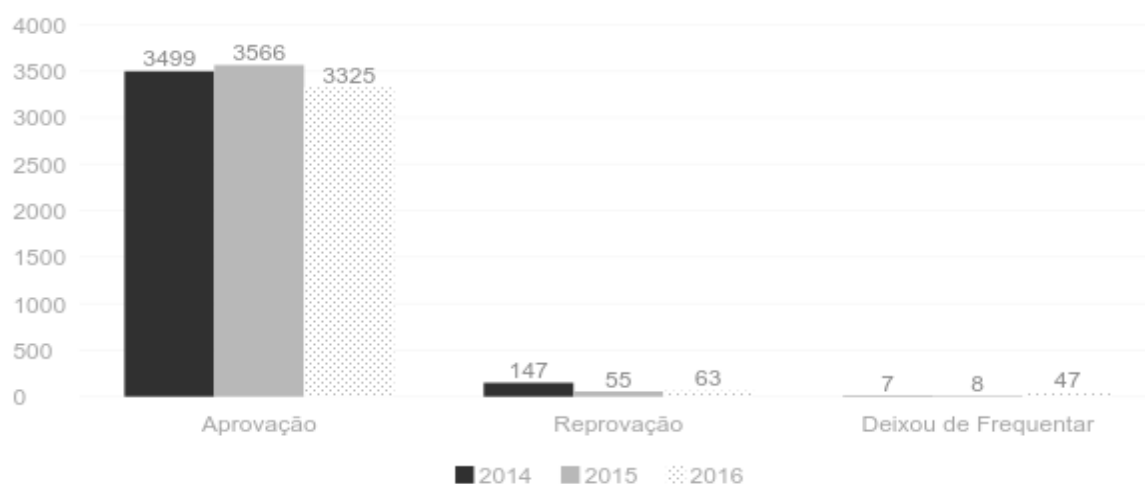
Gráfico 2 - Rendimento escolar da Coordenadoria de Itacoatiara no Ensino Fundamental I Anos Iniciais (2014 a 2016)



Fonte: Amazonas (2016).

O Gráfico 3 apresenta os dados dos rendimentos dos anos finais (6º a 9º ano) do ensino fundamental, no período de 2014 a 2016. Com base nos rendimentos, constata-se que o município tem um número expressivo de aprovação de alunos. Dessa forma, o município apresenta um bom desempenho nos índices de rendimento. Entretanto, embora haja elevado número de aprovações, a CREI-ITA ainda convive com um certo quantitativo de reprovação e de alunos que deixaram de frequentar as escolas.

Gráfico 3 - Rendimento escolar da Coordenadoria de Itacoatiara do 6º ao 9º do ano Ensino Fundamental anos finais (2014 a 2016)



Fonte: Amazonas (2016).

De acordo com o Gráfico 3, de 2014 a 2016 houve uma taxa alta de aprovação no Ensino Fundamental, anos finais, sendo ela superior a 90%. Em 2014, 92,9% (3.499) dos alunos obtiveram aprovação, apenas 3,9% (147) foram reprovados e 3,1% (7) dos discentes deixaram de frequentar as aulas. Já no ano de 2015, quando comparado com o anterior, cerca de 3% a mais de alunos foram aprovados (96,3%), o que totaliza 3.566 alunos. Em contraponto, 1,5% dos discentes foram reprovados neste ano, o que significa a reprovação de 55 alunos. Além disso, 8 deixaram de frequentar a escola (2,2%).

Já no ano de 2016, aproximadamente 97% (3325) dos alunos obtiveram aprovação, houve 2% (63) de reprovação e 1% (47) dos alunos deixaram de frequentar a escola. Embora os dados indiquem um percentual elevado de aprovação, com baixos índices de reprovação e de alunos que deixaram de frequentar, 27,5% de discentes ainda permanecem em situação de distorção idade-ano.

Dada a persistência considerável do percentual de discentes em situação de distorção escolar (27,5%), foi necessário implementar o PA em Itacoatiara.

A Tabela 4 apresenta o quantitativo de turmas e alunos do Projeto Avançar, nos anos de 2013 a 2016.

Tabela 4 - Quantitativo de turmas e alunos do Projeto Avançar (2013 a 2016)

Ano	Turmas	Alunos
2013	5	131
2014	4	123
2015	4	104
2016	12	325

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2016).

Em função do quantitativo ainda existente de alunos em distorção escolar, o Projeto Avançar constitui uma iniciativa importante para os discentes matriculados nas escolas da CREI-ITA. É importante ressaltar que este caso de gestão abarca somente as fases finais do PA. Nos anos de 2013 a 2016, observa-se, na tabela, um aumento significativo de alunos que passaram a frequentar as turmas do PA no ano de 2016, sendo que, no total, foram 325. Esse dado evidencia um aumento de 12 turmas na rede de ensino do município em questão. É possível associar este aumento de turmas ao quantitativo à expansão do PA na rede estadual.

Na Tabela 5, é apresentado o quantitativo de turmas e professores, das fases 3 e 4, das escolas do município de Itacoatiara que oferecem o PA, em 2016.

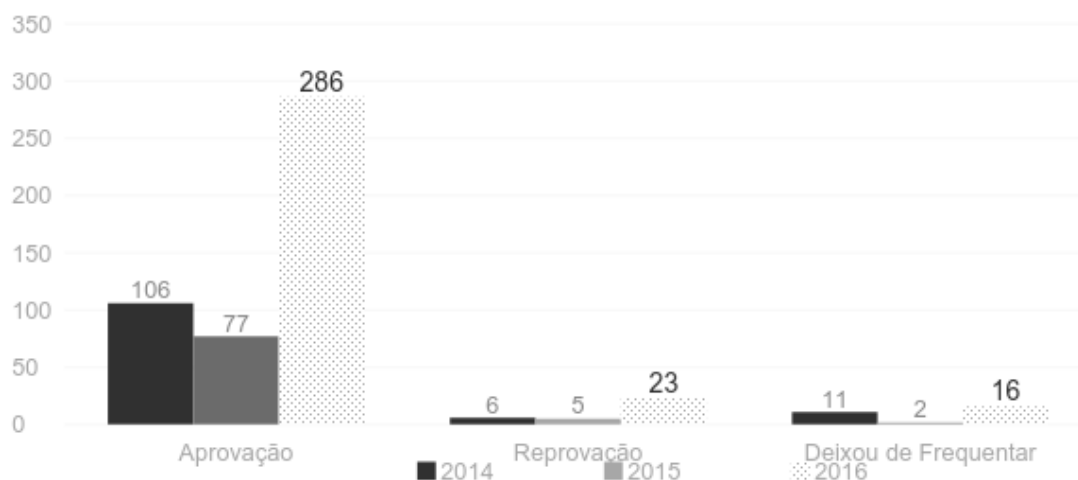
Tabela 5 - Organização do Projeto Avançar nas escolas estaduais de Itacoatiara, por fases, turmas e quantidade de alunos (2016)

Escola Estadual	Número de turmas		Nº de professores	Total de alunos
	3ª fase	4ª fase		
Augusto Montenegro	---	1	8	29
Fabio de Lucena	---	2	8	58
Maria da Graça	1	5	24	161
Walter Bizantino	1	2	8	77
Total	2	10	48	325

Fonte: Elaborada pela autora. Organização das Fases do PA nas escolas estaduais ano de 2016

A Tabela 5 indica o quantitativo de escolas do município de Itacoatiara que implementaram o PA no ano de 2016. Além disso, o Gráfico 4 tem como objetivo apresentar dados do rendimento escolar dos alunos do Projeto Avançar, em Itacoatiara, nos anos de 2014, 2015 e 2016. O percentual de aprovações se mostrou elevado nesses anos. No entanto, isso não quer dizer que o problema de alunos com distorção idade-ano tenha sido resolvido na rede estadual.

Gráfico 4 - Rendimento escolar dos alunos do Projeto Avançar do município de Itacoatiara, fases 3 e 4 (2014 a 2016)



Fonte: Amazonas (2016).

O Gráfico 4 mostra os resultados, relativos ao rendimento escolar dos alunos matriculados no PA, entre 2014 a 2016. No primeiro ano, é possível identificar que 86,2% dos alunos foram aprovados, ou seja, 106 alunos; e apenas 4,9% foram reprovados (6 alunos); e, por fim, 1,6% (11 alunos) deixaram de frequentar a escola. No ano de 2015, 92% (77 alunos) dos alunos foram aprovados, sendo que 6% (5 discentes) foram reprovados, e cerca de 2% (2 alunos) deixaram de frequentar a escola. Em 2016, 88% (286) dos discentes foram aprovados, 7% (23) foram reprovados e 5% (16) deixaram de frequentar a escola. O Gráfico 4 indica que a média do rendimento, destes três anos, dos alunos, foi de aproximadamente 88% no PA. Contudo, independentemente dos resultados, ainda existe um quantitativo de alunos que precisa sair do quadro de distorção idade-ano e ser inserido no ano escolar adequado à sua idade.

Na CREI-ITA, o PA é desenvolvido quando a equipe pedagógica realiza o levantamento das matrículas iniciais das escolas das redes de ensino. Assim, é possível detectar o quantitativo de alunos com distorção idade-ano. Em seguida, a equipe se reúne com o gestor da escola e lhe propõe a implementação de turmas no PA, seguido da comunicação aos pais pela gestão da escola. Em reunião, a equipe pedagógica expõe aos pais o objetivo do Projeto, bem como as suas peculiaridades, com o objetivo de demonstrar a importância de seus filhos participarem desse projeto.

Na próxima seção, será descrito o processo de implementação do Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro.

1.4 IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO

A Escola Estadual Augusto Montenegro (EEAM) foi criada no começo da década de 1980 e está localizada na zona oeste do município de Itacoatiara.³ É uma instituição de ensino da rede pública estadual, mantida pela SEDUC/AM, sob orientação da Coordenaria Regional de Estado de Educação de Itacoatiara CREI-ITA, Polo Médio Amazonas. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da instituição (PPP):

[...] a escola busca ser uma instituição de excelência, fortalecida pelas bases de um comportamento coletivo comprometido com a realização das metas estabelecidas pela escola e pela comunidade, buscando a equidade da clientela. Dentro da sociedade, a escola tem como missão: assumir o compromisso e a responsabilidade de assegurar um ensino qualitativo, garantindo o acesso e a permanência do discente com sucesso no âmbito social e intelectual, formando assim cidadãos éticos, reflexivos capazes de interagir na transformação da sociedade (ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO, 2016, p. 14).

A EEAM está instalada em um prédio com boa estrutura física, e dispõe da seguinte infraestrutura: 8 salas de aula climatizadas, com capacidade para 35 carteiras; 1 ambiente de mídia; 1 laboratório de informática; 1 biblioteca; 1 Sala de Recursos, que atende a alunos portadores de necessidades especiais (auditivas e visuais); 1 Sala de gestão; 1 Sala de supervisão; 1 Sala de secretaria; 1 Sala de professores; 1 cozinha; 1 depósito de merenda escolar; 1 almoxarifado; 1 depósito material da merenda escolar; 1 depósito para instrumentos da fanfarra; 4 banheiros masculino; 4 banheiros feminino; 1 banheiro acessível para portadores de necessidades físicas masculino; 1 banheiro acessível para portadores de necessidades físicas feminino; 1 banheiro para os professores; 1 pátio coberto; 1 pátio sem cobertura; jardins (interno e externo ao prédio); e áreas livres e

³ Itacoatiara é o terceiro município mais populoso do estado do Amazonas, localizado no extremo norte do país, às margens do Rio Amazonas. O município possui cerca de 98.503 habitantes e está a 270 km de Manaus (IBGE, 2016).

arborizadas. Todas as instalações hidráulicas e elétricas estão em bom estado de conservação e funcionamento. A conservação, em geral, é boa, sendo esse resultado, em parte, fruto do trabalho de conscientização dos alunos e da comunidade, visando à preservação da estrutura escolar (ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO, 2016).

A área administrativa é composta por 1 Secretário, 1 Assistente Administrativo, 4 Auxiliares de Serviços Gerais e 3 merendeiros. A formação continuada, para professores e funcionários da escola, acontece no decorrer do ano letivo, e é oferecida pela SEDUC/AM, bem como pela CREI-ITA.

A Escola oferece o Ensino Fundamental, nos turnos matutino e vespertino e, em 2016, teve um total de 506 alunos matriculados e distribuídos em 16 turmas. Dentre essas, 479 alunos estão matriculados no Ensino Fundamental Regular e 27 integravam a Fase 4 de uma turma do Projeto Avançar, no turno vespertino. A Tabela 6 apresenta a distribuição, em 2016, dos alunos da EEAM, por ano, turno e número de discentes.

Tabela 6 - Distribuição de alunos na Escola Estadual Augusto Montenegro, por ano escolar e turno (2016)

Ano	Turno/Turmas	Quantitativo de alunos
6º	Matutino (2 turmas)	67
	Vespertino (2 turmas)	70
7º	Matutino (2 turmas)	66
	Vespertino (3 turmas)	63
8º	Matutino (1 turma)	37
	Vespertino (2 turmas)	63
9	Matutino (3 turmas)	109
Projeto Avançar Fase 04	Vespertino (1 turmas)	29
TOTAL		506

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2016)

A EEAM lida com alunos de um perfil socioeconômico variado. Segundo informação do contidas em seu PPP, a maioria dos discentes é de classe média e baixa, e suas famílias são compostas de trabalhadores autônomos, agricultores, feirantes, entre outros, sendo eles residentes de bairros distantes da escola, inclusive da zona rural (PPP, 2016).

A instituição é referência no município, devido ao fato de atender a alunos portadores de necessidades educacionais especiais (deficientes auditivos e visuais).

Além deste atendimento, a escola recebe alunos provenientes de outras instituições, inclusive discentes, que foram reprovados ou evadidos durante o ano ou apresentaram problemas de indisciplina. A escola mantém um bom relacionamento com os pais e responsáveis que, por meio de reuniões e atividades previstas no Projeto Político Pedagógico, tem acesso à escola. Nesse sentido, há uma interação nas atividades regulares da escola, por parte de pais, alunos, comunidade e corpo escolar, que realizam trabalhos educacionais, acompanhando às apresentações em desfile cívico, mutirões de limpeza e atividades extraclases.

Já o quadro de professores da EEAM é composto por profissionais graduados em licenciatura, sendo que alguns possuem pós-graduação. A formação e a distribuição destes profissionais são apresentadas na Tabela 7.

Tabela 7 - Alocações dos professores da Escola Estadual Augusto Montenegro (2016)

Cargo/Função		Quantidade	Situação Funcional		
			Licenciatura	Pós-Graduação	Situação funcional
Diretor		01	-	01	Efetivo
Pedagogo		01	-	01	Efetivo
Coordenador de Área		-	-	-	-
Professores	Regente de Sala de Aula	25	25	14	21 Efetivos 6 PSS*
	Lotado na Biblioteca	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
Total			27		

* Processo Seletivo Simplificado (PSS);

Fonte: Escola Estadual Augusto Montenegro (2016).

A Escola conta com 8 professores que atuam no Projeto Avançar. Dentre esses professores, 6 são formandos na área específica das disciplinas que lecionam, são elas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Educação Física. Os outros 3 professores não possuem graduação na área em que atuam. O professor de Língua Inglesa, por exemplo, é habilitado em Língua Portuguesa, e o que trabalha com Ensino Religioso também é graduado em Língua Portuguesa, conforme é possível observar na Tabela 8.

Tabela 8 - Distribuição do componente curricular, formação do corpo docente e experiência na atuação com o Projeto Avançar (2016)

Componente em que atua	Formação do Professor (Graduação)	Experiência profissional em anos	
		Ensino Regular	Projeto Avançar
Língua Portuguesa	Letras	23	2
Matemática	Matemática	25	2
Ciências	Ciências biológicas	24	3
Geografia	Geografia	8	3
História	Historia	24	3
Educação Física	Educação Física	8	3
Língua Inglesa	Língua Portuguesa	10	1
Artes	Matemática	23	1
Ensino Religioso	Língua portuguesa	23	1

Fonte: Elaborado pela autora, com base no PPP (2016).

Mediante os dados da tabela apresentada, obtemos uma visão geral do corpo docente que atuou no Projeto Avançar na EEAM, no ano de 2016. A partir dos dados, é possível observar que os professores possuíam pouca experiência com o Projeto, como também alguns desses docentes não eram graduados na área em que atuavam no projeto, relacionando ao pouco tempo de oferecimento do PA em Itacoatiara e na EEAM. Dos 9 professores listados, 4 possuem três anos de experiência com a iniciativa, ou seja, estiveram nele desde a sua implementação (2013, 2015 e 2016). Nesse sentido, é evidente que o tempo em questão, que cada professor possui à frente das disciplinas que ministra no PA na escola, é pequeno.

No PPP da Escola Augusto Montenegro, o Projeto Avançar aparece com foco nas ações de intervenção pedagógica, sendo contemplado no documento juntamente com as demais turmas do Ensino Regular. O PPP é uma junção do aspecto político e pedagógico da escola e, dessa forma, é necessário um planejamento em consonância com as metas futuras da instituição. Segundo relatos da gestora da instituição, em todos os anos, o PPP é atualizado para incluir ou excluir ações que serão trabalhadas na escola. Neste sentido, a escola atualiza as informações do seu PPP, com o objetivo de traçar metas e aplicar os projetos pedagógicos. Segundo Gadotti (1994, p.579):

Todo projeto supõe **rupturas** com o presente e **promessas** para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar uma

nova estabilidade em função da promessa que, cada projeto contém de estado melhor do que o presente.

Além disso, Freitas afirma que o Projeto Político Pedagógico precisa ser discutido e revisado a cada início de ano letivo. Segundo ele:

O PPP é a “cara da escola”, documento que deve conter a realidade da escola no momento em que ele foi elaborado (contexto, em torno da escola, a escola em relação à comunidade, ao município, ao estado e ao país), e a partir daí, ou seja, dessa realidade, projetar o futuro, ir em busca de novos sonhos (FREITAS, 2011, p.1).

O PPP é um documento que fornece subsídios às ações, de forma a organizar o trabalho pedagógico da escola, assim como a inserção de projetos previstos no calendário escolar. Neste enfoque, diante do que está previsto no PPP, a EEAM executa vários projetos, tal como o Projeto Avançar, destinado às políticas de fluxo escolar, inserindo os alunos que se encontram no atraso escolar. Além disso, também é oferecido o Programa “Mais Educação”, do Governo Federal, que desenvolve atividades organizadas em macrocampos, como: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza; e educação econômica.

De acordo com o PPP em curso na escola, durante os anos de 2015 e 2016, foram escolhidas as mesmas seis atividades/oficinas oferecidas pelo Programa Mais Educação, que são: percussão; orientação de estudo de Português e Matemática; leitura e produção textual; dança; e judô (ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO, 2016).

A escola também é assistida pelo Programa Ciência na Escola (PCE), que é ofertado pelo Governo do Estado, sob a responsabilidade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM). Os professores da escola submetem os seus projetos à FAPEAM, que analisa e julga se eles estão de acordo com os requisitos propostos pela fundação. Após a aprovação, o professor responsável se torna coordenador da pesquisa, assumindo um plano de trabalho no projeto. Além disso, para cada projeto, há um apoio técnico (de nível médio) e seis alunos jovens cientistas. A pesquisa tem duração de seis meses e cada participante do programa se torna um bolsista de Iniciação Científica Tecnológica Júnior, sendo que cada

bolsa tem o valor de R\$120,00, com financiamento pela FAPEAM. Até 2016, neste projeto, a escola teve 56 bolsas contempladas entre coordenador, apoio técnico e jovem cientista.

A escola também oferece atendimento educacional especializado, como reforço escolar, no contraturno, para alunos com necessidades especiais. Além disso, um atendimento especializado é oferecido em sala de recursos multifuncionais, com professores especializados em Libras e Braille. É importante salientar que a clientela, atendida pela escola, é oriunda das escolas da rede estadual de ensino, bem como da rede municipal de Itacoatiara.

A escola oferece projetos interdisciplinares, dentre eles a fanfarra, oferecida pela escola em todos os anos. Para participar, o aluno precisa ter o coeficiente de aproveitamento de 100% nas atividades em sala de aula. Esse critério é mencionado apenas no início do ano letivo, mas, no decorrer dos bimestres, alunos com coeficientes menores ou maiores que 5.0, ou com qualquer coeficiente escolar, são aptos a participar das atividades e ensaios da fanfarra. Ou seja, esse critério inicial não é obedecido. Além disso, é relevante mencionar a participação de alunos egressos da EEAM nesse projeto, já que, mesmo com o término dos anos finais, esses alunos não deixam de participam do projeto da fanfarra.

Outro projeto relevante na EEAM é o Projeto da Agenda 21, que tem como enfoque o trabalho com problemas ambientais na atualidade. Nesse sentido, considera as questões ambientais fundamentais para a sobrevivência, representando o compromisso global de desenvolvimento sustentável, tema desenvolvido em todas as escolas da rede de ensino do município. O Projeto da Agenda 21 foi instituído na Conferência das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro em 1992, com o objetivo de propor diretrizes ambientais que atingissem a todas as esferas do âmbito escolar do país. Nessa vertente, a escola contempla o projeto “Ambiente Saudável”, com o objetivo de trabalhar a questão do acúmulo de lixo na escola. Esse problema necessita de uma ação imediata, visto que é uma das causas que acomete as mudanças climáticas. Como plano de intervenção, a referida escola decidiu conscientizar os alunos, através de palestras. No decorrer da intervenção do projeto, as lixeiras foram retiradas das salas de aula, com objetivo de diminuir o excesso de lixo no ambiente escolar.

O Projeto Hora Cívica é realizado mensalmente, englobando temas específicos, tais como: a solidariedade, o amor, a igualdade, o respeito e a amizade.

Esses temas tem a finalidade de desenvolver, nos alunos, a formação moral, e solidária. Nesse projeto, cada turma é responsável pela apresentação de um tema, sendo ele trabalhado nas aulas de Ensino Religioso.

Outro projeto destaque na escola é o Festival do Elemento da Cultura Corporal (FECC), realizado no mês de novembro. Neste projeto, são trabalhados ritmos variados de danças, com a participação dos alunos. Além disso, a apresentação gera um conceito aos alunos, que é atribuído como a quarta nota na disciplina de Educação Física, Língua Inglesa e Artes. A participação ocorre de acordo com a opção religiosa de cada aluno e, nessa perspectiva, os alunos evangélicos atuam com atividades que estejam de acordo com a doutrina. Dentro dessas atividades, a escola objetiva inserir os alunos dentro do contexto cultural, além de oferecer um aprendizado diversificado dentro do ambiente escolar.

As reuniões de pais e mestres são realizadas bimestralmente, nos dois turnos. Primeiramente, os pais recebem informações gerais da escola e, em seguida eles podem expor as suas ideias sobre a educação oferecida pela escola e outros assuntos que considerem relevantes. Posteriormente, são direcionados às salas de aula, para que sejam informados, individualmente, da situação escolar dos filhos. Cada aluno tem o seu rendimento individual feito pelos monitores de turma, sendo esses resultados repassados aos pais.

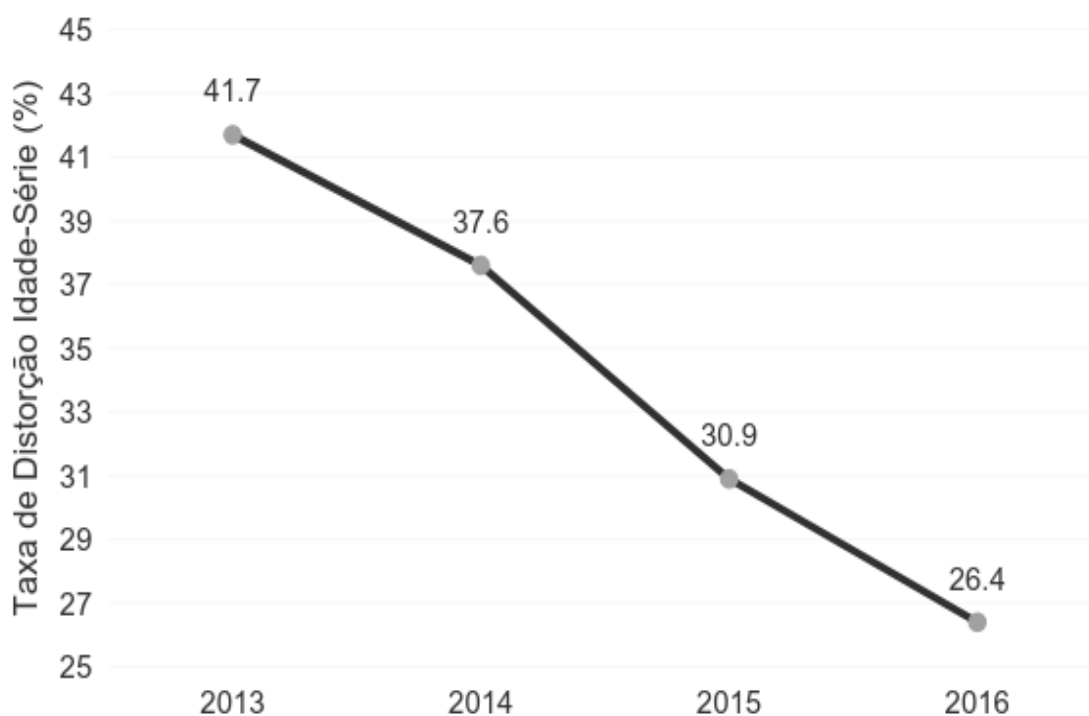
A escola ainda desenvolve atividades advindas da CREI-ITA, que são planejadas no início do ano letivo. Nestas atividades, as escolas estaduais têm a oportunidade de mostrar o seu rendimento escolar, através de ações culturais, destinadas a outras escolas. Todo esse trabalho recebe o apoio de parceiros, que ajudam nas atividades desenvolvidas com a comunidade escolar. Dentre eles, estão: o Conselho Tutelar, Posto de Saúde, Polícia Militar, Prefeitura do Município, Igreja, dentre outros.

Além de todos os projetos apresentados, a EEAM desenvolve ações com o intuito de reduzir o quadro de reprovações e de evasão escolar, o que pode culminar na diminuição do índice de distorção idade-ano. Dentre essas ações, destacam-se as palestras com os pais e as reuniões bimestrais, além de outros encontros, caso haja a necessidade. O objetivo dessas palestras é prevenir a desistência dos alunos infrequentes e resgatar os desistentes. As ações são realizadas com o apoio da CREI-ITA, além do apoio pedagógico e de parceiros amigos da escola. A triagem dos alunos é feita diretamente pelos professores monitores, que tem a função de

detectar os alunos infrequentes ou desistentes. Diante disso, um levantamento dos endereços, para elaboração cadastral, é realizado. Após isso, as famílias são visitadas, com o objetivo de verificar o motivo da ausência do aluno nas aulas e, dentro do possível, a escola tenta resgatá-los para a sala de aula. Essa ação consiste em aproximar o aluno ao ambiente escolar, fazendo com que ele se sinta acolhido pelo corpo docente e passe a integrar, novamente, o âmbito escolar.

Apesar de todos os projetos e ações para manter a frequência dos alunos na escola, a instituição ainda registra um percentual considerável de distorção idade-ano, o que justificou a implementação do Projeto Avançar, em 2013. Na ocasião, a EEAM apresentava, segundo dados do INEP, um percentual de alunos em situação de distorção idade-ano de 41,7%. Estes dados são apresentados no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Distorção Idade-Ano na Escola Estadual Augusto Montenegro (2013 a 2016)



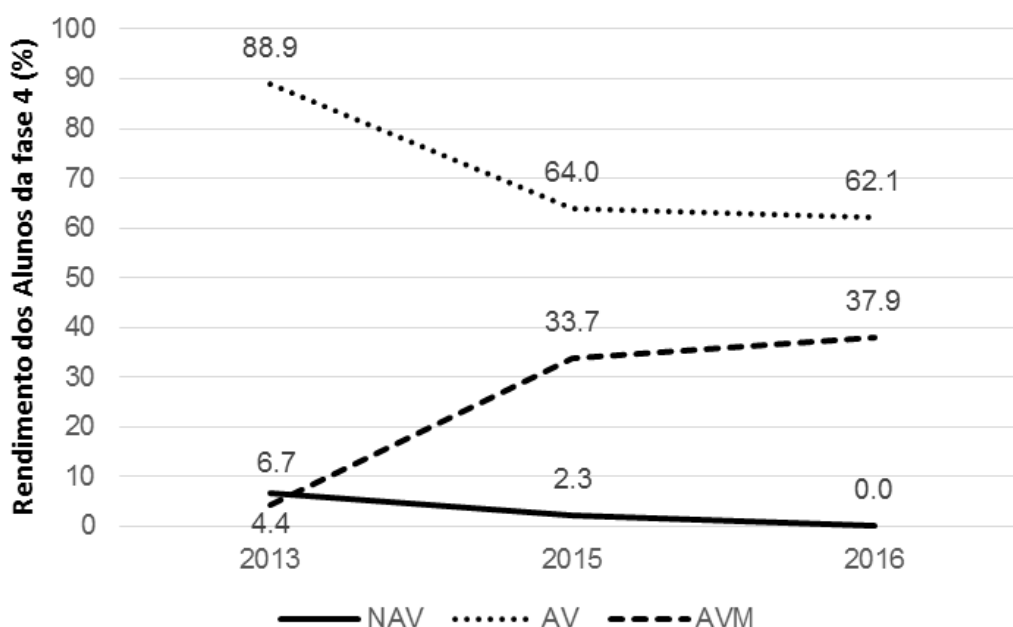
Fonte: Elaborado pela Autora com base em dados do Portal do INEP (2017).

É possível verificar que, de 2013 a 2016, a distorção idade-ano na escola caiu cerca de 15%, uma vez que, em 2013, 41,7% de alunos se encontravam em distorção idade-série, e, em 2016, esse número diminuiu para 26,4%. Para a análise do progresso dos alunos, é importante analisar os conceitos que esses alunos,

participantes do PA, receberam nos últimos anos. No ano de 2013, a EEAM teve apenas uma turma de 3ª fase e, nos anos subsequentes, 2015 e 2016, não houve alunos para compor esta fase. Segundo os conceitos atribuídos aos alunos do PA, no ano de 2013, 5 alunos obtiveram o conceito não avançou, 22 alunos conseguiram o conceito avançou e nenhum aluno obteve o conceito avançou muito.

O Gráfico 6 apresenta dados da fase 4, nos anos de 2013, 2015 e 2016, sobre o rendimento dos alunos do PA, conforme cada um dos seus conceitos (NAV, AV, AVM).

Gráfico 6 - Rendimento dos Alunos da fase 4, conforme os conceitos NAV, AV, AVM, nos anos 2013, 2015 e 2016.



Fonte: Amazonas (2016).

No ano de 2013, a EEAM atendia a um total de 90 alunos, número referente às fases 3 e 4, implementadas somente no ano 2013. Abaixo, serão categorizados os alunos da fase 4, conforme o rendimento descrito pelo Relatório da Secretária da EEAM.

Ao analisar o conceito Não Avançou (NAV) do PA, no ano de 2013, 06 alunos (6,7%) alcançaram o rendimento NAV, sendo que no ano de 2015, apenas 2 alunos (2,3%) tiveram esse resultado e, em 2016, nenhum aluno (0%) obteve esse conceito. Em relação ao conceito Avançou (AV), no ano de 2013, 80 alunos (88,9%)

obtiveram o conceito AV, 55 alunos (64%), em 2015 e 18 alunos (62,1%), em 2016. No ano de 2015, a escola passou a atender 86 alunos na fase 4. Além disso, em relação ao conceito Avançou Muito (AVM), em 2013, 4 alunos (4,4%) obtiveram esse resultado e em 2016, 11 alunos (37,9%), resultados menores do que o ano de 2015, quando 29 alunos (33,7%) conquistaram esse conceito.

Ademais, observa-se uma redução de alunos matriculados no ano de 2016, com apenas 29 alunos matriculados nesta fase. Ressalta-se que essa redução ocorreu somente na referida escola, uma vez que no ano de 2016, o município de Itacoatiara, em sua rede estadual, apresentou um total de 325 alunos matriculados nas fases do PA.

Apesar da redução do quadro de alunos em defasagem escolar no ano de 2016, muitas dificuldades ainda são enfrentadas para a obtenção dessa redução. Um deles é lotação de professores, nas turmas, que não tenham qualquer formação para trabalhar com o PA. Além disso, existe a falta de um acompanhamento pedagógico dos docentes e a ausência de livros didáticos condizentes com as disciplinas ministradas. As seções seguintes discorrem sobre estes problemas detectados na operacionalização do Projeto Avançar na EEAM.

1.4.1 Importância do acompanhamento pedagógico nas turmas do Projeto Avançar

A Proposta Curricular do Projeto Avançar (PCPAV) prevê ações que devem ser desenvolvidas pelos pedagogos e gestores escolares, como: promover reuniões periódicas com a comunidade escolar, apoiar o corpo docente no desenvolvimento de trabalhos e projetos interdisciplinares, acompanhar o rendimento escolar dos alunos e fomentar subsídios para que os professores desenvolvam a sua prática pedagógica (BARBOSA, 2015).

Mediante a proposta do PA, cabe ao pedagogo orientar os profissionais sobre a forma de operacionalização do Projeto. Nesse sentido, há uma importância específica do apoio deste profissional na execução dos projetos de correção ao fluxo escolar. Entretanto, para isso, é necessário que o pedagogo conheça a proposta curricular do Projeto e o seu funcionamento. No ano de 2013, a escola contava com esse profissional, mas ele empregava a mesma metodologia usada com os professores do ensino regular. Nesse sentido, as reuniões não tinham distinções de

assuntos entre o ensino regular e o PA, sendo que todas as informações repassadas eram as mesmas, sem distinção. Esse procedimento ocorria, porque o profissional nunca recebeu uma formação sobre o projeto.

Tal procedimento ocorria em desacordo com a Proposta Pedagógica do Projeto, que prevê reuniões bimestrais com a realização de conselhos de classes para a avaliação do rendimento dos alunos. Nesses momentos, devem ser propostas ações interventivas, no sentido de evitar problemas futuros, como dificuldades iniciais e finais do ano letivo, no que se refere ao rendimento escolar. Vale ressaltar que essas reuniões ocorriam sempre em conjunto e nelas estavam presentes professores do Projeto Avançar e do ensino regular. Tal situação gerava indagações dos professores do PA, sobre o tempo reduzido que tinham para sanar as suas dúvidas, o que poderia afetar a qualidade das discussões sobre a proposta e intervenção do Projeto Avançar na escola.

No ano 2015 e 2016, como já foi mencionado, não houve a presença do pedagogo na escola. A falta desse profissional ocorreu porque a SEDUC não os tinha em seu quadro de disponibilidade. Mediante a isso, a gestora da escola tomou para si essa função, com a intenção de auxiliar no suporte às ações pedagógicas da escola.

É importante enfatizar que não houve reuniões específicas para os envolvidos com o PA, apenas reuniões conjuntas foram realizadas. Além disso, as decisões tomadas e os diálogos estabelecidos não podem ser apurados, pois não houve registro das informações em atas. De acordo com a Gerência do Ensino Fundamental (GENF) da SEDUC-AM, a operacionalização das ações desenvolvidas ao longo da intervenção do PA, tais como reuniões e avaliação sobre o desempenho das classes, devem ser realizadas e monitoradas por técnicos, que executam esse monitoramento na capital. Em contrapartida, na cidade de Itacoatiara, cabe à Coordenadora Adjunta do município desempenhar essa função (AMAZONAS, 2005).

De acordo com as informações (AMAZONAS, 2005), a Gerência de Ensino Fundamental possui função específica na condução das reuniões pedagógicas, junto à equipe pedagógica das escolas:

A Gerência de Ensino Fundamental conduzirá as ações de execução, incorporando a filosofia, promovendo reuniões pedagógicas, subsidiando gestores, pedagogos e professores, acompanhando junto com a equipe pedagógica o desempenho das

classes e buscando o apoio da comunidade escolar, com vistas à correção do fluxo escolar dos alunos defasados em idade/ano (série) (AMAZONAS, 2005, p.1).

O texto da proposta do PA é bem claro, quando cita as orientações dessas ações. Na capital, essa iniciativa fica a cargo da Gerência de Ensino Fundamental e, nas coordenadorias regionais, esse trabalho é feito pelas coordenadoras adjuntas. Mesmo na ausência, em 2015 e 2016, do pedagogo na EEAM, nota-se um descumprimento dessa tarefa, o que acarretou em dificuldades, por parte do corpo docente, no desenvolvimento do PA.

1.4.2 Formação continuada dos professores

A operacionalização do Projeto Avançar na escola foco deste estudo aponta também para a ausência de formação continuada. O Projeto teve início em 2013 e, desde então, somente uma capacitação para os professores da capital foi realizada, no ano de 2009, e nenhuma para os docentes que atuam no interior. De acordo com o relato informal de alguns professores que atuam no PA, eles nunca tiveram a oportunidade de participar de formações continuadas e, em virtude disso, trabalham a proposta do jeito que a compreendem. Nesse sentido, esses professores participaram somente das formações realizadas para o ensino regular, que ocorrem na CREI-ITA uma vez por bimestre e por componente curricular, não atendendo às especificidades do Projeto Avançar.

A partir das informações obtidas pelos professores da escola, foi possível recolher dados sobre a realização dos cursos de formação fornecidos pelos professores. Esses dados podem ser visualizados na Tabela 9.

Tabela 9 - Professores que participaram de cursos de formação para o Ensino Regular e do Projeto Avançar (2013-2015 e 2016)

ANO	ENSINO REGULAR	PROJETO AVANÇAR
2013	20	-
2015	20	-
2016	22	-

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nas informações da secretária da EEAM (2016).

Os dados da tabela 9 indicam a quantidade de cursos de formação ofertada aos professores do ensino regular e, segundo os dados da tabela, nenhuma formação específica foi realizada com os docentes do PA. Vale ressaltar que, na proposta curricular do PA, não existe previsão para formações continuadas aos professores do Projeto. No entanto, sabe-se que o Centro de Formação Profissional Padre José de Anchieta (CEPAN) é responsável pelos cursos de formação continuada aos docentes da rede de ensino do Estado do Amazonas. O modelo de formação previsto para a rede de ensino do Amazonas é por demanda. Nesse sentido, a formação ocorre mediante a necessidade da escola, que encaminha a solicitação à Coordenadoria de Ensino, responsável pelo encaminhamento de cursos de formação contínua ao CEPAN. O pedido é encaminhado, pela coordenadoria, ao CEPAN, que elabora e oferece o curso. A gestão organizacional desses cursos de formação é de responsabilidade da GENF da SEDUC. No entanto, cabe a cada coordenadoria a solicitação de sua aplicação.

Loureiro (2001) esclarece que a formação dos professores tem sido vista como uma solução para os males da educação. Entretanto, isso não condiz com a complexidade da relação da educação com a sociedade. A falta de uma formação efetiva acarreta em professores desmotivados em sala de aula, resultando em iniciativas de baixo impacto no ensino, pela falta de suporte pedagógico. Segundo Cunha (1999, p.20), três motivos levam à desmotivação do professor. São eles:

[...] desvalorização do magistério, relacionada com a questão salarial; a estrutura do ensino, determinada pelo modelo de escola da legislação contemporânea e as condições de trabalho, como espaços físicos e materiais didáticos, que impossibilitam um ensino de melhor qualidade.

Nesse sentido, é evidente que esses três aspectos (desvalorização do magistério, estrutura e material didático) contribuem para a insatisfação dos professores. Para o caso do PA, ressalta-se a falta de formação continuada, uma vez que o profissional não passou por nenhum processo de formação ou treinamento por parte da SEDUC/AM. Nesse sentido, apenas são alocados como professores de uma iniciativa que pouco conhecem ou, em vários casos, que nunca trabalharam. Tal afirmação se pautava, inclusive, nos dados referentes à experiência

dos professores da EEAM com o PA. As informações do Quadro 4 indicam que os mais experientes possuem apenas 3 anos de trabalho com esta iniciativa.

Desta forma, a falta de orientação ou mesmo de um treinamento prévio para os docentes pode levar a problemas graves nas atividades do PA, tais como: evasão e indisciplina em sala de aula. Para Behrens (1996, p.135), “A essência da formação continuada é a construção coletiva do saber e a discussão crítica reflexiva do saber fazer”. A ausência de formação é tida como um problema, à medida em que a proposta é diferenciada do ensino regular. Ademais, os alunos precisam de metodologias que os motivem e os possibilitem a avançar nos estudos, de modo a serem realocados em séries compatíveis com as suas idades.

Na seção abaixo, será retomado o assunto referente à importância do livro didático nas salas de aceleração.

1.4.3 Livro didático

A proposta do PA prevê a distribuição dos livros, com base nos componentes curriculares. O Projeto determina que os livros cumpram as determinações da LDB e as orientações do MEC. Além do material disponível ao aluno, é proposto o livro do professor, com guias de organização de conteúdo, orientações, procedimentos metodológicos e lista de atividades. Segundo informações retiradas da proposta do Projeto, a SEDUC/AM é o órgão responsável pela distribuição dos livros. Conforme o documento:

O Programa de Correção do Fluxo nos Anos Finais do Ensino Fundamental é uma proposta pedagógica com livro didático específico para cada componente curricular, que visa possibilitar aos jovens, a formação básica e o seu desenvolvimento global. (AMAZONAS, 2005, p.9).

Em 2009, houve a última distribuição dos materiais didáticos do Projeto Avançar nas escolas. Nessa época, a escola foco desse caso de gestão não oferecia o PA, visto que o projeto foi implementado na escola somente no ano de 2013. Segundo a gestora da EEAM, no ano da implementação do Projeto, em 2013, foi feita a solicitação dos livros junto à SEDUC/AM. Essa solicitação foi enviada por ofício. A resposta foi enviada para escola através de telefonema e, nessa ocasião, a Secretária informou que não contava com recursos financeiros para a aquisição

desses livros, visto que tinham custo elevado. Nesse sentido, não houve distribuição e uso de livros didáticos específicos do PA nos anos de 2013, 2015 e 2016. Desta forma, tanto as escolas da capital como as do interior que ofertam o PA passaram a não receber mais os livros didáticos. Segundo Lima (2015, p.47):

Os livros que passaram por licitação foram distribuídos nas escolas que, na época, ofereciam o Projeto. Eles formavam um kit com três volumes. Sendo que o volume 1 atendia a Ciências e Matemática; volume 2, a Língua Portuguesa e Arte; e, por fim, o volume 3 com História, Geografia e Ensino Religioso. As disciplinas de Língua Estrangeira Moderna (Inglês) e Educação Física não eram atendidas.

Dentre outros recursos propostos, os livros didáticos são subsídios pedagógicos ao professor no desenvolvimento de sua prática em sala de aula. Segundo a gestão da escola, no início da implementação do Projeto, no ano de 2013, foram encaminhadas solicitações de livros à SEDUC/AM, mas os responsáveis pela distribuição dos livros alegaram que havia uma ausência no estoque, devido à falta de material para a confecção dos livros, com os custos elevados. A solução dada aos professores, no início do ano letivo, foi a de que deveriam utilizar os livros fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Essa solução, entretanto, está em desacordo com a proposta curricular do PA. No Quadro 5, apresentamos os componentes curriculares, tal como os autores e editoras, utilizados como material didático no PA da EEAM, em 2013, 2015 e 2016.

Quadro 5 - Livros utilizados pelo Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro, por componente curricular (2013-2016)

(continua)

Componente Curricular	2013	Fornecedor do livro
Português	TERRA, Ernani; CAVALLETE, Toscani Floriana. Português . 1ªed. SP: Scipione, 2009.	MEC
Matemática	RIBEIRO, Jackson da Silva. Matemática . 3ªed. SP: Scipione, 2013.	MEC
História	VICENTINO, Claudia. Projeto Radix História . 3ªed. SP: Editora Scipione, 2013.	MEC
Geografia	PIRES, Valquíria; BEILLUCI, Beluce. Geografia . 1ªed. SP: Scipione, 2009.	MEC
Ciências	FAVALLI, Leonel Delvai; PESSÔA, Karina Alessandra; ÂNGELO, Elizangela Andrade. Ciências . 2ªed. SP: SCIPIONE, 2013.	MEC
Artes	MEIRA, Bea. Artes . 1ªed. SP: Scipione, 2009.	MEC
Inglês	FERRARI, Mariza; RUBIN Sara G. Inglês. 2ªed. SP: Scipione, 2009.	MEC
Educação Física	-----	
2015		
Português	COCHAR, Thereza; CEREJA, William. Português: Linguagens . 8ª ed. SP: Editora Atual, 2014.	MEC
Matemática	ANDRINI, Álvaro; VASCONCELOS, Maria José. Praticando Matemática . 3ª ed. renovada. S P: Editora do Brasil, 2012.	MEC
História	APOLINÁRIO, Maria Raquel. História: Projeto Araribá Plus . 2. ed São Paulo: Moderna, 2014 . (6º ao 9º ano) Indicado como referência principal do 6º ao 9º ano.	MEC
Geografia	ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. Expedições Geográficas . Edição : 2ª Edição. SP: Editora Moderna, 2013.	MEC
Ciências	FAVALLI, Leonel Delvai; PESSÔA, Karina Alessandra; ÂNGELO, Elizangela Andrade. Ciências . 2ªed. SP: Editora SCIPIONE, 2013.	MEC
Artes	Apostilas	Próprio professor
Inglês	Apostilas	Próprio professor
Educação Física	Apostilas	Próprio professor
2016		
Português	COCHAR, Thereza; CEREJA, William. Português: Linguagens . 8ª ed. SP: Editora Atual, 2014.	MEC
Matemática	ANDRINI, Álvaro; VASCONCELOS, Maria José. Praticando Matemática . 3ª ed. renovada. S P: Editora do Brasil, 2012.	MEC

Quadro 5 - Livros utilizados pelo Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro, por componente curricular (2013-2016)

(conclusão)

História	APOLINÁRIO, Maria Raquel. História: Projeto Araribá Plus . 2. ed São Paulo: Moderna, 2014 . (6º ao 9º ano) Indicado como referência principal do 6º ao 9º ano.	MEC
Geografia	ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. Expedições Geográficas . 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 2013.	MEC
Ciências	FAVALLI, Leonel Delvai; PESSÔA, Karina Alessandra; ÂNGELO, Elizangela Andrade. Ciências . 2ªed. SP: Editora SCIPIONE, 2013.	MEC
Artes	Apostilas	Próprio professor
Inglês	Apostilas	Próprio professor
Educação Física	Apostilas	Próprio professor

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos componentes curriculares utilizados no PA

A produção de livros específicos para um projeto, como o Avançar, demanda um grande volume de recursos para custear o pagamento de autores, editoras, além da distribuição dos materiais para as escolas do Amazonas que contam com esta iniciativa. Todavia, estes recursos são provenientes do estado do Amazonas. Neste sentido, a adoção de livros do ensino regular no PA, embora constitua uma distorção da proposta, aponta para pelos menos dois pontos específicos da dificuldade em produzir os livros. O primeiro, como pode ser observado no Quadro 6, é que praticamente todas as obras, com exceção das apostilas adotadas em 2015 e 2016 pelos professores de Artes, Inglês e Educação Física, foram fornecidas pelo governo federal, o que desonera o estado do Amazonas. O segundo ponto a ser considerado é que a distribuição dos livros é uma problemática, por conta do sistema logístico do território do estado, que conta com dificuldades de acesso e de meios de transporte.

Assim, com a adoção dos volumes fornecidos pelo governo federal, é possível contornar os custos de produção e de envio dos livros. Além de já estarem disponíveis nas escolas, os livros fornecidos pelo MEC são conhecidos e rotineiramente utilizados pelos professores. Para além disso, é preciso salientar que, dadas às especificidades do PA, não interessa às editoras assumir compromissos, em médio prazo, com uma iniciativa que tende a oscilar, conforme a quantidade de alunos em distorção. Ademais, tratam-se de exemplares didáticos sem apelo comercial.

Nesse sentido, embora a solução encontrada pelas escolas seja uma distorção da Proposta Pedagógica do PA, e que obriga alunos e professores a adaptarem os livros do ensino regular às especificidades do Projeto, pode-se ponderar que foi encontrada uma solução para o problema, embora ela seja questionável. Sabe-se que para cada Fase do PA é necessário um livro específico para cada componente curricular. Conforme Lima (2015, p.47):

Se por meio do livro didático o aluno vai aprender, é preciso que os significados do livro sejam adequados ao tipo de aprendizagem com o que a escola se compromete ou o programa se propõe. Os significados que, em torno do livro didático, o aluno vai construir ou alterar, precisam, por um lado, corresponder aos padrões de conhecimento da sociedade em nome da qual a escola estabelece seu projeto de educação.

A falta de recursos didáticos específicos pode impactar no trabalho dos professores, que podem atuar na sala de aula desmotivados, em razão da falta de apoio recebido para lidar com o PA. Nesse sentido, o uso do livro didático, na proposta do PA, é importante para aperfeiçoar o tempo, o processo de ensino, aprendizagem e a obtenção de resultados satisfatórios pelos alunos.

Os professores que atuam nas salas de aceleração, como o Projeto Avançar, usam livros do PNLD. Nesse contexto, os professores precisam priorizar os conteúdos mais relevantes em suas disciplinas, o que também requer maior tempo, visto que essa não é uma tarefa fácil para quem tem outras turmas, inclusive da modalidade regular. É preciso salientar que os professores não são exclusivos do PA, já que esses profissionais também lecionam em turmas do ensino regular, sendo que alguns também estão lotados nas escolas do município.

Vale destacar, além disso, que o tempo destinado para tal atividade é o de planejamento semanal, com carga horária de 4 horas. Cada professor tem direito ao Horário de Tempo Pedagógico (HTP), instituído pela Lei Federal nº 11.738/08, Lei do piso salarial do professor que prevê 1/3 das horas em atividade extraclasse. Para os 8 professores com carga horária semanal de 20 horas, 1/3 dessas horas equivale a 6 horas e 40 minutos durante a semana. Já os 10 professores que atuam com carga horária de 40 horas semanais na EEAM, 1/3 das horas de HTP equivale a 13 horas e 20 minutos semanais. Entretanto, esse tempo não é exclusivo para a preparação das aulas, já que esse período é usado também para outras atividades, como

atendimento aos pais e correção de atividades. Portanto, apesar de contarem com tempo para planejamento, os professores do PA da EEAM nem sempre usufruíam de apoio do pedagogo, inclusive para a organização do planejamento, com base nos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o que o que dificulta a docência de uma iniciativa dotada de especificidades.

Nesse sentido, foi possível perceber, nesse capítulo, os problemas enfrentados pela escola na execução do PA, que vão desde a falta de um acompanhamento pedagógico, de formações continuadas e da ausência do livro didático. Com isso, percebe-se que o PA necessita ser revisado pela SEDUC/AM, para que sejam feitas correções e/ou adequações. Dessa forma, o programa funcionará adequadamente e superará os problemas de distorção idade-ano no estado do Amazonas, como também da escola lócus do caso de gestão.

Desse modo, o capítulo 2 apresenta as análises dos dados obtidos em pesquisa de campo, e os analisa, com base em um referencial teórico específico, de forma que seja possível refletir sobre as dificuldades vivenciadas pelos profissionais da EEAM na implementação do Projeto Avançar.

2 ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO

O presente capítulo tem como objetivo analisar as dificuldades na implementação do Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro. As reflexões giram em torno dos principais problemas detectados na implementação do PA, que foram: o acompanhamento pedagógico nas turmas do Projeto Avançar, a ausência de formação continuada aos professores e a falta do livro didático.

Para melhor sistematizar as reflexões deste capítulo, organizamos as informações em três seções. Na primeira, é apresentado o referencial teórico que respalda as análises sobre os problemas relacionados ao caso de gestão, especificamente no que se refere às questões de fluxo escolar, distorção idade-ano e implementação de políticas públicas. A segunda seção é destinada à apresentação da metodologia e dos instrumentos de pesquisa de campo utilizados para a coleta de dados. Já a terceira seção contém análises dos dados obtidos no lócus da pesquisa de campo.

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo dessa seção é apresentar as concepções teóricas dos autores contemplados nesse estudo, no sentido de investigar e discutir os problemas de implementação do Projeto Avançar na EEAM. A partir dessas reflexões, será pontuado sobre a necessidade de cumprir o monitoramento e avaliação da política pública no processo de implementação do PA. Segundo Condé (2012, p.80), as políticas públicas “[...] emanam de uma autoridade que tem legitimidade para sua implantação ou para delegá-la a outrem”. Desse modo, cabe à SEDUC/AM a responsabilidade da implementação das políticas educacionais no estado do Amazonas, como a de casos de correção de fluxo escolar, operacionalizada pelo Projeto Avançar. Assim, faz-se necessário levantar questionamentos sobre as diretrizes do programa, o que nos remete a questionamentos feitos por Condé (2012) na análise sobre as políticas públicas:

As políticas operam em torno de questões públicas e em torno de bens públicos. Mas de onde elas vêm? Elas não aparecem se não

existe um problema. Qual é ele? Como se manifesta? Como se torna um problema público e entra para a agenda? Saber de sua existência obriga a conhecê-lo melhor. O que o provoca? O que acontecerá se nada for feito? Ele pode ser resolvido em que tempo – curto médio ou longo prazo? (CONDÉ, 2012, p.81).

É possível perceber, segundo a análise de Condé (2012), que as políticas públicas apresentam a missão de implementar projetos que visem solucionar problemas, inclusive os voltados para o âmbito educacional. Assim, a escolha pelas análises de Condé (2012), como referencial teórico, foi por conta de sua percepção sobre a projeção das metas, traçadas pelas políticas públicas.

Sendo a educação um dos pilares que compõe a Constituição Federal, os problemas previstos nos programas de aceleração a aprendizagem tendem a se inclinar para a diminuição da defasagem escolar. Em suma, os programas de aceleração ao aprendizado apresentam pontos a ser ajustados, já que há a persistência dos altos índices de alunos no quadro de distorção idade-ano. Nesse sentido, o estudo das políticas públicas é útil para o entendimento dos problemas educacionais, vivenciados pela sociedade atual.

Concernente ao estudo das políticas públicas, desde as últimas décadas do século XX, tem-se percebido o interesse, por parte da sociedade, em relação a elas. Isso acontece, porque as políticas estão diretamente ligadas à vida do cidadão. Mainardes (2006), um dos teóricos que acompanhou o desenvolvimento das políticas ao longo de sua implementação, entende que elas são dotadas de ciclos. Segundo ele:

[...] a abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos (MAINARDES, 2006, p.48).

A avaliação dos ciclos de políticas, conforme apontado por Mainardes, precisa ser constituído por uma abordagem que analise os projetos das políticas educacionais desde elaboração do texto político até a intervenção da proposta. Nesse sentido, esse processo precisa caminhar lado a lado com a gestão, podendo ser possível identificar os problemas de administração e de gestão. Neste interim, o

que se percebe são políticas públicas educacionais com vastos problemas em suas implementações.

Para uma melhor compreensão sobre a gestão educacional, utilizamos Luck (2004), autora que discorre que a gestão educacional precisa ser compreendida na totalidade. Para tanto, é importante a avaliação, do início ao fim, da liderança política, no ambiente educacional. A autora enfatiza os problemas evidenciados pelo MEC na implementação do Programa de Aceleração da Aprendizagem, criado no ano de 1997 em diferentes estados. Os problemas identificados na operacionalização do Programa de Aceleração de Aprendizagem no Brasil foram analisados por Luck (2004). De acordo com a autora:

As dificuldades na implementação do programa, identificadas com maior frequência pela avaliação do MEC, referem-se a aspectos diversos, tais como: à operacionalização/administração do programa; à escassez de recursos materiais; os problemas com alunos, pais e comunidade; e a resistências na escola e na comunidade. O maior grau de dificuldade (48,3%), entretanto, foi atribuído à operacionalização e à administração do programa, incluindo uma diversidade de aspectos, como falta de assessoria técnica, de orientação, de acompanhamento, de experiência e de apoio técnico ao professor, por exemplo. Em segundo lugar, com 37%, destaca-se a dificuldade atribuída ao aluno, expressa por antigos problemas de disciplina, falta de motivação, dificuldade de aprendizagem, evasão, absenteísmo, crianças portadoras de necessidades especiais – e, como agravante, a condição socioeconômica dos alunos (LUCK, 2004, p.10).

As ponderações de Luck (2004) são importantes para refletir sobre as dificuldades na implementação dos programas de correção de fluxo escolar, como o Projeto Avançar. O que falta a essa e a outras políticas semelhantes são ajustes na organização e na gestão dos programas. Diante disto, a ausência do suporte técnico e orientação aos professores, além do acompanhamento, é apenas uma das muitas dificuldades citadas por Luck (2004) sobre os programas de aceleração da aprendizagem.

Compreende-se que fluxo escolar está intimamente ligado à permanência e à conclusão do aluno nas séries, de acordo com a idade prevista para término de sua escolaridade.

Prado (2000) cita ser a “[...] repetência, evasão e abandono são problemas crônicos, que sempre estiveram na história da educação escolar brasileira” (p.49).

São esses problemas crônicos, citados por Prado (2000), que provocam a distorção idade-ano, problema que atinge a muitos alunos e os levam à perda da autoestima. Ao mesmo tempo, essas questões acarretam problemas ao sistema educacional. Portanto, é importante a criação de políticas voltadas para a correção de fluxo escolar, com o propósito de resgatar esse público para a regularização e conclusão de seus estudos.

De acordo com análise conceitual das políticas públicas, enfatiza-se a importância de atores envolvidos no processo político da gestão escolar. Em muitos casos, essa participação precisa atender à função estabelecida para cada um dos atores envolvidos. Nesse sentido, mencionamos a função e importância do papel do Coordenador Pedagógico no processo de gestão escolar. Libâneo (2001) cita a responsabilidade como um dos atributos do Coordenador Pedagógico, já que ele responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, relacionado aos professores, alunos e pais.

Nesse aspecto, o coordenador, junto ao corpo docente, tem como principal atribuição a assistência didática pedagógica, de modo a ajudar os docentes a refletir sobre as práticas de ensino. Dessa forma, ele auxilia na construção de novas situações de aprendizagem, capazes de ajudar os alunos, ao longo de sua formação. A escola é uma instituição formal, que visa minimizar os problemas que assolam a aprendizagem no contexto educacional. Para isso, é necessário que todo o corpo docente, bem como o corpo pedagógico, atue em conjunto para uma boa articulação dos projetos envolvidos. Cabe ao coordenador pedagógico mediar os cursos de formação contínua, aos docentes, da rede de ensino da qual faz parte.

Neste sentido, Candau (1997), ao refletir sobre os processos de formação docente, argumenta sobre a necessidade da formação do professor, tendo em vista que ele é o principal agente de transformação do processo educacional e, por isso, é importante investir em sua formação. As concepções dos autores mencionados nos auxiliam na análise e na discussão sobre a função e os atributos do pedagogo no processo de execução do Projeto Avançar. Esse aspecto, assim como as dificuldades relacionadas à formação docente, foi identificado como um problema no caso de gestão analisado.

Sobre a formação docente, Tardif (2002) faz uma distinção relevante entre os saberes adquiridos pelos professores produzidos no ambiente da prática docente e os demais, advindos das instituições formadoras ou dos programas curriculares.

Tardif (2002) explica que os saberes profissionais correspondem ao conjunto de saberes, transmitido pelas instituições responsáveis pela formação profissional dos professores. Nesse sentido, os professores, durante o processo de formação acadêmica, entram em contato com as ciências da educação e, dessa forma, os conhecimentos adquiridos se transformam em saberes. Em outras palavras, tornam-se conhecimentos específicos, que se destinam à formação científica dos docentes. Ao analisar os problemas identificados na política educacional do PA na EEAM, é possível fazer uma correlação com o discurso desse autor. Tardif (2002), em sua fala, diz que os saberes são a condução responsável pela formação de conhecimento desencadeado a um novo saber na formação profissional dos docentes. Contudo, na escola analisada neste caso de gestão, não se pode constatar essa prática no processo de implementação do PA. No processo de implementação do PA, não houve oferta dos cursos, destinados à formação continuada para os profissionais da EEAM. Além disso, não foi realizada a demanda, pelos responsáveis pela escola, para a Coordenadoria Regional de Ensino.

Luck (2004) consolida que, através de informações fornecidas pelo Centro de Ensino Técnico (CENTEC), instituição sem fins lucrativos do Governo do Estado do Ceará, os problemas evidenciados, na execução dos projetos voltados para a aceleração do ensino e aprendizagem, são frutos da falta de formação continuada dos profissionais que atuam nesses projetos. De acordo com a autora:

Especialistas do CENTEC indicam que suas experiências com o desenvolvimento de programas de aceleração da aprendizagem demonstraram que, no geral, a implantação foi dificultada pelo baixo compromisso das secretarias de Educação, haja vista a baixa efetividade do programa, que se expressa claramente pelo não-cumprimento de determinados objetivos das propostas, como: a) o tamanho das turmas, com tendência a ser superdimensionadas; e b) a insuficiência da capacitação, que não atingia a todos os professores das classes de aceleração. Além disso, conforme já mencionado, as condições de formação inicial dos professores, entre outras, desfavoreciam o melhor aproveitamento das ações de capacitação desenvolvidas (LUCK, 2004, p.25-26).

Para tanto, um dos eixos norteadores deste estudo é destinado à análise do uso do livro didático, sendo o livro uma das ferramentas pedagógicas mais usuais em sala de aula. Ressalta-se que o aprendizado do aluno não depende apenas

desse material didático, já que esse é apenas um suporte facilitador à compreensão de temas específicos, pautados na proposta do PA.

Contudo, para Gatti Júnior (1997):

[...] material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação; materiais caracterizados pela seriação de conteúdos; mercadoria; depósito de conteúdos educacionais; instrumento pedagógico; portador de um sistema de valores; suportes na formação de uma história nacional; fontes de registros de experiências e de relações pedagógicas ligadas a políticas pedagógicas da época; e ainda materiais reveladores de ângulos do cotidiano escolar e do fazer-se da cultura nacional (Gatti Júnior 1997, p.30).

O autor compara o livro didático a um manual de orientação, sendo ele responsável por possibilitar, ao professor, o complemento às suas práticas pedagógicas, no ensino em sala de aula.

Para uma melhor compreensão sobre os procedimentos de pesquisa adotados em nosso estudo, a seção 2.2 apresenta a metodologia e os instrumentos utilizados na pesquisa de campo.

2.2 PERCURSO METODOLÓGICO E INSTRUMENTOS DE PESQUISA DE CAMPO

O presente caso de gestão é pautado numa metodologia qualitativa. Na concepção de Minayo (2003), a pesquisa qualitativa pode ser definida do seguinte modo:

Trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtores profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003, p. 16).

A escolha pela pesquisa qualitativa, para a realização desta dissertação, se dá pelo fato de ser uma metodologia que permite que o pesquisador seja peça participante do estudo. Para o recolhimento das informações sobre as dificuldades vivenciadas, no decorrer da implementação do Projeto Avançar, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com roteiros previamente elaborados. As entrevistas

foram feitas com base nos eixos temáticos: i) o papel do pedagogo na implementação do Projeto Avançar, ii) a ausência de formação continuada dos professores do PA e iii) falta do livro didático.

A partir das informações obtidas, por meio das entrevistas, espera-se que as perguntas levantadas, no decorrer desse estudo, sejam respondidas, em especial no que tange à implementação do Projeto Avançar e às dificuldades de implementação na EEAM. Para tanto, foram entrevistadas 7 pessoas, que participaram diretamente da execução do PA. São elas: o Coordenador Regional de Educação de Itacoatiara (CREI-ITA), a Coordenadora Adjunta Pedagógica da CREI-ITA, a Gestora da escola Estadual Augusto Montenegro (atuante entre os anos 2013, 2015 e 2016), bem como a Pedagoga da escola, que atuou no ano de 2013.

A escolha foi baseada no envolvimento que esses atores tiveram com a implementação do PA no município. Além disso, foram entrevistados outros três atores participantes do Projeto Avançar, sendo eles professores das áreas Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física, que atuaram no PA, durante o período analisado.

É importante mencionar que as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, sendo elas capazes de fornecer informações relevantes e específicas sobre a política ora analisada, o que talvez não fosse possível com a aplicação de questionários, por exemplo. No total, foram 4 horas e 39 minutos de gravação. Além disso, elas foram realizadas nos meses maio e julho, na CREI-ITA e na EEAM.

Todos os sujeitos entrevistados possuem carreira profissional na área da Educação. O Coordenador Regional de Itacoatiara é graduado em pedagogia, tem 30 anos de experiência, e está à frente da Coordenadoria desde 2005. Anteriormente, o Coordenador atuava como Professor de Matemática na rede estadual de ensino.

A Coordenadora Adjunta Pedagógica da CREI é graduada em Letras, Especialista em Coordenação Pedagógica. Ela possui mestrado em Educação e é doutoranda na mesma área. Esta depoente atua há 4 anos na Coordenação Adjunta Pedagógica da CREI (2012 a 2016), e a sua função é assessorar os trabalhos pedagógicos nas escolas, dentre eles, o programa de correção de fluxo escolar.

Especificamente no âmbito escolar, foi entrevistada a gestora da Escola Estadual Augusto Montenegro, que possui graduação em Educação Física e Ciências Biológicas, com especialização em gestão escolar. Ela atua na área

educacional desde 1991, tendo ocupado o cargo de gestora durante 26 anos, 16 destes na EEAM (2001-2017).

Dentre os professores, o primeiro entrevistado foi o Professor de Matemática, que tem a sua formação em magistério, com graduação em Licenciatura em Matemática, e possui pós-graduação no Ensino de Jovens e Adultos (EJA). O docente atua há 26 anos na rede estadual de ensino (1991-2017).

O segundo docente entrevistado foi o professor de Português. Ele é graduado em Licenciatura em Língua Portuguesa, leciona desde os 16 anos de idade e, portanto, possui vasta experiência em sala de aula, totalizando em 24 anos de docência (1993-2017). Por fim, o último entrevistado a colaborar com o seu relato, para este estudo, foi o Professor de Educação Física. Esse docente tem graduação em Educação Física, pós-graduação na mesma área, e tem 9 anos de experiência na área da educação (2008-2017).

Feita a apresentação da metodologia do estudo, dos instrumentos de pesquisa e do perfil dos entrevistados, na seção a seguir apresentamos as análises dos problemas identificados no caso de gestão.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO

O objetivo dessa seção é analisar as informações obtidas, através dos dados coletados na pesquisa de campo, com a finalidade de compreender a raiz dos problemas, relacionados às dificuldades na implementação do Projeto Avançar na Escola Estadual Augusto Montenegro. Os dados obtidos foram trabalhados conforme quatro diferentes eixos: a) processo de implementação do projeto, b) a proposta curricular e o livro didático, c) formação continuada para professores e d) a importância do pedagogo para o desenvolvimento do Projeto Avançar. Os eixos foram selecionados, a partir de observações sistemáticas, vivenciadas nas turmas do PA.

Na seção a seguir são analisados os relatos dos envolvidos no caso de gestão, acerca do processo de implementação do Projeto Avançar, especificamente sobre as dificuldades vivenciadas com esta iniciativa na escola foco do estudo.

2.3.1 Processo de Implementação do Projeto Avançar

Em seus estudos, Mainardes (2006) analisa o ciclo de políticas públicas e pontua as dificuldades, no decorrer do processo de implementação, e a possibilidade das políticas serem recriadas ou adaptadas ao contexto. Tal percepção coaduna com as observações de Ball e Bowe (1992), que asseveram que as políticas públicas devem ser analisadas, tanto na escala macro quanto na micro. Na escala macropolítica, as funções do Estado são analisadas a nível federal e estadual, especificamente em sua formulação. Na dimensão micro, são contempladas as esferas regionais e municipais, principalmente a implementação delas nos espaços formais.

Para os autores, inquirir as políticas públicas nessas duas escalas permite abordar a política em suas várias etapas/dimensões. Rompe-se, assim, a hegemonia no âmbito das políticas educacionais, no sentido de articular as necessidades vivenciadas pela gestão escolar, frente ao ciclo de políticas educacionais. Nesse sentido, para analisar o processo de implementação do Projeto Avançar em Itacoatiara, questionamos, em entrevista, o Coordenador da CREI-ITA sobre os critérios utilizados para a criação de turmas do PA. Segundo ele:

Nós buscamos um diagnóstico, a coordenadoria, juntamente com as escolas, para estabelecermos uma faixa etária para que nós pudéssemos estar atendendo o aluno dentro de nossas escolas. Os critérios utilizados no diagnóstico pela nossa Coordenadoria e juntamente com as nossas escolas é para nós estabelecermos uma faixa etária para que nós pudéssemos está atendendo o aluno dentro de seu processo de escolarização. Então, todos aqueles alunos que estavam fora da faixa etária do processo de escolarização, então nós começamos fazer o processo seletivo e a criação e a implantação do Projeto avançar nas nossas escolas, começamos como escola Pioneira em Itacoatiara, Escola Estadual Augusto Montenegro. Na escola, nós tivemos a oportunidade de fazermos a reordenação de toda a nossa rede, e trazido todos aqueles alunos que estavam acerca de alguns anos reprovados e evadidos na nossa rede, já com a distorção bastante elevada, e, desde então, fizemos essa reordenação da Rede para a Escola Estadual Augusto Montenegro, traçamos metas estabelecidas para que nós pudéssemos estar avançando com processo de escolarização, esses alunos primeiro com uma atividade de conquista interna nas escolas para a gente conseguir ver esse novo entendimento da permanência desses alunos nos espaços escolares e depois com suas famílias. Então, o primeiro momento com a parte pedagógica administrativa nas escolas e, segundo momento, com as famílias e, assim, nós conseguimos um sucesso significativo com a nossa clientela, uma

grande parte significativa a gente conseguiu está resolvendo esse avanço de processo de escolarização. (COORDENADOR REGIONAL DE ITACOATIARA, entrevista realizada em 20 de maio de 2017).

Como é possível observar, os critérios utilizados na CREI-ITA para a implementação do PA se referem aos princípios básicos de uma proposta de correção de fluxo escolar, ou seja, a identificação da faixa etária e o nível de escolaridade dos alunos. Entretanto, é importante destacar que a Escola Estadual Augusto Montenegro, na fala do coordenador, foi peça-chave no processo de implementação do PA em Itacoatiara, já que teria sido a pioneira. Porém, apesar da importância da implementação da iniciativa de correção de fluxo na EEAM, no decorrer das análises, observamos que esta escola não foi a primeira na implementação do PA em Itacoatiara. Outras instituições de ensino já haviam implementando as Fases 3 e 4 do Projeto anteriormente. A Escola Estadual Maria da Graça, por exemplo, foi a primeira a ofertar o PA, em 2011, e a Escola Estadual Walter Bizantino ofereceu o Projeto em 2012. A EEAM foi escolhida no ano de 2013 para ofertar o Projeto Avançar no município, porque ela passou por um processo de reordenação de turmas. Anteriormente, funcionava, na escola, o ensino fundamental anos iniciais e anos finais e, com o processo de reordenação, a escola foi escolhida para ofertar somente o ensino fundamental anos finais. Com isso, no lugar das series iniciais, foram alocados todos os alunos do PA da rede estadual na escola

Quando analisados os dados de distorção idade-ano em Itacoatiara de 2010 a 2013, é possível perceber a relevância da implementação do PA, ainda que em diferentes escolas. Para evidenciar a necessidade da iniciativa educacional, apresentamos, na Tabela 10, o percentual de distorção nos Anos Finais do Ensino Fundamental das escolas estaduais de Itacoatiara, no período que abrange o contexto anterior à implementação do PA na EEAM.

Tabela 10 - Percentual de Distorção Idade-Ano das escolas da rede estadual do Ensino Fundamental, anos finais (2010-2013)

(continua)

Escola Estadual	ANO			
	2010	2011	2012	2013
Escola Estadual Arnaldo Gomes	33,2	35	32	38,5
Escola Estadual Miriam Alencar	-	-	-	-
Escola Estadual Francisca Araújo	16,5	17	14	14

Tabela 10 - Percentual de Distorção Idade-Ano das escolas da rede estadual do Ensino Fundamental, anos finais (2010-2013)

(conclusão)

Escola Estadual	ANO			
	2010	2011	2012	2013
Escola Estadual Marquês de Pombal	-	-	-	-
Escola Estadual Dom Pedro I	-	-	-	-
Escola Estadual Coimbra	-	-	-	-
Escola Estadual Floriano Peixoto	-	-	-	-
Escola Estadual André de Lucena	-	-	-	-
Escola Estadual Antônio Melo	32,3	40,8	41,8	40,8
Escola Estadual Walter Bizantino	34,2	33,7	35,9	34,6
Escola Estadual Maria da Graça	33,2	35	38,9	38,5
Escola Estadual Antonieta	-	38,6	37,9	36,9
Escola Estadual Olivia Albuquerque	-	-	-	-
Escola Estadual Arnaldo Gomes	22,4	23	21,4	24,5
Escola Estadual Augusto Montenegro	30,4	31,8	30,4	31

Fonte: Elaborada pela própria autora com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2016).

* São escolas da modalidade ensino médio e ensino fundamental, anos iniciais: Escolas Estaduais na modalidade ensino médio: Escola Estadual Dom Pedro I, Escola Estadual Coimbra, Escola Estadual Floriano Peixoto. Escolas que atendem o ensino fundamental: Arnaldo Gomes, Miriam Alencar, Francisca Araújo, Castro Alves, Marquês de Pombal, André de Lucena, Antônio Melo, Walter Bizantino, Maria da Graça, Antonieta, Olivia Albuquerque, Arnaldo Gomes, Augusto Montenegro.

Todos os alunos que compõem o quadro de distorção idade-ano, na rede estadual de ensino de Itacoatiara, passam a fazer parte da seleção de alunos a serem alocados nas turmas de aceleração a aprendizagem, realizado pela CREI-ITA. Após esse processo, as escolas, que apresentam quantitativos de alunos em distorção idade-ano, são comunicadas e devem criar as turmas do PA. Reiterando o que foi dito, a fala da gestora da EEAM ratifica essa afirmação, segundo ela:

[...] outro fator importante, eu, “Gestora da Escola”, fui a principal responsável na criação das turmas do PA, porque quando me falaram que na escola tinha que se ter o Projeto Avançar, devido ter 40% de alunos na distorção série idade, então eu tive que criar essas turmas com a participação da secretária da escola. Para criarmos essas turmas, selecionamos os alunos, então minha participação maior foi essa, criar essas turmas (GESTORA DA ESCOLA. Entrevista realizada no dia 29 de maio de 2017).

Segundo a fala da Gestora da EEAM, o motivo, para a criação das turmas do PA na EEAM, foi o quantitativo de 41,7% dos alunos em situação de distorção escolar. No ano de 2011, a referida escola atendia à clientela de alunos do 1º ao 5º ano; em 2012, os alunos dessas séries foram aprovados. No ano de 2012, a EEAM passou a atender somente alunos dos anos finais do 6º ao 9º ano, tendo, em seu

quadro 475 alunos⁴, pois a escola passou pelo processo de reordenação. A reordenação citada foi um processo que ocorreu da seguinte forma: as escolas que atendiam alunos do Ensino Fundamental, anos iniciais e anos finais, passaram a atender a apenas um nível e, no caso da EEAM, a instituição passou a atender apenas do 6º ao 9º ano.

Nesse sentido, vários discentes, oriundos de outras escolas, passaram a efetuar matrículas na EEAM. Com o aumento do número de alunos, outras instituições de ensino migraram os discentes em situação de distorção idade-ano para a EEAM. No ano de 2013, os dados do SIGEAM indicavam o quadro de distorção idade-ano de 41,7%, assim, a escola EEAM, por solicitação da CREI-ITA, passou a oferecer o Projeto Avançar. Embora a instituição escolar tenha sido escolhida para sediar o PA, a escola não recebeu a atenção necessária, uma vez que o quantitativo de professores, corpo pedagógico e gestor permaneceu o mesmo.

Outro critério utilizado pela Coordenadoria, na implementação do PA, de acordo com o Coordenador Regional de Ensino de Itacoatiara, tem relação com o processo de integração dos alunos ao convívio escolar e o seu retorno à sala de aula, com a finalidade de promover a sua permanência na escola. Segundo ele:

[...] traçamos metas estabelecidas para que nós pudéssemos estar avançando com processo de escolarização. Primeiramente, foi estabelecida uma atividade com os alunos de conquista interna nas escolas para a gente conseguir ver esse novo entendimento da permanência desses alunos nos espaços escolares e, depois, com suas famílias. Então, o primeiro momento com a parte pedagógica administrativa nas escolas e, segundo momento, com as famílias (COORDENADOR REGIONAL DE ITACOATIARA. Entrevistada realizada no dia 20 de maio de 2017).

De acordo com o relato citado, as metas que foram traçadas pela CREI-ITA foram divididas em duas fases. A primeira fase se dá pela realização da “Atividade de Conquista Interna”, com o objetivo de reintegrar esses alunos ao convívio escolar. A escola passa a fazer a interação com aluno, através de reflexão, sendo que essa reflexão é mediada por encontros, seguidos por conversas com os alunos.

⁴ A escola EEAM no ano de 2012 atendeu a 16 turmas, apresentando, em seu quadro de alunos, um total de 475 alunos. Dentre esses, 93,7 % obtiveram a classificação de aprovados. 1,9% obtiveram o indicativo de reprovados, apresentando 4,4 % alunos que deixaram de frequentar a escola (AMAZONAS, 2012).

A escola passa a mostrar ao aluno a importância de sua permanência no ambiente escolar, mostrando que essa permanência resultará em benefícios para o aluno. O objetivo da interação da escola com os alunos é mostrar a importância de seu retorno à escola, no sentido de aprimorar o seu aprendizado e o desenvolvimento das habilidades, como a leitura e a escrita, assim como a construção de relacionamentos e afetos.

Portanto, a fase de conquista interna possibilita ao aluno a continuação de seus estudos, ratificando que o ambiente escolar está acessível para o seu retorno ao convívio escolar. A segunda fase ocorre pela “Atividade de Conquista com famílias dos alunos”: o processo de interação familiar, junto à escola, fortalece o vínculo do aluno ao retorno a sala de aula. Nessa fase, a escola procura consolidar parcerias com as famílias, através de reuniões, momentos em que são abordadas as exigências e a importância da participação dos responsáveis nas reuniões de pais e mestres.

Em continuidade aos relatos dos entrevistados, foi questionado à Coordenadora Adjunta sobre a sua participação no processo de implementação do PA no município. Ela descreve que é de sua responsabilidade contatar os gestores das escolas e realizar o levantamento do quantitativo de alunos em distorção idade-anos, comunicando a esses gestores a importância da implementação do PA. Segundo ela: “Nossa ação se resume em convencê-los a implantar o PA em suas escolas.” (COORDENADORA ADJUNTA. Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2017).

A fala da Coordenadora Adjunta, embora pequena, é significativa, pois indica que as dificuldades na implementação do PA na EEAM geram resistências nos demais gestores escolares de Itacoatiara. Essas resistências podem estar relacionadas à falta de orientações específicas sobre o processo de implementação do PA, além da ausência de compreensão sobre a Proposta Curricular e sobre o desenvolvimento da iniciativa. Assim, os gestores e professores passam a não dar credibilidade ao projeto, em decorrência as falhas na operacionalização. A Coordenadora Adjunta ainda indica ser necessário usar o poder da persuasão para a implementação do PA nas escolas. Segundo ela: “[...] se eu consegui convencer o gestor a abraçar a causa, ele vai ser capaz de convencer os professores” (COORDENADORA ADJUNTA. Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2017).

Ao analisar a fala da Coordenadora Adjunta, é possível perceber que uma política educacional passa a se tornar uma proposta efetiva no ambiente escolar, quando ambos os atores envolvidos caminham com o mesmo propósito. Para isso, o processo de formulação das propostas dos projetos vai além de convencimento, é necessário avaliar e compreender o processo de administração política, com o objetivo de minimizar e compreender na área educacional.

Em continuidade ao processo de implementação do PA, a Coordenadora Adjunta relatou que:

[...] a distorção idade-ano é fator principal para a criação de turmas para a correção de fluxo escolar nas escolas, e que o aluno precisa ter o domínio da leitura da escrita e dos cálculos matemático para estar se efetivando nessas turmas. (COORDENADORA ADJUNTA. Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2017).

No combate a esses problemas, a CREI-ITA realiza ações, através do levantamento das matrículas, ao início do ano letivo, na rede estadual de ensino, conforme o contingente de alunos matriculados. A CREI-ITA fica ciente do número de alunos que foram reprovados no ano anterior, bem como a quantidade de alunos evadidos e em situação de abandono escolar. Após esse levantamento, a Coordenadora Adjunta entra em contato com a gestão escolar, propondo a implementação do PA em seu Plano Anual de Atividades Escolares.

Ao perguntar à Coordenadora Adjunta sobre as dificuldades vivenciadas por ela na implementação do Projeto Avançar na rede estadual de ensino, ela afirma que os problemas enfrentados, ao logo da execução do PA, estão associados à falta de capacitação dos professores. Segundo a entrevistada: “[...] a proposta do Projeto é muito boa, o que falta é compreensão, por parte dos professores, e uso de práticas que facilite o processo de ensino e aprendizagem desses alunos.” (COORDENADORA ADJUNTA. Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2017).

Segundo a Coordenadora Adjunta, a proposta de formação continuada dos professores é solicitada junto à SEDUC/AM. Na maioria das vezes, essa solicitação não é atendida. A Coordenação do município alega ter problemas logísticos para o envio de profissionais, destinados à aplicação dos cursos de formação. Todavia, a correção do fluxo escolar demanda, além de ações imediatas, procedimentos paralelos, capazes de inibir o abandono, a evasão e a reprovação dos alunos. Caso

contrário, as ações do PA tendem a se tornar inócuas, e uma iniciativa que era um projeto, algo provisório, pode se tornar um programa permanente.

No ciclo das políticas públicas, estudado por Mainardes (2006), o autor descreve o quarto contexto, do ciclo de políticas, como sendo o contexto dos resultados ou efeitos. Em sua descrição, o autor enfatiza que este é o momento dos resultados ou efeitos:

A análise de uma política deve envolver o exame (a) das várias facetas e dimensões de uma política e suas implicações (por exemplo, a análise das mudanças e do impacto em/sobre currículo, pedagogia, avaliação e organização) e (b) das interfaces da política com outras políticas setoriais e com o conjunto das políticas (MAINARDES, 2006, p. 54-55).

Os problemas mencionados sobre a falta de formação continuada, relatada pela Coordenadora Adjunta, podem ser analisados conforme propõe Mainardes (2006), que aponta, no quarto contexto do ciclo de políticas públicas, a relevância de se analisar a proporção de uma política, os seus efeitos e a organização dessas políticas.

É importante analisar o posicionamento da Gestora da Escola EEAM na participação do processo de criação de turmas do Projeto Avançar. Segundo relato, a sua participação foi efetiva no processo de criação das turmas do PA, apesar da falta de orientação específica para lidar com a política. Seu discurso indica que no início do PA, ela não tinha conhecimento sobre como selecionar os alunos. Entretanto, isso evidencia falhas na implementação do PA, inclusive no que se refere ao apoio da SEDUC e da CREI-ITA para alavancar a iniciativa (GESTORA DA ESCOLA. Entrevista realizada no dia 29 de maio de 2017). Apesar das dificuldades na leitura do texto político da proposta do PA, a Gestora da Escola implementou o PA na EEAM no ano de 2013, em razão da necessidade observada, após o relatório que indicava quantitativo de alunos em distorção idade-ano.

Para Mainardes (2006, p. 53),

Os profissionais que atuam na implementação das políticas exercem um papel ativo, que envolve a (re)interpretação que poderá rejeitar selecionar ou ignorar parte da política conforme experiências, valores, propósitos e interesses diversos.

Assim, o autor indica que a política pública é sujeita a mudanças, com base na sua aceitação ou não, conforme o lócus que essa está sendo inserida. Logo, pode haver discordâncias entre o texto e a prática.

A ausência de orientações sobre a Proposta Curricular do PA está explícita na fala da Gestora da Escola. Além disso, ela também sinaliza a ausência de capacitação para os professores do PA da Escola Estadual Augusto Montenegro. Segundo ela:

O Projeto chegou na escola, nós não tínhamos conhecimento de como trabalhar com o mesmo, apenas com uma proposta. A partir de então, nós lemos a proposta e tentamos trabalhar em cima dela não foi fácil. Uma vez que você recebe um projeto de correção de fluxo desse porte, no mínimo teríamos que ser preparado antecipadamente para poder atender a proposta. Então, quando ele chegou, não deu tempo de nós nos prepararmos e não teve realmente nenhuma formação. **Eu acredito que a SEDUC, uma vez que implementa um projeto desse porte, deveria ter uma equipe que assessorasse as escolas antes de implementar essas propostas, pois deveria primeiro reunir as escolas,** reunir os gestores, os pedagogos e a equipe de professores, preparar com um ano de antecedência. Eu acredito que se você trabalhasse com antecedência, a proposta teria mais êxito. Com o nosso projeto, nós não obtivemos sucesso, uma vez que nós estávamos recebendo naquele momento e colocamos em prática algo que era desconhecido e, dessa forma, eu vejo que quando foi lançado a proposta nas escolas, primeiramente, a escola tinha que ser preparada, foi por isso que nós não conseguimos nossos objetivos com projeto (GESTORA DA ESCOLA. Entrevista realizada no dia 29 de maio de 2017) (Grifo nosso).

O discurso da gestora, assim como outros relatos anteriormente citados, aponta que a gestão escolar não teve participação no que se refere à criação ou proposição de ideias na fase de implementação do PA na EEAM. Na fala da gestora, fica explícita a falta de direcionamento, por parte da SEDUC e da CREI-ITA, no processo de implementação do Projeto. Em outras palavras, vigorou um modelo de implementação “de cima para baixo”, o que é denominado, na literatura acadêmica, como *Top/Down*. De acordo com Rua e Romanini (2013), existe uma integração das causas e ações, no impacto das políticas públicas, quanto ao modelo *Top-down*. Segundo elas:

Uma relação causal direta entre as políticas públicas e seus efeitos, e sustenta que os impactos das ações dos implementadores nos produtos das políticas (“*delivery*” ou “entregas”, os bens e os serviços

que uma política pública produz) são pouco expressivos (RUA; ROMANINI, 2013, p.96).

Nesse sentido, a falta de direcionamento ao processo de implementação do projeto reflete na falta de êxito do alcance dos objetivos esperados pela EEAM. Esses objetivos não estão ligados somente a um alto índice de alunos que saíram do quadro de distorção, já que também se relacionam com a experiência do corpo docente e com a sua motivação na implementação do PA. Os objetivos não foram alcançados, inclusive devido à falta de assessoria, por parte das instâncias responsáveis pelo PA.

Entretanto, observa-se que no meio dos ciclos das políticas públicas de fluxo escolar, de forma específica o Projeto Avançar, há uma falta de compreensão em sua totalidade, seja na execução ou na finalidade de sua implementação. Contudo, compreender as políticas públicas é de fato interpretar a sua totalidade. Segundo Condé (2012), muitas escolas, que executam os projetos de aceleração à aprendizagem, abrem uma caixa preta. Segundo este autor, analisar o processo de implementação do PA é, em certo sentido, como abrir uma caixa preta, ao passo que é necessário compreender os textos que normatizam a proposta, assim como a sua organização curricular e como ela será apresentada e executada nas escolas.

A implementação do PA, como política pública direcionada pelo Estado, deveria ser o processo em que os atores envolvidos tivessem claro entendimento de sua estrutura e metas, de modo a evitar aspectos que inviabilizem o sucesso de sua implementação. A falta de conhecimento dos atores sobre o PA ficou evidente nas falas dos integrantes da CREI-ITA e dos gestores da EEAM.

O PA, em sua proposta, prevê metas estabelecidas, no sentido de acompanhamento, através de reuniões conduzidas pela Gerência de Ensino Fundamental. Em relato fornecido pela Gestora da Escola, isso fica claro, quando ela cita não ter atingido os objetivos previstos na escola.

O Projeto chegou na escola e nós não tínhamos conhecimento de como trabalhar. A partir de então, nós lemos a proposta e tentamos trabalhar em cima dela, não foi fácil, porque, uma vez que você tá recebendo um programa de correção de fluxo desse porte, no mínimo nós teríamos que ser preparado antecipadamente para poder atender a proposta (GESTORA DA ESCOLA. Entrevista realizada no dia 29 de maio de 2017).

Os relatos dos professores sobre a implementação do PA na escola, no período de execução do Projeto indicam críticas sobre a ausência de uma reunião formal, nunca realizada por parte da SEDUC, com intuito de esclarecer o objetivo geral da proposta de implementação do PA na escola. Para tentar contornar essas dificuldades, a gestora, juntamente com a pedagoga que atuava no ano de 2013, reuniu-se com os professores para tentar compreender a proposta curricular do Projeto. A partir da concepção e entendimento de gestão escolar, por parte da gestora, pedagoga e demais professores, todos passaram a consolidar o programa, de forma coletiva.

Nenhum critério, após chegar na escola que fui lotada, já fui apenas comunicada que estava lotada no Projeto Avançar, sem conhecer o que era avançar, sem saber quais os critérios de avaliação, não sabia nada. Diante disso, tantos foram os problemas que a gente foi enfrentando em sala de aula, o resultado do primeiro bimestre foi que houve uma problemática de notas, aí é que nós fomos descobrir que não era como nós estávamos trabalhando, então teve a reunião entre os pedagogos e gestores e foi resolvido, principalmente sobre a nota do aluno que nós não sabíamos nada e a gente não conseguiu fazer como era para ter sido feito. Somente depois da reunião, conseguimos entender mais ou menos como era para se fazer (PROFESSOR DE MATEMÁTICA. Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2017).

Mesmo com experiência na carreira docente, o professor de Matemática sentiu dificuldades na implementação do PA, porque houve a concentração de alunos do Projeto Avançar em uma única escola. Segundo ela:

Quando cheguei na escola, o projeto já tinha sido implementado, foi organizado pela CREI, então escolheram as escolas que tinham mais problemas e focalizaram tudo em uma escola, tanto que no futuro foi percebido que isso não deu certo, então cada escola ficou com suas próprias turmas do PA, não deu certo colocar todos os alunos com distorção em uma escola só (PROFESSOR DE MATEMÁTICA. Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2017).

De acordo com o relato do professor de Matemática, alocar todos os alunos em distorção idade-ano, em uma única escola, se tornou inviável para a execução do PA. Ainda assim, nem todas as escolas de Itacoatiara oferecem o Projeto, o que faz com que uma parcela desses alunos tenha que ser transferida para outra instituição.

Para tanto, os relatos fornecidos pelos entrevistados e a experiência adquirida ao longo da intervenção do PA atuam como uma forma de monitorar e avaliar a proposta curricular do PA. Segundo Mainardes (2006), a experiência dos entrevistados e a sua vivência no ambiente escolar precisam ser consideradas, no sentido de rever o processo. Segundo o autor:

Os ajustes nas políticas são realizados de acordo com as contribuições daqueles profissionais que atuam nas escolas e que por meio de sua vivência podem contribuir na busca de soluções para os problemas e dificuldades enfrentadas quando postas em prática essas representações dos textos que poderão ser reescritos ou reconfigurados para se adaptarem à realidade dada. (MAINARDES, 2006, p. 35)

Na concepção do autor, os ajustes nas políticas educacionais têm servido de base analítica, ao tentar solucionar as dificuldades encontradas na elaboração das propostas de execução das políticas públicas nas escolas. De acordo com Ribeiro (2009, p.72),

[...] o enfoque top down entende a implementação como um processo preestabelecido, com regras e procedimentos bem definidos, em que os formuladores têm total controle do processo. Neste caso, o insucesso na implementação significa dizer que em algum ponto do processo, os procedimentos foram mal executados ou mal-entendidos.

Assim, na análise do Projeto Avançar, é possível compreender que a falta de orientação e de capacitação aos participantes (Coordenador da CREI, Coordenadora Adjunta, Gestora Escolar, Pedagoga e professores), no início da implementação do Projeto, assim como ao longo de sua execução, gerou dificuldades e pode ter comprometido os resultados do PA.

2.3.2 Proposta curricular e o livro didático

O objetivo dessa seção é analisar os relatos dos entrevistados, no que tange à sua participação, à ausência de uma formulação da proposta curricular do PA, assim como à falta de distribuição do material didático na EEAM. O Governo do Estado do Amazonas, no ano de 2005, em parceria com a Secretaria de Estado da

Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC/AM), elaborou um texto de implementação de um projeto de aceleração a aprendizagem, intitulado Projeto Avançar.

Quando a proposta curricular do PA foi apresentada à rede de ensino, o seu objetivo era atuar na regularização da vida escolar dos alunos do ensino fundamental, que se encontravam na situação distorção idade-ano. A proposta curricular do PA apresenta uma proposta pedagógica diferenciada. O PA atua como tema norteador na função equalizadora, ou seja, favorece os alunos em defasagem escolar, proporcionando igualdade de oportunidades para a aquisição de novos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem, a eles, novas inserções no mundo do trabalho e na vida social (AMAZONAS, 2005).

Enfatizamos que desde a implementação do PA, nunca houve uma revisão da proposta por parte da SEDUC. Nesse sentido, espera-se que esse caso de gestão responda às dúvidas que permeiam o processo político educacional de outras escolas no estado do Amazonas que operacionalizam o PA em suas escolas.

Inicialmente, trazemos para essa seção, o posicionamento do Coordenador da CREI-ITA, que abordou sobre a elaboração da proposta curricular do PA. Para o Coordenador da CREI-ITA, a proposta curricular do PA precisa ser melhorada dentro de uma conjuntura macro, ou seja, a nível de Estado do Amazonas.

A escala macro, abordada pelo Coordenador da CREI, tem a ver com a tomada de decisões do Estado. Dessa forma, os relatórios dos programas de aceleração da aprendizagem deveriam, portanto, ser contemplados pela Agenda do Estado, com base nos déficits e problemas identificados no contexto da prática das políticas públicas. Entretanto, isso não tem ocorrido com relação ao PA, pois desde a implementação do Projeto na EEAM, não se percebeu alterações substanciais.

Para a Coordenadora Adjunta, a sua compreensão, sobre a Proposta Curricular, desencadeou indecisão de como lidar com os conteúdos propostos pelo PA.

Quando você vê o Projeto Avançar, por exemplo, aluno da fase 3 que está no 7º e 8º ano é para ele dá conta do conteúdo do 7º, 8º e 9º ano para poder avançar para o 1ª ano do Ensino Médio. É humanamente impossível se você pensar no que ele precisa adquirir acumular de conhecimento de 3 anos em um único ano e como o professor não tem uma capacitação fica muito complicado para o

professor administrar tudo isso. Dessa forma, então eu me sinto de mãos atadas porque eu não tenho como dizer para o professor “você pode substituir esse conteúdo, você acelera esse conteúdo” (COORDENADORA ADJUNTA. Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2017).

Quando feita a leitura da Proposta Curricular do PA, segundo a Coordenadora Adjunta, observa-se que o tempo previsto para o aluno assimilar os conteúdos dos componentes curriculares é curto, quando comparado ao tempo que esse aluno passará inserido na Fase 3. Essa etapa contempla o 7º e 8º ano do Ensino Fundamental. Em seu discurso, a entrevistada relata a necessidade da formação continuada para os professores que atuam no PA. Nesse sentido, essa capacitação é um processo que desencadeará em competências e habilidades para atuar na docência, em um projeto com tantas especificidades. Outro ponto que merece destaque, nessa análise, se refere a um trecho da entrevista, em que ela diz se sentir “[...] de mãos atadas, porque eu não tenho como dizer para o professor: você pode substituir esse conteúdo, você acelera esse conteúdo” (COORDENADORA ADJUNTA. Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2017). Por esse entendimento, os conteúdos descritos na Proposta Curricular do Projeto Avançar, apesar de serem extensos, passam a ser ministrados em curto período de tempo, um ano. Enquanto no ensino regular, o tempo estimado é de 3 anos.

Nessa vertente, é possível questionar se é possível acelerar o aprendizado de conteúdos que o aluno não conseguiu compreender no tempo em que esteve na modalidade regular. As críticas feitas por Luck (2004), aos programas de aceleração da aprendizagem da década de 1990, indicavam que tais programas apenas cumpriam o aspecto formal e pouco contribuíam para o ensino de competências e habilidades não aprendidas. De modo análogo, podemos compreender essa crítica também se relaciona com o Projeto Avançar. Entretanto, mesmo os programas de aceleração ao aprendizado tendo recebido fortes críticas, para alguns dos professores entrevistados, a proposta do PA é boa.

O professor de Educação Física, em sua fala, descreve que o projeto é uma “proposta muito boa”, uma vez que o aluno vai estudar os conteúdos do 6º, 7º, 8º e 9º anos, com a finalidade de chegar ao 1ª ano do ensino médio com o embasamento teórico dos conteúdos do Ensino Fundamental; uma vez que os alunos irão estudar, em um ano, conteúdos dos anos subsequentes aos anos finais.

Apesar de o Professor de Educação Física considerar a proposta boa, ele mesmo indica que os conhecimentos ensinados são resumidos para que o aluno “avance”. Neste sentido, esse avanço acontece mais em termos formais, do que por conhecimento. Portanto, a percepção de “muito boa”, afirmada pelo professor, reside na progressão das séries e não, necessariamente, na aquisição de competências e habilidades.

Contudo, ao avaliar a proposta curricular do projeto, a pedagoga usa o conceito bom. Nesse sentido, percebe-se que ela concorda, de certa forma, com o professor de Educação Física, em relação ao PA. Segundo ela:

A proposta curricular do Projeto Avançar é muito boa, entretanto, é necessário que a gente tenha todo um suporte, e o livro didático é fundamental. No entanto, quando começou na nossa escola, nós não tínhamos livros didáticos, nenhum livro, não veio nada que pudesse suprir essas angústias. Então, nós decidimos que nós iríamos usar o livro do ensino regular adequando a cada bimestre e, assim, trabalhar com nossos alunos, dentro da proposta, da melhor maneira possível, fora os outros apoios que os professores corriam atrás. (PEDAGOGA. Entrevista realizada no dia 25 de julho de 2017).

O livro didático serve como suporte em sala de aula, no entanto, devido à não distribuição do material didático na EEAM, outra alternativa foi proposta aos alunos do PA: utilizar o livro do ensino regular.

Pensa-se que os materiais didáticos, no formato e linguagem específicos aos eixos estruturadores dos programas de aceleração a aprendizagem, são importantes para o processo de evolução dos alunos e para a elaboração dos planos de aulas. Todavia, nunca houve repasse dos livros didáticos ao atendimento dos alunos do Projeto Avançar na escola EEAM. Essa afirmação é descrita pelo Coordenador da CREI, pela Coordenadora Adjunta, pela Pedagoga e pelos professores. O processo de aquisição do livro didático é feito através de processos de licitação, e esses processos requerem tempo para a entrega desse material. Segundo Silva (2015), o Gerente Institucional e o Técnico Institucional, atuantes na Coordenadoria do Estado do Amazonas, afirmam que:

Aquisição do livro didático é através de licitação, é um livro diferenciado que pode ser construído e, por isso, apresenta-se dificuldade de aquisição, até por ter custo alto, diferente dos livros didáticos adotados pelo PNLD, que tem um custo diferenciado, mais em conta (SILVA, 2015, p.71).

A Coordenadora Adjunta relata não ter ocorrido a entrega dos livros didáticos para as escolas do município de Itacoatiara. Segundo ela:

[...] no início que eu comecei a trabalhar, ouvi falar a respeito do Projeto Avançar que tinha os livros, mas esses livros não chegaram na escola da forma como foi proposto, acontece uma licitação desse material, mas ele nunca chega. Na verdade, não é do meu conhecimento que tenha chegado ao aluno em quantidade adequada que possa ser trabalhado na sala, é um projeto bom, mas que tem seus furos (COORDENADORA ADJUNTA. Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2017).

Conforme a fala dos entrevistados, não houve cumprimento da proposta curricular do Projeto Avançar, no que se refere à distribuição dos livros. Nesse viés, Lima (2015) afirma que:

[...] o material didático deve ser bem estruturado para ser uma ferramenta para auxiliar os professores a atuar nas classes do Projeto de Correção de Fluxo, de modo a propiciar aos alunos experiências de atividades bem sucedidas que os leve a retomar seu percurso no ensino regular (LIMA, 2015, p.77).

A proposta curricular do Projeto Avançar prevê a distribuição dos materiais didáticos às escolas de destino que ofereçam as fases do PA. Fica claro o não cumprimento da política educacional proposta pelo governo do estado na EEAM. O texto político do Projeto descreve que, para cada fase do PA, um livro específico seria distribuído e utilizado, o que não ocorre. Essa fala torna todo o processo de operacionalização difícil, nas escolas que oferecem turmas do PA.

De 2013 até 2017, não foram disponibilizados os livros didáticos citados na Proposta Curricular do Projeto Avançar e, por este motivo, a escola tomou a decisão de adotar os livros das turmas regulares do Ensino Fundamental. A iniciativa de utilizar esses livros, frente à ausência do material didático específico, conforme descrito na proposta do PA, foi do corpo pedagógico da EEAM. Os professores passaram a adaptar esses livros para o trabalho em sala de aula, no decorrer da implementação do projeto na escola, ou seja, em 2013. Essa adaptação ocorreu de acordo com os conteúdos norteadores, que fundamentam ou se aproximam dos eixos estruturadores da proposta curricular do PA. Em algumas situações, apostilas foram elaboradas, com base nos conteúdos que esses livros apresentavam.

Em contrapartida, conforme Gatti Júnior (1997, p.35): “O livro didático, na maioria das vezes, acaba por ditar o currículo escolar, especialmente nos locais onde os professores são mais desqualificados e despreparados”. Na visão de Gatti Júnior (1997), o livro acaba por desenhar o currículo, elaborado pela gestão escolar. Escolas que apresentam dificuldades em consolidar os conteúdos em sala de aula tornam o livro um objeto facilitador do processo pedagógico.

No entanto, a livre organização de materiais didáticos, por parte dos professores do PA, pode levar a modificações na proposta curricular do projeto de aceleração da aprendizagem. Nesse pressuposto, há o risco de que essas alterações não contemplem os objetivos dessa política, já que os professores que atuam na iniciativa não receberam nenhuma formação prévia ou continuada, por parte da SEDUC ou da CREI-ITA.

Dentre os relatos analisados, é possível chegar à conclusão de que a escala macrossistema, da política educacional, precisa ser revista e repensada, a fim de atender à toda demanda dessa política. O cenário educacional tem sofrido desgastes na construção de suas políticas educacionais. Nesse contexto, muito tem se falado e pouco ou nenhum monitoramento tem sido feito, frente aos programas de correção de fluxo escolar.

Todavia, a falta de compreensão das propostas curriculares dos projetos de aceleração, os problemas de não cumprimento dessas propostas e a falta de distribuição do livro didático são apenas alguns dos males observados no processo de execução do sistema educacional. A análise e a discussão que essa seção apresentou é um dos cenários evidenciados que precisa ser revisto nos ciclos de políticas educacionais do estado do Amazonas.

Ademais, na seção 2.3.3, é analisada a Formação Continuada para Professores. Esse é um assunto congruente aos problemas evidenciados na implementação do projeto executado na EEAM.

2.3.3 Formação continuada para professores

Um dos problemas analisados, como eixo norteador desse estudo, é a falta da formação contínua na carreira profissional dos professores. Nesta seção, serão

abordados os problemas vivenciados pelos professores lotados no PA, nos anos 2013, 2015 e 2016, em decorrência da falta de formação continuada.

A formação para os docentes que atuam no PA é importante, sobretudo quando se verifica que, dentre os profissionais que atuam nesta política, há uma alta rotatividade. Essa situação está relacionada ao processo de lotação desses professores, que ocorre através de processos seletivos realizados pela SEDUC. Sendo assim, esses professores passam a ministrar aulas no PA em um determinado ano e, nos anos consecutivos, são contratados professores diferentes. Na EEAM, a rotatividade entre os professores atuantes no PA, nos anos 2013, 2015 e 2016, das disciplinas de inglês, matemática, português e religião ocorria devido ao fato de esses professores não serem efetivos na rede estadual.

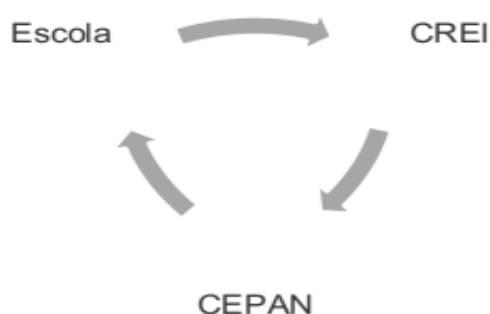
Como já mencionado nesse estudo, a falta de orientação específica aos envolvidos na execução do PA é um fator limitador ao processo de desenvolvimento da política. Um dos questionamentos que abrem essa seção está relacionado ao processo de capacitação da SEDUC/AM para os profissionais da Coordenadoria Regional de Educação. O Coordenador da CREI, quando perguntado sobre o assunto, afirmou que não existe uma formação específica para os docentes do programa de aceleração a aprendizagem que atuam em Itacoatiara. A formação que a coordenação recebe é a mesma oferecida para os professores da rede regular de ensino.

A Coordenadora Adjunta relata que as constantes mudanças que ocorre na Gerência da Coordenadoria Adjunta, devido às alterações de governos e demais secretárias do estado, influencia no andamento na gestão de processos em vigor, solicitado pela CREI, por existir mudanças na administração, como a substituição de funcionários.

A coordenadora Adjunta se refere às mudanças de funcionários nos órgãos administrativos, fato que causa interrupção nos processos que as coordenadorias enviam à SEDUC. Contrapondo o posicionamento da entrevistada, a solução ou esclarecimento para seu posicionamento, nesse caso de gestão, seria: a cada ano, as escolas deveriam fazer um levantamento sobre a formação dos professores e encaminhar à CREI-ITA. Essa, por sua vez, deveria, com base na demanda, solicitar ao CEPAN a formação para os professores que não a tem. Ressalta-se que as escolas não realizam esse levantamento com frequência, devido à própria CREI-ITA afirmar não haver condições de ofertar esses cursos de formação aos professores.

De forma precipitada, a CREI-ITA alega não encaminhar as solicitações de formação continuada ao setor responsável por essas formações, devido à demora de respostas. Nesse sentido, a CREI-ITA deveria encaminhar ao CEPAN as solicitações das escolas que necessitem da aplicação dos cursos de formação, pois, ao deixar de enviar a demanda, a CREI-ITA passa a interromper o fluxo das solicitações, ocasionando a falta de oferta de cursos as essas escolas. Para melhor compreensão, o organograma abaixo exemplifica as instituições e a ordem de encaminhamento, da solicitação, que deveria ocorrer.

Figura 1 - Organograma das instituições, no encaminhamento da solicitação da formação continuada



Fonte: Elaborado pela autora.

O organograma exemplifica o processo de solicitação da demanda dos cursos de formação. As instituições de ensino, ao realizar o levantamento da necessidade de demanda dos cursos de formação, devem encaminhar os seus pedidos à coordenação regional de ensino responsável. Nesse caso de gestão, a coordenadoria responsável pela administração, nas redes de ensino no município de Itacoatiara, é a Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara (CREI-ITA). Essa coordenadoria é responsável por 15 escolas estaduais e, dentre essas, 4 ofertam o Projeto Avançar. Essas escolas encaminham as suas solicitações à CREI-ITA, que a encaminha ao Centro de Formação Profissional Padre José de Anchieta-

CEPAN. Ao receber os encaminhamentos da demanda dos cursos de formação, o CEPAN passa a analisar as solicitações.

Além disso, ao ser deferida a solicitação, o CEPAN passa a elaborar e verificar a viabilização dos cursos de formação continuada às escolas que enviaram seus pedidos. Contudo, como foi mencionado anteriormente, não foi isso o que ocorreu na CREI-ITA, já que ela deixou de demandar os pedidos de cursos de formação para as escolas que ofereciam o PA na rede estadual do município.

Consoante às perguntas sobre as dificuldades encontradas na oferta da formação continuada, a Coordenadora Adjunta respondeu:

[...] se fizemos solicitações para que viessem formações demorariam muito. E existe toda uma logística de Manaus, penso que eles têm esse material, então é uma questão de logística, é uma questão de organizacional e a extensão territorial é toda uma situação. Temos 62 municípios, então se você pensar no calendário da SEDUC para trazer formação continuada para o nosso município, eu posso passar dois anos sem receber essa formação, seus formadores têm que rodar todo nosso estado. O estado é grande e extenso. Então eu vejo assim, o que é da nossa responsabilidade é solicitar e pedir a vinda dos formadores para a capacitação. Eu não tenho capacidade para ofertar uma formação, mesmo que eu leia, esmiúce todo o Projeto. O PA pelo tamanho e pela Audácia. Particularmente, acredito que deveria ter um trabalho maior, no sentido de formação continuada. No sentido de apoio de material didático, a gente precisa de livros. Essa questão organizacional, eu penso que a gente ganha muito mais com isso. (COORDENADORA ADJUNTA. Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2017).

Pelo entendimento da Coordenadora Adjunta, as dificuldades observadas por ela, no que tange à disposição da SEDUC em realizar a formação continuada nos municípios, tem a ver com a logística e tempo, uma vez que, ao encaminhar o pedido de solicitação dos formadores ao município de Itacoatiara, não existe um retorno das solicitações. Em sua fala, ela descreve ser difícil oferecer uma formação continuada para os profissionais do PA que atuam em Itacoatiara, devido à extensão do estado do Amazonas, composto por 62 municípios, o que dificulta a organização e o mapeamento do processo de capacitação para a formação continuada. Entretanto, pensa-se que, mesmo que todos os municípios implementassem o PA em suas escolas, seria indispensável um suporte técnico, sendo ele de responsabilidade da SEDUC na condução e no desenvolvimento da operacionalização do projeto nesses municípios.

Entretanto, enfatiza-se que o próprio estado do Amazonas, atualmente, detém recursos tecnológicos que possibilitem a formação à distância, por meio de videoconferência, para o ensino em todos os municípios. Segundo a Coordenadora Adjunta, ela busca por alternativas, mas, ao deixar de demandar as formações solicitadas à SEDUC, ela rompe com o modelo de oferta de formação existente para os professores do PA. Nesse sentido, as escolas da CREI-ITA nunca terão formação, uma vez que a CREI-ITA não tem condições técnicas e recursos humanos para oferecer a formação por si própria.

Nesse sentido, a estratégia dos cursos precisa ser efetivada no texto do projeto. A Gestora da Escola relata não ter tido uma capacitação ao longo do tempo (2013, 2015 e 2016) em que atuou como Gestora na EEAM. Segundo ela:

[...] eu não posso falar com bastante propriedade, porque eu não tenho muito conhecimento do processo que ocorre na SEDUC. O que sei é que é bastante preocupante, são muitas atividades e que o Projeto Avançar deveria ter uma Gerência Específica responsável para conduzir esse trabalho em todo interior do Estado. Porque é um trabalho fantástico, tendo esse gerente específico à pessoa responsável em fazer essa dinâmica. [...] mas que deixou a desejar, no ano de 2013, 2015 e 2016, faltou mais empenho da nossa secretária. (GESTORA DA ESCOLA. Entrevista realizada no dia 29/ de maio de 2017).

Uma nova estratégia é citada pela gestora da escola que, em sua concepção, pensa ser necessário instituir uma pessoa responsável pela dinâmica e intervenção do PA nas escolas, que faça um acompanhamento junto à pedagoga e aos professores do PA. Dessa forma, haveria um gerenciamento específico das atividades do PA. Para ela, o PA deixou a desejar, mediante a falta de capacitação aos profissionais que atuaram na implementação do projeto.

Quando perguntamos o que é feito, por parte da escola, quando a SEDUC não oferece formações continuadas aos professores do PA, ela relatou que a escola se organiza, fazendo um planejamento pedagógico bimestral, ocasião em que são tiradas algumas dúvidas. Esse planejamento é trabalhado por área de conhecimento e disciplina e, conforme ela: “Nossa Coordenadoria faz um trabalho em rede, onde uma vez por bimestre, reúne-se por área do conhecimento”. De forma específica, essa reunião é feita pelos componentes curriculares (Português, Matemática, Ciências, Geografia, História) e demais disciplinas (GESTORA DA ESCOLA. Entrevista realizada no dia 29 de maio de 2017).

Em se tratando do PA, essas reuniões são previstas na proposta curricular do PA, sendo enfatizado que tais reuniões são apenas para o levantamento do relatório final dos alunos inseridos no PA. Nesses momentos, são vistas questões como o desempenho de aprendizado e pontuados os conceitos AVM (Avançou Muito), AV (Avançou) e NAV (Não Avançou). Dessa forma, não são reuniões para a elaboração de cursos de formação.

Para melhor compreensão, a fim de solucionar a falta do processo de formação, a escola EEAM oferece, ao seu corpo docente e pedagógico, um momento de reunião, chamado parada pedagógica, que acontece a cada 2 meses (bimestral). A gestora relata ser um momento de análise e discussão dos problemas enfrentados pela escola, no sentido de buscar alternativas, com o intuito de realizar um planejamento, com base nos problemas enfrentados pela escola. Contudo, esse momento não é o suficiente para esclarecer todas as dificuldades acerca do PA.

O momento da parada pedagógica nada mais é do que reuniões realizadas pelo corpo pedagógico e docente da EEAM, com o objetivo de discutir o rendimento e a avaliação dos alunos, tanto da modalidade regular de ensino, quanto do PA. Essa parada pedagógica é inserida no calendário escolar da EEAM. Portanto, não se considera a parada pedagógica como uma formação continuada, desenvolvida aos professores e demais profissionais do PA.

Para o desfecho dessa seção, contemplamos o relato dos três professores entrevistados, destacando as suas experiências e dificuldades, vividas com a ausência de capacitação à docência. Além disso, quais implicações essa falta de formação acarretaram na sua carreira profissional, enquanto professores.

Para a professora de Matemática, é fundamental que haja formação continuada, de modo que a capacitação permita melhor compreender a avaliação dos alunos inseridos no PA, assim como toda a Proposta Curricular. A professora de Matemática afirma nunca ter tido uma formação continuada, no decorrer de sua atuação docente, nos anos 2013, 2015 e 2016. Na percepção da professora, a formação continuada é válida, no sentido de trazer benefícios para a interpretação da prática do PA. Em outras palavras, a experiência do saber adquirido pelo professor atuante do PA desencadeará no seu saber de experiência, enquanto profissional. Para Tardif (2002):

O saber experiencial é um saber ligado às funções dos professores, e através da realização dessas funções que ele é mobilizado, modelado, adquirido, tal como mostram as rotinas, em especial, a importância que os professores atribuem à experiência (p. 109).

Em suma, na maioria das vezes, o professor que não possui direcionamento e compreensão do processo implementado tenderá a não atribuir, à experiência do saber, uma rotina prazerosa.

Já a Professora de Educação Física relata que a formação continuada é importante, devido à diferença, na clientela, dos alunos do PA. Segundo ela:

[...] o professor estaria mais preparado para lidar com a diferença dos alunos, porque os alunos do Projeto Avançar são diferentes dos alunos do ensino regular. Sendo esses alunos advindos de uma sobrecarga familiar, falta de estrutura familiar. Alguns alunos têm problemas de vícios, são vários problemas. Então, é necessário o professor estar qualificado. Até mesmo na maneira de falar e chamar atenção desses alunos. (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Entrevista realizada no dia 29 de julho de 2017).

Como é observado, o professor é tido como mediador em sala de aula, sendo necessário o processo de formação contínua, uma vez que a clientela de alunos do PA apresenta perfis e situações sociais variadas. Em seus estudos, Tardif (2002) analisa a relação da carreira do professor e a sua socialização profissional. Segundo ele, eles

[...] abrangem igualmente aspectos como o bem estar em trabalhar nessa profissão, a segurança emocional adquirida em relação aos alunos, o sentimento de estar no seu lugar, a confiança nas suas capacidades de enfrentar problemas e de poder resolvê-los (TARDIF, 2002, p.108).

Já para Libâneo (2004), a formação continuada é o

prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e no desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (p. 227).

Nas palavras do autor, após o indivíduo concluir a sua graduação, é necessário que haja uma continuação de formação na sua carreira profissional. Para o autor, é preciso dar continuidade ao processo teórico e prático, além de sua

prática pedagógica, desenvolvida no ambiente escolar. A formação contínua possibilita, ao professor, uma visão holística do contexto escolar.

Nesse sentido, o processo de formação continuada vai além da capacitação conduzida pela administração do projeto, englobando o contexto social em que os alunos estão inseridos. Para Luck (2006), é necessária uma compreensão do ambiente em que os indivíduos estão inseridos. Assim, o processo de comunicação, emitido pela gestão organizacional do PA, assim como da escola, é fundamental no âmbito social do indivíduo. Conforme a pesquisadora:

Pressupõe um entendimento diferente da realidade, dos elementos envolvidos em uma ação e das próprias pessoas em seu contexto; abrange uma série de concepções, tendo como foco a interatividade social, não consideradas pelo conceito de administração, e, portanto, superando-a (LUCK, 2006, p. 55).

Uma política pública que desconsidera a realidade em que será inserida pode ter problemas ou não obter sucesso. Além disso, a não consideração da realidade é típica de políticas implementadas de maneira *top-down*⁵. Nóvoa (1995) cita que o processo de formação do professor precisa ser reinventado ao longo de sua profissão. Tal autor exemplifica que:

[...] o professor encontra-se num processo de redefinição e diversificação das suas funções, sendo chamado a desempenhar um conjunto alargado de papéis, numa dinâmica de (ré) invenção da profissão professor (NÓVOA, 1995, p. 36).

Para que essa redescoberta ocorra, pensa-se que a formação continuada é um dos fatores que desencadeia essa mudança. É claro que a formação contínua não é remédio para todos os males.

Após analisar a fala de cada entrevistado, conclui-se que a formação continuada é de suma importância para esses atores participantes do quadro de implementação do PA. No entanto, o que impede essas formações contínuas de

⁵ A política *top-down* é regida pela hierarquia de cima para baixo. A visão dessa política é seguir a implementação do texto político elaborado, da mesma forma pelo qual esse plano foi formulado. Não há liberalidade com o meio em que essa proposta está sendo implementada. Para Condé (2012, p.16), “é preciso que ocorra um conhecimento muito forte sobre os objetivos e metas do programa (ou do projeto), indicando, fase a fase, quais as tarefas que deverão ser cumpridas por quem participa dele”. À priori, compreender a proposta curricular do PA, de fato, é leitura crucial para a intervenção do projeto.

serem oferecidas tem relação com a gestão do PA, uma vez que a CREI-ITA deixa de demandar da SEDUC os cursos necessários para os professores.

Conforme indicado no relato das entrevistas, a escola tenta, no limite de suas possibilidades, estabelecer ações para executar o projeto. Nesse contexto, muitas delas acabam por tornar o PA semelhante ao ensino das salas de aula do ensino regular. Isso fica claro na seção do eixo estruturador “Livros Didáticos”, pois os livros são os mesmos utilizados pelo ensino regular. Outra constatação é feita acerca reuniões pedagógicas do PA, que ocorrem de forma conjunta com os professores do ensino regular. Portanto, as falhas na implementação da política por parte da CREI-ITA, compromete o sucesso do PA e o descaracteriza da sua proposta curricular.

2.3.4 Importância do Pedagogo no Projeto Avançar

O ponto central dessa seção é descrever a importância do papel do pedagogo e de suas ações para a implementação do Projeto Avançar na escola alvo desse caso de gestão. O eixo estruturador, voltado para a importância da atuação do pedagogo, foi levantando para esta análise, após a inquietação da pesquisadora, que atua como professora do PA.

Ao iniciar as análises de dados relacionadas ao pedagogo, é necessário compreender como ocorre o planejamento pedagógico na CREI-ITA. Segundo o relato do Coordenador da CREI-ITA:

A coordenadoria Regional de Educação tem um planejamento organizado para toda a rede, o planejamento tem dois momentos na nossa rede de educação, instituída pelo nosso PDI, em que é o pedagogo com os professores com atendimento na escola. Outro momento em que o professor se reúne com a equipe da Coordenadoria com a avaliação de demandas pontuais, focadas a conceitos e a rendimento, e o momento em que é socializado experiências de sucesso, que acontecem em nossas escolas. (COORDENADOR DA CREI-ITA. Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2017).

O processo de planejamento pedagógico ocorre em dois momentos. No primeiro momento, o pedagogo e o professor se reúnem para discutir o atendimento pedagógico na escola. No segundo momento, há uma reunião entre professores e a coordenadoria na CREI. Esse encontro apresenta, como pauta de reunião, o

rendimento escolar dos alunos e as vivências das escolas que compõem a rede de ensino, sendo que essas reuniões acontecem a cada dois meses.

Em sua fala, a Coordenadora Adjunta afirma não haver um planejamento específico para o Projeto Avançar, visto que o mesmo ocorre juntamente com o planejamento do ensino regular.

Nesse sentido, a Coordenadora Adjunta justifica não haver um planejamento específico ao PA, em decorrência do tempo escasso. Para a Coordenadora Adjunta, não existe uma preparação específica de planejamento para as metas do Projeto Avançar. A mesma atribui essa falta de diferenciação ao fato de a CREI-ITA trabalhar com várias modalidades de ensino. Porém, isso não justifica a falta de acompanhamento diferenciado, conforme proposto pelo PA. Além disso, falta um cronograma separado de reuniões, momentos em que seriam abordados somente assuntos relacionados ao Projeto, no sentido de verificar as dificuldades ou o êxito que essas modalidades de ensino apresenta nas escolas.

Em resposta fornecida pela Gestora da Escola, o planejamento pedagógico do PA ocorre de forma simultânea ao planejamento do ensino fundamental regular, bimestralmente. Ademais, o local dos encontros de planejamento é na coordenadoria por área, onde são tratadas questões sobre as disciplinas, além dos assuntos trabalhados no decorrer do bimestre (GESTORA DA ESCOLA. Entrevista realizada no dia 29 de maio de 2017).

Com os relatos fornecidos pelos entrevistados, foi possível concluir que há uma inexistência de consenso, em relação ao planejamento pedagógico do PA. Segundo o Coordenador da CREI-ITA, o planejamento acontece em dois momentos, conforme define o PDI. Entretanto, a Coordenadora Adjunta alega que não há planejamento específico, devido ao fato de outras modalidades de ensino serem executadas no município e, portanto, não haveria tempo específico para o planejamento do PA.

Ao analisar a fala de ambos os coordenadores, verifica-se que o argumento, descrito por eles, não condiz como um impedimento para a formulação dos planejamentos distintos, entre a modalidade do ensino regular e o Projeto Avançar, uma vez que a escola e o professor atuam em horários distintos das modalidades de ensino (regular e Projeto Avançar). Por último, no discurso da Gestora da Escola EEAM, o planejamento ocorre concomitantemente ao ensino regular dos anos finais do ensino fundamental, bimestralmente.

Dessa forma, a estratégia para sanar esse problema deve ser repensada, de forma que o sucesso do PA não seja comprometido.

A falta de um tempo específico para o planejamento anual das atividades do PA configura um problema que está relacionado ao tempo que se tem para discutir as peculiaridades do projeto. Isso reflete na falta de compreensão de um planejamento pedagógico próprio aos assuntos e problemas desencadeados pelo PA. No sentido de compreender as dificuldades observadas na atuação do pedagogo, foi questionado, à Coordenadora Adjunta, sobre como é feito o acompanhamento pedagógico do Projeto Avançar nas escolas da CREI. Ao questionamento a Coordenadora respondeu:

[...] existir uma fragilidade, fica muito complicado para o pedagogo orientar duas modalidades ao mesmo tempo, uma modalidade regular e o avançado. O Projeto Avançar é um projeto que precisa ser trabalhado de forma diferenciada, precisa ser ajustado. É muito complicado, o professor precisa dar aula nas duas modalidades, aí tem que trabalhar no Projeto Avançar, tem que trabalhar no Regular e isso, para o pedagogo, também é complicado, porque as orientações são diferenciadas (COORDENADORA ADJUNTA. Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2017).

Na visão da Coordenadora Adjunta, a função do pedagogo deve ocorrer de forma diferenciada e não simultânea, sendo o pedagogo atuante apenas no ensino regular ou exclusivo para o programa de aceleração da aprendizagem. De acordo com o que já foi mencionado no Capítulo 1, na EEAM, quando houve a presença do profissional pedagogo, no ano de 2013, ele atuava simultaneamente no ensino regular e no atendimento ao Projeto Avançar. Nessa interface, a condução das reuniões era feita de forma conjunta entre as duas modalidades de ensino.

Para Libâneo (2011), o perfil do pedagogo, assim como a sua função no ambiente escolar, é tido pela atribuição das suas atividades em diferentes práticas de ensino, devendo esse profissional atuar em diferentes modalidades das práticas educativas. Conforme o pesquisador;

Quem, então, pode ser chamado de pedagogo? O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista o objetivo de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica (LIBÂNEO, 2001, p.161).

De acordo com as concepções de Libâneo (2001), o pedagogo, ao atuar nas instituições de práticas educativas, tem como função ser o mediador nos processos educativos das instituições de ensino, bem como na mediação das informações da formação cognitiva dos indivíduos. Contudo, esse profissional não somente pode atuar no espaço formal de ensino, também pode atuar em ambientes como empresas e instituições administrativas privadas. Nos espaços formais, o acompanhamento pedagógico do Projeto Avançar nas escolas da CREI-ITA, conforme o depoimento da Gestora da Escola, teve início pela EEAM. Segundo ela:

Inicialmente, a única escola que trabalhava com o Projeto Avançar era a Escola Augusto Montenegro. O acompanhamento era feito somente na nossa escola. Como foi inserido nas demais escolas, eles reúnem por área do conhecimento na Coordenadoria. Como falei anteriormente, estabelecido bimestralmente para reunir na Coordenadoria, mas não é necessariamente só para o Projeto Avançar, é simultâneo ao ensino fundamental regular, então não tem um planejamento específico para o projeto avançar (GESTORA DA ESCOLA. Entrevista realizada no dia 29 de maio de 2017).

Mesmo a escola EEAM tendo sido a escola alvo da implementação do PA no ano de 2013, o acompanhamento pedagógico passou a acontecer juntamente ao do ensino regular dos anos finais. Portanto, não houve um direcionamento específico das orientações, por parte da coordenadoria. No que se refere ao município de Itacoatiara, o relato da Gestora da Escola EEAM permite perceber que não são realizadas reuniões específicas ao PA.

Mediante a ausência de encontros periódicos para orientações da proposta do PA, a gestora comenta o que era feito para sanar esse problema:

[...] o último ano que tínhamos pedagogo foi em 2013, então trabalhamos juntos gestor, pedagogo e professores, todos muito preocupados em melhorar o projeto avançar. Eu pude contar muito com o apoio dos professores nessa situação, pedindo opinião e sugestões para melhoria. Nesse caso, cada um agia como um pedagogo, pois apenas no ano de 2013, tínhamos a presença do pedagogo. Nos demais anos, não tínhamos esse profissional (GESTORA DA ESCOLA. Entrevista realizada no dia 29 de maio de 2017).

Somente no ano de 2013, a escola contou com a presença do pedagogo. No ano de 2015 e 2016, período em que houve intervenção do PA, não houve contratação desse profissional. A falta do pedagogo decorre das dificuldades de lotação de profissionais na rede de ensino do estado. Mediante a fala da Coordenadora Adjunta do município, é possível compreender essa ausência de pedagogo na escola.

Nesses últimos três anos, problemas sérios com relação à lotação. Não temos processo seletivo para pedagogo, devido à crise que assolou tem assolado o país, houve algumas modificações na secretaria. Então, até o ano de 2014, quando tínhamos professor fora de sala de aula, observávamos professores que tinham aptidão para apoio pedagógico. Dessa forma, tirávamos da sala de aula esses professores para suprir essas necessidades (COORDENADORA ADJUNTA. Entrevista realizada em 21 de maio de 2017).

No que se refere ao problema observado, existe uma dificuldade para a abertura de processos seletivos para a contratação desse profissional para a rede de ensino no município. Além disso, é difícil encontrar professores dispostos a atuarem como coordenadores pedagógicos nas escolas que atendem o PA, já que a SEDUC não tem esses funcionários habilitados em sua rede. Dessa forma, a Coordenadora Adjunta pensa que uma solução possível seria inserir professores que estavam fora de sala nessa função, desde que apresentassem os requisitos necessários para a atuação na função de apoio pedagógico. A mesma afirma que, devido ao fato de o estado do Amazonas ser composto de 62 municípios, seria inacessível a liberação de verba para a realização do processo seletivo para contratação de pedagogo para toda a rede de ensino.

O ajuste proposto pela Coordenadora Adjunta era o de alocar professores que estavam fora da sala para a função de pedagogo, como os que estão aguardando a aposentadoria ou estão afastados devido ao comprometimento da voz. Porém, ao pensar nos profissionais que Coordenadora Adjunta cogita em alocar nas escolas, como os que esperam a aposentadoria, esses talvez não sejam os mais indicados para lidar com alunos com distorção escolar, sobretudo pelas especificidades do PA, já que se trata de uma realidade diferente da que trabalharam em toda a sua vida profissional.

Em contrapartida, pensa-se que a SEDUC precisa adotar um sistema de gerenciamento da proposta do PA, no intuito de solucionar o problema da falta do

profissional pedagogo nas escolas que compõem a rede de ensino do estado. Em entrevista, a Coordenadora Adjunta diz existir apenas dois pedagogos adjuntos na CREI-ITA, apesar de o município de Itacoatiara ter 15 escolas na rede estadual a serem acompanhadas por eles, sendo esse acompanhamento independente das modalidades de ensino desenvolvidas pelas escolas.

Na fala da Pedagoga da EEAM, observa-se que os problemas diagnosticados, ao longo da pesquisa de campo, podem estar relacionados com a falta de uma formação continuada na carreira profissional do pedagogo. Quando perguntado sobre quais capacitações já recebeu para atuar com o Projeto Avançar, a resposta, quanto aos desafios enfrentados, foi clara:

Nenhuma formação, porque como pedagoga, eu tinha consciência da minha função que era orientar os professores, subsidiá-los nas suas ações, orientar metodologias, mas se eu não tinha essa formação. Tudo se tornou muito mais difícil, porque eu tive que ser muito mais criativa, ser muito mais comprometida. Reconheço que ficaram muitas coisas a se fazer, como a capacitação específica do Projeto Avançar. Eu, como pedagoga, acho necessária uma formação antes de você estar atuando no projeto, não que não seja impossível você desenvolver um trabalho, mas é muito mais difícil você ter que conhecer o projeto ao mesmo que trabalha. Enfrentar dificuldades que vão surgindo, tendo que encontrar soluções para tais problemáticas. Eu senti muitas falhas nesse processo. Uma vez que eu não tinha como dar além daquilo que eu podia aos professores (PEDAGOGA. Entrevista realizada no dia 25 de julho de 2017).

Ao analisar o discurso da Pedagoga, sobre as dificuldades enfrentadas em sua atuação no Projeto Avançar e os problemas na operacionalização do PA relatado, pode ser observado que ela não teve nenhuma capacitação ou instrução sobre a proposta do PA. Nesse sentido, ela reconhece que deixou a desejar, já que teve dificuldades de compreensão do texto político, redigido como proposta curricular do Projeto Avançar.

Em detrimento disso, enfatizamos que nossa intenção não é procurar culpados diante dos problemas de execução do Projeto Avançar, e sim compreender a situação dessa política. Para Ball e Bowe (1992, p.26):

As políticas normalmente não nos dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou nas quais metas particulares ou efeitos são estabelecidos. [...] Tanto as pessoas que fazem as políticas quanto àquelas confrontadas com elas são deslocadas.

Para Ball e Bowe (1992), os ciclos de políticas são, de fato, recriados pelos grupos que executam. Certamente, a proposta curricular do Projeto Avançar, ao ser elaborada, não se atentou em ouvir os protagonistas principais (Coordenadores das áreas de ensino, professores, gestores, pedagogos) para a elaboração da Proposta do Projeto. O processo de política educacional vai além de simples quantitativos de alunos inseridos em programas de aceleração à aprendizagem.

Ademais, destacamos a fala dos entrevistados, que enfatizam a falta de um acompanhamento pedagógico efetivo na EEAM. Para sanar esse problema, a gestora, tentou ajudar a escola a contornar a falta do pedagogo, auxiliando os professores. Segundo ela:

Eu sempre procuro ajudar meus colegas professores, não deixando eles sozinhos no enfrentamento das dificuldades oriundas da sala de aula, bem como assuntos relacionados aos alunos, somos muito parceiros, pois eu creio se não houvesse essa parceria, o nosso trabalho não daria certo (GESTORA DA ESCOLA. Entrevista realizada no dia 29 de MAIO de 2017).

Apesar da ausência do pedagogo, no ano de 2015, a gestora relata ter auxiliando os professores atuantes no PA, ouvindo as suas dúvidas e dificuldades. Na concepção de Lück (2009), o papel do gestor é:

Ao gestor compete a promoção de uma visão abrangente do trabalho educacional e do papel da escola, norteadas suas ações para a aprendizagem; a orientação da ação de toda a comunidade escolar pela proposição do projeto político pedagógico e do currículo; a criação de um ambiente motivador orientado por altas expectativas de aprendizagem e pela melhoria dos processos educacionais e do resultado, operando mediante estratégias de liderança com vistas à superação de dificuldades nas práticas pedagógicas; a orientação para a contínua contextualização e atualização dos conteúdos do currículo; a identificação das limitações e dificuldades das práticas pedagógicas; a viabilização de oportunidades pedagógicas especiais, entre outras coisas (p. 48).

A autora faz um paralelo entre as práticas desempenhadas pelo gestor e os processos educativos desenvolvidos por esses profissionais. Trazendo para o cenário do corpo pedagógico escolar, a gestora da EEAM desempenhou esse papel, com a finalidade de suprir as dificuldades da falta de orientação ao processo de intervenção do PA.

A Gestora da EEAM foi questionada se houve a elaboração de um planejamento diferenciado para que a escola EEAM conseguisse suprir a ausência do pedagogo. Entretanto, a entrevistada relata não ter tido esse planejamento. Ela diz: “eu solicitei bastante da CREI essa ajuda e nenhuma iniciativa foi tomada pela mesma para suprir a nossa necessidade” (GESTORA DA ESCOLA. Entrevista realizada no dia 29 de maio de 2017).

As ações de intervenção, no processo de elaboração ao planejamento da EEAM, não foram atendidas pela Coordenadoria do Município. Nesse sentido, a falta de interação e comunicação interna, entre a gestão estadual e a escola, de fato, não aconteceu. Para melhor entendimento, os estudos de Lück (2011) nos auxiliam na compreensão da importância da participação de todos os envolvidos nos projetos políticos, seja a nível educacional ou não nas tomadas de decisão de suas propostas. Segundo Luck (2011):

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e de energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso os objetivos educacionais. O entendimento da gestão, portanto, por assentar-se sobre a maximização dos processos sociais como força e ímpeto para a promoção de mudanças, já pressupõe em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado e cooperativo de pessoas na análise de situações, na tomada de decisão sobre seu encaminhamento e na ação sobre elas, a partir de objetivos organizacionais entendidos e abraçados por todos. (p.21)

Para Luck (2011), o sujeito participante do processo de gestão descrito nas políticas públicas precisa estar atento à organização de todos os envolvidos nessa política. Ao trazer essa fala para o contexto do PA como política pública, essa organização coletiva e participativa, nas tomadas de decisão, não ocorre de forma efetiva na EEAM.

Tendo por base os relatos, entende-se que o contexto das práticas, desenvolvidas pelo pedagogo, é crucial na implementação e prescrição dos textos das políticas educacionais de correção de fluxo escolar. As consequências desencadeadas pela ausência do apoio pedagógico refletem no nível de qualidade da proposta curricular do projeto, assim como na interpretação e execução do PA.

2.3.5 Análise conclusiva

Os problemas de implementação do Projeto Avançar, ao longo de 2013, 2015 e 2016, na escola lócus desse estudo nos permite compreender que o PA não cumpriu a proposta curricular prevista nos documentos legais. Além disso, não houve uma reformulação de sua proposta curricular, apesar dos problemas rotineiros identificados por este estudo.

A falta de orientação da proposta curricular, por parte da SEDUC e da Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara, acarretou em problemas ao corpo pedagógico das escolas inseridas no programa de aceleração da aprendizagem, na rede estadual de ensino do município de Itacoatiara.

O caso de gestão permitiu identificar, a partir dos problemas apresentados, que a proposta do projeto precisa ser reavaliada. Após a análise, foi possível constatar falhas na implementação do projeto, desde condução na CREI-ITA, até na escola EEAM. Nesse sentido, foram identificadas falhas ou alterações de procedimentos que modificam a política educacional desenvolvida na escola.

A raiz do problema pode ser evidenciada, quando a mesma deixa de demandar os cursos, porque acha mais viável uma solução da própria CREI-ITA. Além disso, outro problema constatado é a falta de reuniões específicas, na escola, com os professores do projeto. Em síntese, as políticas estão sujeitas a transposições do texto, o que pode comprometer a sua iniciativa. Todavia, o estudo de uma política pública, a qual foi citado no escopo desse estudo, abrange vários aspectos, desde a formulação do texto, até a sua implementação e avaliação.

Os atores envolvidos com o PA procuraram criar “soluções”, a seu alcance, no sentido de operacionalizar o PA nos anos de implementação (2013, 2015 e 2016), à medida em que compreendiam a proposta curricular, sem ter orientações, no decorrer da implementação do projeto. Na verdade, ainda falta, ao PA, uma avaliação capaz de identificar e corrigir os problemas que foram identificados, como, por exemplo, na EEAM, alvo desse caso de gestão. Dentre as dificuldades analisadas nesta pesquisa, é possível citar os seguintes problemas do Projeto Avançar: 1) a falta de uma equipe de gerenciamento dentro da SEDUC; 2) desconhecimento da proposta curricular do projeto; 3) falta de formação continuada; 4) ausência do pedagogo; 5) ausência do livro didático.

Diante do exposto, é necessária a elaboração de um plano de ação para tentar corrigir os problemas identificados na implementação do PA na EEAM. Os procedimentos das ações previstas a esses problemas serão descritos no capítulo 3 desse estudo.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Neste capítulo, o objetivo é o de apresentar propostas cabíveis à escola EEAM e à Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara, em suas atividades com o Projeto Avançar, no que tange à implementação e à operacionalização dessa política pública, de forma que haja uma melhoria da prática pedagógica dos atores envolvidos no PA.

Nessa perspectiva, o interesse pelo tema deste estudo se deu pela experiência da pesquisadora, que atuou no Projeto Avançar na EEAM, nos anos de 2013, 2015 e 2016, como professora titular, na área de ciências naturais. Em sua atuação, foi possível observar a falta de compreensão da proposta curricular do PA, o que reflete nos problemas vivenciados na implementação dessa política pública no chão da escola.

Este plano de ação é dividido em 5 subseções. Na primeira seção, serão elencadas todas as ações a serem apresentadas neste plano. As demais seções apresentarão todas as ações, em sua totalidade, são elas: 3.1 Ações propostas para o melhor desempenho de implementação do PA; 3.2 Implantação de uma equipe gerencial do PA, especificamente da SEDUC; 3.3 Formação continuada a professores, pedagogos e gestores, no início do ano letivo e ao longo dos meses que se seguem; 3.4 Reuniões bimestrais, de forma específica, com os professores do PA da EEAM; 3.5 Seminário Anual do Projeto Avançar.

3.1 AÇÕES PROPOSTAS PARA O MELHOR DESEMPENHO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PA

As ações propostas pelo PAE visam contribuir para correção dos problemas verificados nesta pesquisa. São eles: a falta do pedagogo, de formação continuada e de livro didático nas salas de correção de fluxo escolar. Para tanto, faz-se necessária a retomada do caso de gestão e dos resultados da pesquisa, como forma de subsidiar a construção deste plano de ação. A elaboração de cada ação tem como base os problemas que fundamentaram o capítulo 1. As ações propostas são direcionadas à implantação de um núcleo gerencial do Projeto Avançar, especificamente dentro da SEDUC, e para a Formação continuada dos professores, pedagogos e gestores, no início do ano letivo.

Essa formação será desenvolvida em duas etapas. No primeiro momento, será aplicado um curso de alinhamento, ao início do ano letivo, e ao longo dos meses, essas formações acontecerão durante os planejamentos do (HTP). Em análise aos problemas mencionados, o plano de ação propõe a realização de um Seminário, tendo o Projeto Avançar como eixo principal das apresentações.

Portanto, nessa seção, são apresentadas ações, com o objetivo de contribuir na solução dos problemas identificados nesta pesquisa, de forma a gerir a política educacional do projeto de correção de fluxo escolar.

Para melhor apresentação das ações, elas são melhor sintetizadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Proposta de ações para melhor implementação do Projeto Avançar— Plano de Ação Educacional (PAE)

AÇÕES	OBJETIVOS	PRIORIDADES	PERIODO	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
Criação de uma equipe gerencial do Projeto Avançar, dentro da SEDUC; Formação continuada a gestor, pedagogo e professores, no decorrer do ano letivo; Reuniões pedagógicas bimestrais, especificamente com os professores do PA da EEAM; Seminário com os professores do PA da rede estadual de Itacoatiara; Seminário Anual do Projeto Avançar;	.Realizar o acompanhamento, tanto administrativo, como o pedagógico, do PA, tanto na capital, como no interior: . Capacitar os Professores, pedagogos, conforme o Perfil do Projeto; Verificar o andamento do projeto, bem como as dificuldades encontradas. . Fazer um momento de estudo sobre o projeto avançar. Criar um momento de reflexão sobre as dificuldades das escolas, professores e gestores que lidam com o PA nas escolas de Itacoatiara.	É a organização do PA como uma política pública fundamental na correção de fluxo escolar. Fornecer informações concisas, referentes ao projeto. Necessidade de trabalhar a proposta curricular do projeto e suas peculiaridades. Tirar as dúvidas, advindas dos professores, do projeto, sempre que houver necessidade. Este seminário deve servir como espaço de reflexão e de avaliação do PA.	Permanente; Início do ano letivo e bimestralmente; Bimestralmente; Final do ano letivo;	Coordenação de núcleo da SEDUC; CEPAN/ CREI-ITA; Gestor, pedagogo e professores; CREI, equipe: gestora da escola e profissionais envolvidos com o PA, em todas as instituições que o oferecem, no âmbito da CREI- ITA;	Espera-se que, através da criação dessa equipe, o PA ganhe status de uma Política Pública fundamental para a organização de iniciativas de correção de fluxo escolar; Dar suporte aos atores que participarem da execução do PA; Garantir o apoio aos professores, em sua prática pedagógica; Permitir um momento de reflexão e avaliação do PA;

Fonte: Elaborado pela autora.

Ademais, será apresentando a ação prevista 3.2) Implantação de uma equipe gerencial do Projeto Avançar, especificamente dentro da SEDUC. Para tanto, é proposta a criação de uma equipe dentro da Secretária do Estado do Amazonas-SEDUC, que seja responsável pela coordenação e organização do Projeto Avançar, seja na cidade de Manaus, como em outros municípios.

3.2 IMPLANTAÇÃO DE UMA EQUIPE GERENCIAL DO PROJETO AVANÇAR, ESPECIFICAMENTE DENTRO DA SEDUC

A primeira ação proposta tem como objetivo criar uma equipe, dentro da SEDUC, que seja responsável por todas as atribuições concernentes ao PA, visto que a GENF tem apenas um responsável pela coordenação do programa, ou seja, não há uma equipe gerencial específica que responda pelo mesmo. É sabido que a falta desta equipe prejudica a viabilização de todos os assuntos relacionados ao Projeto na sua atual situação. Nesse contexto, essa equipe a ser criada será responsável pelas coordenadorias distritais e regionais do PA no estado. Diante disto, a intenção da criação desta equipe é orientar e acompanhar as coordenadorias na dimensão pedagógica e, principalmente, no gerenciamento das estratégias de ensino do Projeto. Portanto a funcionalidade deste acompanhamento é necessária, assim como nomear pessoas que conheçam o funcionamento do projeto e as suas atribuições. Por isso, ter profissionais com experiências na gestão organizacional só trará benefício plausíveis a essa política de correção de fluxo escolar.

O Quadro 7 apresenta a organização dessa ação, assim como o sistema a ser adotado no decorrer da intervenção.

Quadro 7 - Proposta do PAE para a criação de um espaço sistematizado, na gerência da SEDUC

Ação (o quê?)	Criação de uma equipe, dentro da SEDUC, que realize o acompanhamento do Projeto Avançar na Secretaria;
Justificativa (por que?)	Necessidade de um monitoramento da Política de Correção de fluxo escolar em voga na SEDUC; Acompanhar as dificuldades encontradas, em relação ao Projeto Avançar, tais como: acompanhamento pedagógico, e, principalmente, no gerenciamento institucional, voltado ao acompanhamento dos resultados e à elaboração de estratégias;
Local (onde?)	SEDUC, mais precisamente na gerência do Ensino Fundamental II.
Quando (tempo)	No início do ano de 2018, na primeira semana de janeiro.
Quem (responsável?)	Gerência do Ensino fundamental.
Como (método)?	Alocar técnicos e professores para gerenciar especificamente o PA. Aperfeiçoar as tarefas relacionadas ao projeto. Condução das demandas que chegarem das escolas do interior do estado. Atualização de dados do PA no SIGEAM.
Quanto (custo)?	R\$ 5.750,00

Fonte: Elaborado pela autora.

A formação dessa equipe se dará no início do ano de 2018, na primeira semana do mês de Janeiro. A sugestão é que essa equipe seja formada pela própria SEDUC/AM, no Departamento de Políticas Educacionais, na Gerência do Ensino Fundamental, local em que o Projeto Avançar é proposto.

Assim, no início do ano de 2018, mais precisamente na primeira semana de janeiro, essa equipe se reunirá para realizar o planejamento das ações a serem desenvolvidas no decorrer do ano. Em seguida, enviarão esse documento ao Secretário de Educação do Estado para ser apreciado.

Após a aprovação, por parte do Secretário de Educação do Estado, a equipe criará um cronograma de atividades, a serem desenvolvidas com o objetivo de subsidiar o andamento do projeto. A seguir será elaborada uma cartilha informativa a ser enviada para as coordenadorias, para dar suporte na implementação do Projeto

bem como as escolas acompanharem o cronograma de atividades decorrente no ano letivo. Abaixo serão expostos alguns assuntos principais a fazerem a composição do texto das cartilhas.

Monitoramento efetivo do PA, junto às coordenadorias distritais e regionais de educação.

Acompanhamento pedagógico nas escolas, tanto na capital, como no interior.

Solicitação de formação continuada sempre que necessário.

Atualização frequente de informações inerentes ao projeto no SIGEAM.

A estimativa de gasto de R\$ 5.750,00, valor destinado às atividades da equipe a ser criada.

Portanto, essa equipe fará o assessoramento contínuo, tanto na capital, como no interior, realizando a supervisão do projeto, nas dimensões pedagógica e organizacional.

3.3 FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES, PEDAGOGOS E GESTORES DO PA.

Através da pesquisa realizada neste trabalho percebeu-se a ausência de formações continuadas aos professores da EEAM que atuavam no PA. Segundo relato dos professores que participaram desta pesquisa, essa ausência refletiu muito em suas práticas em sala de aula. O que foi relatado pelos docentes é que os mesmos são lotados nas turmas de aceleração e não tem nenhuma orientação prévia relativa ao Projeto. Portanto o que se percebe é que os professores que atuam no projeto precisam estar preparados para lidarem com o diferencial que encontrarão na execução do projeto. Um dos diferenciais previsto é que precisam motivar os alunos a enfrentar suas dificuldades e concluir seus estudos na educação básica.

Neste enfoque, a metodologia a ser trabalhada nas salas de aceleração, tem que ser diferenciadas obedecendo a especificidade de cada aluno, com objetivo de engloba-lo numa educação promissora e significativa.

Portanto, a segunda ação proposta está relacionada à formação continuada em que todos os atores envolvidos com o PA, tem por obrigação participar dessas formações que ocorrerão no decorrer do ano letivo, pois acredita-se que uma formação continuada tem como objetivo a integração entre docentes e a adequação

entre a teoria e a prática, buscando traçar metas e novas estratégias de ensino. O Quadro 8 sintetiza a proposta de formação continuada.

Quadro 8 - Proposta de formação continuada a gestores, pedagogos e professores

Ação (o quê?)	Realização, no início do ano letivo, da primeira formação continuada com o gestor, pedagogo e professores. As demais formações acontecerão ao longo dos meses, durante o HTP. A formação será sobre: Proposta curricular, metodologias, avaliação e o uso do livro didático.
Justificativa (por que?)	Necessidade de conhecer a Proposta curricular do PA, para aprofundar os pontos principais. Trabalhar a importância de se ter uma metodologia diferenciada. Necessidade de entender a importância de aplicar avaliações condizentes com a clientela do PA. Necessidade de se usar o livro didático nas classes de aceleração. Para acompanhar as atividades e verificar o andamento do projeto e percepção dos atores.
Local (onde?)	Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara.
Quando (tempo)	Início do ano letivo (fevereiro, primeira semana) Nos meses de março, junho, setembro e novembro. .
Quem (responsável?)	Centro de Formação Profissional Padre José de Anchieta. Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara.
Como (método?)	A primeira formação acontecerá na primeira semana do mês de fevereiro, com duração de 20 horas; As demais formações acontecerão bimestralmente com duração de 8 horas mais, precisamente no HTP;
Quanto (custo?)	R\$ 2.958,00

Fonte: Elaborado pela autora.

A primeira formação continuada ocorrerá na primeira semana do mês de fevereiro, com a duração de quatro dias, sendo quatro horas pela manhã e quatro horas pela tarde. Ela acontecerá na sede da CREI e as demais serão realizadas ao final de cada bimestre, na EEAM, tendo a duração de 8 horas (quatro horas pela manhã e quatro horas à tarde). O público alvo dessas formações serão todos os gestores, pedagogos e professores que possuem o PA em suas escolas. O objetivo da formação, no início do ano letivo, é passar informações legais sobre a Proposta Curricular do Projeto. Essa primeira formação ficará a cargo de técnicos do CEPAM.

As demais formações bimestrais serão de caráter pedagógico e organizacional, com enfoque nas demandas que surgirão no decorrer do ano letivo, e ficará a cargo de técnicos da CREI.

Para a realização da formação, será feito um levantamento prévio pela equipe de coordenação do CEPAN, a respeito das principais dificuldades vivenciadas ao longo dos anos pelo projeto, como também as diagnosticadas através da pesquisa.

Os técnicos responsáveis pelas formações necessitam fazer o planejamento das formações com antecedência, para que não haja desencontros no decorrer das formações. Esta ação requer custos financeiros para a sua realização, uma vez que, na primeira formação, serão deslocados quatro técnicos do CEPAN para ministrar a primeira formação. Nesta demanda, serão usados recursos financeiros para a aquisição de passagens para o trajeto Manaus, Itacoatiara e Itacoatiara, Manaus. O valor orçado é de R\$ 408,00 (quatrocentos e oito reais), uma vez que cada passagem tem, em média, o valor de R\$ 51,00 (cinquenta e um reais). Além disso, será gasto, com alimentação, em média R\$800,00 (oitocentos reais), além de haver o gasto com estadia, na faixa de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais). Ademais, também haverá um gasto para a confecção de folders, que serão usados como material de apoio das formações, estando previsto o valor de R\$ 250,00.

As demais formações acontecerão na própria escola, com a direção da coordenadora adjunta da CREI, havendo a participação da pedagoga da escola e de todos os professores do PA. Esses encontros terão a duração de 8 horas e, nesses momentos, serão tratados assuntos como: rendimentos, metodologias, avaliação e os pontos positivos e negativos vivenciados pelos professores no decorrer das aulas.

A seguir, apresentamos, através do quadro 9, o planejamento da formação continuada, discriminando os assuntos a serem abordados, com indicação dos responsáveis pela formação, período de execução, carga horária prevista e local de realização da formação.

Quadro 9 - Planejamento dos assuntos a serem abordados na formação continuada

Responsável	Técnicos responsáveis pela equipe do CEPAN. Técnicos da CREI
Assuntos a serem abordados	Proposta Curricular do PA. Metodologia Avaliação Livro didático Rendimentos
Período	3 dias Final de cada bimestre. (1 dia)
Horário	Manhã (8h -12h) Tarde (14h -18h)
Local	Coordenadoria de Educação de Itacoatiara CREI.

Fonte: Elaborado pelo autora.

Diante dos dados no quadro 9, caberá ao técnico responsável do CEPAN e à sua equipe a organização da apresentação dos slides para os cursos de formação continuada. Nesse sentido, é de responsabilidade da equipe de formadores a criação de materiais explicativos, a serem distribuídos aos participantes da formação.

A condução da apresentação dos assuntos ficará a cargo da equipe do CEPAM. As demais formações bimestrais ficarão sob a responsabilidade da CREI.

3.3.1 Reuniões bimestrais especificamente com os professores do PA.

O objetivo desta seção é criar um grupo de estudo, dentro da própria escola, que trabalhe em busca de um só objetivo, pois o que foi percebido é que os professores que atuavam no PA na EEAM cada um trabalha individualmente não tinha um encontro entre todos para o compartilhamento de ideias. Neste sentido, essas reuniões nortearão o trabalho coletivo, que já é feito na escola, o único diferencial será a organização de tudo o que é trabalhado pelos professores. Pois o que foi percebido pela pesquisadora, são trabalhos bastantes interessantes que são desenvolvidos pelos docentes desta escola de forma que beneficiou muito os alunos do Projeto. Nesse sentido, a ideia é que esses encontros ocorram separados do ensino regular. A seguir, será apresentado o Quadro 10, com a síntese da proposta de reuniões.

Quadro 10 - Proposta de reuniões bimestrais com os professores da EEAM

Ação (o quê)?	Realizar reuniões com intuito de organizar as atividades desenvolvidas por cada professor em relação ao projeto, somente com professores e pedagogo da EEAM.
Justificativa (por que)?	Necessidade de discussão e reflexões, acerca da proposta curricular, metodologias usadas em sala de aula elaboradas pelo próprio professor. Necessidade da criação de um grupo, dentro da própria escola, que possa ajudar, colegas professores, que poderão ser lotados no PA, e que não têm nenhuma informação sobre o projeto.
Local (onde)?	Escola Estadual Augusto Montenegro.
Quando (tempo)	No horário das reuniões, que ocorrem bimestralmente, no horário da manhã, de 8 às 11h e à tarde, de 14hs as 17hs.
Quem (responsável)?	Gestor, Pedagogo e professores da escola.
Como (método)?	4 encontros específicos, com todos os atores envolvidos no PA da EEAM. Precisamente, nos meses de abril, julho, setembro e novembro.
Quanto (custo)?	R\$375,00

Fonte: Elaborado pela autora

Essa ação será realizada ao final do bimestre, na própria escola, e terá a duração de 4 horas. Cada professor participará no turno em que trabalha e a responsabilidade desta ação ficará a cargo da gestora e da pedagoga da escola. Neste encontro, os professores, atuantes no PA, abordarão as suas principais dificuldades relacionadas ao projeto, tais como: rendimento dos alunos, dificuldades encontradas no decorrer das aulas e suas práticas desenvolvidas em sala de aula. O objetivo desses encontros é o de formar um grupo coeso de professores, que possam compartilhar as suas ideias com outros colegas professores que podem vir a ser lotados no projeto na EEAM ou em qualquer outra escola.

Esses encontros acontecerão ao final de cada bimestre, durante um dia, com a duração de 4 horas, tanto pela manhã, como pela tarde. Nesse sentido, cada professor participará no turno em que trabalha. Nesse encontro, participarão aproximadamente 10 professores, atuantes nas turmas do PA.

Nessa ação, justifica-se o uso de recursos financeiros para a impressão de materiais, de acordo com a temática do PA. Nesse primeiro momento, serão utilizadas 10 resmas de papel, para serem impressos artigos com temáticas voltadas a programas de aceleração de aprendizagem. Cada resma custará R\$ 37,50, com o

valor total de R\$ 375,00. Assim sendo, esta ação é plausível e serve para ajudar no desempenho do projeto. Dessa forma, é necessário que ela seja incluída no PPP da escola e do plano de ação anual.

A seguir, apresentamos a última subseção 3.3.2 Seminário Anual do Projeto Avançar, que será descrita no corpo desse texto. O quadro 13 exemplifica a ação proposta a esse caso de gestão, que será realizada nas escolas que atendem as fases do PA. Nesse sentido, são propostos seminários anuais, oferecendo palestras e encontros que contenham informações inerentes ao PA, na própria escola.

3.3.2 Seminário Anual do Projeto Avançar.

A quarta e última subseção se destina à realização de um seminário, ao término do 4º bimestre. A finalidade desse seminário é mostrar que cada escola, mesmo com toda a dificuldade encontrada no percurso dos anos letivos, tem condições de desenvolver atividades plausíveis e que enriqueçam o bom andamento do projeto. É possível afirmar isso, pois o projeto só é implementado e não monitorado. Dessa forma, essa política de correção de fluxo é de caráter Top Down, em que apenas alguns participam da elaboração. Em seguida, ocorrerá uma palestra, de cunho educativo, sendo esse um momento de reflexão acerca da temática de correção de fluxo nas escolas e do papel dos professores na sua execução. O Quadro 11 apresenta a diretriz a ser tomada na execução da ação.

Quadro 11 - Seminário anual do Projeto Avançar

(continua)

Ação (o quê)?	Realização de encontros, ao final do 4º bimestre, entre escolas que possuem o PA e a CREI.
Justificativa (por que)?	Necessidade de se refletir acerca das ações exitosas do projeto. Mostrar a equipe pedagógica (gestor, pedagogo e professores) o papel importante que as escolas vêm realizando acerca do projeto que as mesmas não tem observado.
Local (onde)?	Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara CREI
Quando (tempo)	Final do 4º Bimestre, preferivelmente no mês de novembro, com duração de 8 horas.
Quem (responsável)?	CREI, Equipe gestora, pedagógica e docentes.

Quadro 11 - Seminário anual do Projeto Avançar

(conclusão)

Como (método)?	1º momento: Palestra. Tema: Projeto de correção de fluxo escolar e suas peculiaridades. 2º momento: Compartilhamento de ideias exitosas. A apresentação será feita através de banner.
Quanto (custo)?	R\$ 1.800,00

Fonte: Elaborado pela autora

A proposta dessa ação tem como objetivo integrar as escolas que possuem o projeto PA. Dessa forma, será possível que elas divulguem as iniciativas tomadas durante a execução do projeto, assim como as suas especificidades. Além disso, será possível identificar as dificuldades de cada escola no decorrer do ano letivo, em relação ao ensino e aprendizagem, bem como em relação às suas experiências. No entanto, será discutido que mesmo sem um apoio efetivo ao projeto nas escolas, as mesmas trabalham em prol da melhoria e de resultados satisfatórios, que estão trazendo para o cerne das instituições benefícios positivos e resultados plausíveis, implicando no processo ensino e aprendizagem dos alunos.

Baseado nisso, propomos que as escolas, através de seu pedagogo e gestor, organizem com os seus professores do Projeto Avançar, as suas apresentações para o seminário. Essa apresentação ocorrerá no auditório da CREI-ITA, estando sob responsabilidade dos coordenadores da CREI-ITA. Além das apresentações, haverá uma palestra, proferida por um professor convidado, com o tema: “Projeto de correção de fluxo escolar e suas peculiaridades”. Esse momento terá a duração de 2 horas, sendo ele dividido em apresentação e perguntas.

Posteriormente, as demais apresentações, feitas pelas escolas, terão no máximo 40 minutos. Como o número de escolas, que oferecem o PA em suas redes de ensino, os seminários acontecerão tanto no turno da manhã, como no turno da tarde, durante apenas um dia. Abaixo, o Quadro 12 demonstra o planejamento dos eixos que nortearão o seminário anual do Projeto Avançar;

Quadro 12 - Planejamento dos assuntos a serem abordados no seminário anual do PA

Responsável	CREI, gestores, pedagogos e professores.
Assuntos a serem abordados	Atividades feitas por cada escola. Metodologias desenvolvidas pelas escolas. Identificar as dificuldades de cada escola que implementou o PA no ano letivo; momento de reflexão dos interessados pelo projeto. Palestra tema: Projeto de correção de fluxo escolar e suas peculiaridades
Período	Final do 4º bimestre.
Horário	Manhã (8h -12h) Tarde (14h -18h)
Local	Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara (CREI-ITA)

Fonte: Elaborado pela autora

Diante dessa proposta, como não se sabe o quantitativo de escolas a ofertar o projeto em cada ano letivo, a referida ação pode ser refeita. Portanto, este seminário ficará sob a responsabilidade da Coordenadora Adjunta Pedagógica da CREI-ITA. A mesma será mediadora das sessões, dando orientações sobre as apresentações de seminário e esclarecendo possíveis dúvidas no decorrer do seminário. Para essa ação, será gasto o valor de R\$ 1,800,00, destinado ao deslocamento da palestrante, estadia, refeição e banner do evento, que será usado pelas escolas em suas apresentações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação aqui apresentada estudou a implementação de um Programa de Correção de Fluxo Escolar - Projeto Avançar - na EEAM, com foco na análise da implementação dessa Política Pública no ambiente escolar. O objetivo era analisar a implementação do PA, com relação à falta do pedagogo, formação continuada e falta do livro didático nas turmas do PA. Para realizar esse estudo, optou-se por uma metodologia de análise documental, pesquisa qualitativa e entrevistas com roteiros semiestruturados, que possibilitaram uma análise dos fatos e da visão dos atores que participaram desta pesquisa.

Diante das análises, constata-se que o Programa de Correção de Fluxo Escolar-Projeto Avançar é uma política educacional nascida no contexto nacional brasileiro, por meio da criação do Programa de Aceleração da Aprendizagem, lançado pelo Governo Federal na década de 1990. Esse programa permitiu, aos alunos em distorção, uma nova oportunidade de ingressar nos estudos, ao corrigir o atraso escolar.

Essa política foi criada em 2005 no estado do Amazonas, com o objetivo de atender a alunos que se encontravam em distorção no estado. Naquele momento, o número era elevado, configurando a necessidade de uma iniciativa viável que pudesse corrigir essa defasagem.

A partir das análises feitas nesse trabalho, foi observado, com os depoimentos coletados, as várias lacunas na implementação dessa política, que vão desde a falta do pedagogo, a formação continuada a professores, a falta do livro didático e o apoio organizacional da SEDUC.

Diante disto, o que foi constatado é que a falta de apoio, pelos setores responsáveis por essa política, acarretou em sérias dificuldades na implementação do projeto, realidade que fez com que ele fosse trabalhado de acordo com o entendimento de cada professor.

O Projeto Avançar foi implementado na EEAM em 2013, com objetivo de regularizar a correção idade–ano que, por sua vez, era bastante elevado na referida escola. Dessa forma, tinha a perspectiva de trabalhar com esses alunos em atraso escolar, valorizar os seus conhecimentos prévios e promover uma aprendizagem significativa.

Nesse enfoque, apesar do êxito alcançado nesses anos, como o avanço na aceleração de estudo e a redução no índice da distorção idade-ano, muitas foram as dificuldades vivenciadas por gestores, pedagogos e professores na implementação do projeto.

Diante do exposto e da amplitude do Projeto Avançar, é possível perceber que o projeto precisa de uma atenção especial, por parte da Secretária de Educação do Estado, que é a principal responsável por esta política. Dessa forma, é necessário que o programa seja avaliado e o seu texto legal, redesenhado, de modo que seja possível melhorar o desempenho da relação idade-ano dos alunos. Entretanto, para isso acontecer, é necessário que sejam traçadas novas estratégias, em curto prazo de execução.

Com o intuito de contribuir com as dificuldades encontradas na implementação do Projeto Avançar na escola pesquisada, foi proposto um Plano de Ação Educacional (PAE), com quatro ações previstas: i) Criação de uma equipe gerencial do Projeto Avançar, dentro da SEDUC; ii) Formação continuada a gestor, pedagogo e professores, no decorrer do ano letivo; iii) Reuniões pedagógicas bimestrais, especificamente com os professores do PA da EEAM; iv) Seminário anual do Projeto Avançar.

Portanto, vale ressaltar que essas ações propostas não vão resolver todos os problemas detectados na implementação do PA na EEAM, mas minimizar tais problemas. Com essa reflexão, a partir do desenvolvimento dessa dissertação, não se esgotam a possibilidade de abrir caminhos para outras pesquisas relacionadas ao tema abordado e, com isso, sejam aperfeiçoados novos caminhos que colaborem com essa pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas (Sigeam). **Censo escolar - 2016**. Manaus, AM, 2016. Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br/sistema-integrado-de-gestao-educacional-doamazonas-sigeam>>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. **Lei nº 4.183, de 26 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus, AM, 2015a. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/PEE/AMPEE.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 48 AD REFERENDUM, de 27 de março de 2015**. Aprova a emenda nº 03 ao Regimento Geral das Escolas Públicas do Amazonas – Capital e Interior no que se refere ao Título VI e Capítulos I e III que trata do processo de avaliação do ensino e aprendizagem e da recuperação final. Contém detalhe sobre o processo de aviação dos níveis e etapas de ensinosa Educação Básica: Ciclo I e II dos anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental, projeto avançar, ensino médio e educação de jovens e adultos. Manaus, AM, 2015b.

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara Coordenação Adjunta Pedagógica. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. 2016**. Itacoatiara, AM, 2015c

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. Gerência de Ensino Fundamental. Sistema de Integração de Gestão Educacional do Amazonas. **Dados Educacionais – 2015**. Manaus, AM, 2015d.

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara. Coordenação Adjunta Pedagógica. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI Itacoatiara**. Itacoatiara, AM, 2013.

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara. **Organograma**. Itacoatiara, AM, 2012.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino Conselho Estadual de Educação. **Plano Estadual de Educação**. Manaus, AM, 2008.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 83, de 24 de julho de 2007**. Aprova o Programa de Correção de Fluxo: Projeto Avançar. Manaus, AM, 2007.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino **Proposta Pedagógica do Programa de Correção de Fluxo Escolar**: Projeto Avançar. Manaus, AM, 2005.

ANDRADE, M. F. M. de. **Uma proposta de intervenção pedagógica para correção de fluxo escolar na Escola Estadual Júlia Bittencourt**. 2015. 116f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03. out. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) nº 8.035/2010**. Brasília: Edições Câmara, 2012.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2016.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC/CNE, 1998.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências. Brasília, DF, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BARBOSA, R. J. P. **Análise da Implementação do Projeto Avançar na Coordenadoria Distrital de Educação 4 da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amazonas**. 2015. 173f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: < <http://www.mestrado.caedufjf.net/analise-da-implementacao-do-projeto-avancar-na-coordenadoria-distrital-de-educacao-4-da-secretaria-estadual-de-educacao-do-estado-do-amazonas/>>. Acesso em: 12 dez.2016.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, v. 24, n. 2, p.97-115, 1992.

BEHRENS, M. A. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba, PR: Champagnat, 1996.

CANDAU, V. M. (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CONDÉ, E. S. Abrindo a caixa – elementos para melhor compreender a análise das políticas públicas. **Revista Pesquisa em Debate**, Juiz de Fora, v.2, n.2, p. 78-100, jul./dez. 2012. Disponível em: < <http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/24/22> >. Acesso em: 30. set. 2016.

CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papirus, 1999.

ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO. **Projeto Político Pedagógico**. Itacoatiara, AM, 2016.

FREITAS, I. C. **Currículo e PPP a um passo de uma escola democrática**. Brasília: Ensaio, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e de gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

_____; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

LIMA, Souza de Simone. **O Programa de Correção de Fluxo Escolar: Práticas de Formação de Professores do Projeto Avançar**. 2015. 117f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em

Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufff.net/analise-da-implementacao-do-projeto-avancar-na-coordenadoria-distrital-de-educacao-4-da-secretaria-estadual-de-educacao-do-estado-do-amazonas/>>. Acesso em: 12 dez.2016. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufff.net/wp-content/uploads/2016/06/SIMONE-DE-SOUZA-LIMA.pdf>>. Acesso em 03 out.2016

LOUREIRO, W. N. Formação de professores: realidades e perspectivas. In: LISITA, V. M. S.; PEIXOTO, A. J. (Org.). **Formação de professores: políticas, concepções e perspectivas**. Goiânia: Alternativa, 2001. p. 11-19.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Série Cadernos de Gestão.

_____. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____; PARENTE, M. M. de A. **Mecanismos e experiências de correção do fluxo escolar no Ensino Fundamental**. Brasília: IPEA, 2004. (Texto para discussão nº 1.032). Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal>. Acesso em: 16 out. 2016.

GATTI JUNIOR, D. Livros Didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar primeiras aproximações. **História da Educação**, Pelotas, v.1, n.2, p.29-50, set. 1997.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, Brasília, 1994. **Anais...**Brasília: MEC, 1994. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=219:anais-da-conferencia-nacional-de-educacao-disponiveis-para-consulta-&catid=44:sala-de-impressa&Itemid=183>. Acesso em: 15 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Indicadores Educacionais**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

LALLI, S.V. O Programa Acelera Brasil. **Em Aberto**, Brasília. v 17, n 71.p 145-148, Jan. 2000.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. Campinas, SP, v.27, n 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NÓVOA, A. **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

NUTTI, J. Z. **Professores e Especialistas diante do Fracasso Escolar: um estudo no cenário das Classes de Aceleração**. 2000. 250f.Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2001.

PEREGRINO, M. **Desigualdade numa escola em mudança: trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres**. 2006. 336f.Tese (Em Educação) - Universidade Federal Fluminense Faculdade De Educação, Programa De Pós-Graduação Em Educação, Niterói, 2006.

Disponível em:

<www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/peregrinot2006.pdf>.

Acesso em 12 dez.2016.

PRADO, I. G.A. LDB e políticas de fluxo escolar. **Em Aberto**, Brasília. v 17, n.71, p 49-56, jan. 2000.

RIBEIRO, J.L.L. de S. A avaliação como uma política pública Aspectos da implementação do SINAES. In: LORDÊLO, J. A. C.; DAZZANI, M. V.(Orgs). **Avaliação Educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009.p. 57-84. Disponível em: < <https://static.scielo.org/scielobooks/wd/pdf/lordelo-9788523209315.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

RUA, M. das G.; ROMANINI, R.. **Para Aprender Políticas Públicas: conceitos e teorias**. Brasília: IGEP, 2013 (Volume I). Disponível em: < http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf>. Acesso em 01 jul. 2017.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar?: Como avaliar?: Critérios e instrumentos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SARAIVA, A.M.A. Distorção idade-série. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em <http://www.gestrado.net.br/pdf/237.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2017.

SILVA, M; A. A fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez.2012. Disponível em: <http://professormarcosilva.com.br/arquivos/artigos/AFetichizacaodoLivroDidaticoNoBrasil.pdf> . Acesso em: 10 set. 2017.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DA CREI

Prezado(a), _____

Sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido. As suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Nome (opcional): _____

Tempo de serviço na SEDUC-AM: _____

Tempo de Serviço na CREI como coordenador: _____

Formação: _____

1. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR:

Em que ano o Projeto Avançar foi implantado na sua coordenadoria?

Quais os critérios utilizados para a criação de turmas do Projeto Avançar nas escolas da sua coordenadoria?

b) Como coordenador, você participa do processo decisório de criação de turmas do Projeto Avançar? Descreva de forma breve.

c) De que forma os gestores escolares participam do processo de abertura de turmas?

d) Durante o processo de implementação do PA houve a oferta por parte da SEDUC-AM de cursos de capacitação sobre a abordagem da Proposta Curricular para a equipe da CREI?

I. Se sim, Como ocorreu?

II. Se não, Quais razões impediram?

e) Durante os anos de existência do PA na rede estadual de ensino, quais foram as dificuldades encontradas para a realização do projeto?

2. A PROPOSTA CURRICULAR E O LIVRO DIDÁTICO:

- a) De que maneira você avalia a Proposta Curricular do Projeto Avançar?
- b) As escolas recebem livros em quantidade suficiente para atendimento de todos os alunos, professores e disciplinas do Projeto Avançar Anos Finais?
 - I. Se sim, isso ocorre logo no início do ano letivo?
 - II. Se não, quais razões impedem?
 - III. O que a coordenação faz para suprir o problema da falta do livro didático, enfim, como a situação é contornada?
- c) Qual o seu entendimento acerca da utilização do livro didático no projeto avançar por professores e alunos?

3. FORMACAO CONTINUADA PARA PROFESSORES:

- a) Você acredita que para um professor atuar em uma sala do Projeto Avançar é necessário fazer uma formação continuada? Por quê?
- b) Durante sua atuação como coordenador a SEDUC ofereceu formação continuada aos professores do Projeto Avançar da rede estadual?
 - I. Se sim, como isso ocorreu?
 - II. Quantas formações foram oferecidas?
 - III. Quantos docentes participaram das formações?
 - IV. Quais as dificuldades encontradas em oferecer a formação?
 - V. Se não, quais razões impediram?
- c) O que é feito por parte da coordenadoria quando a SEDUC não oferece formações continuadas aos professores do PA?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A COORDENADORA ADJUNTA PEDAGÓGICA

Prezado(a), _____

Sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido. As suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Nome (opcional): _____

Tempo de serviço na SEDUC-AM: _____

Tempo de Serviço na CREI como coordenadora adjunta: _____

Formação: _____

1. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR:

a) Em que ano o Projeto Avançar foi implementado na coordenadoria em que trabalha?

a) Quais os critérios utilizados para a criação de turmas do Projeto Avançar nas escolas da coordenadoria?

b) Para você, como coordenadora adjunta do Ensino Fundamental anos finais como foi sua participação no processo decisório de criação de turmas do Projeto Avançar?

c) De que forma os gestores escolares participam do processo de abertura de turmas do PA?

d) Durante o processo de implementação do PA houve a oferta por parte da SEDUC-AM de cursos de capacitação sobre a abordagem da Proposta Curricular para a equipe da CREI?

I. Se sim, Como ocorreu?

II. Se não, Quais razões impediram?

e) Durante os anos de existência do PA na rede estadual de ensino, quais foram as dificuldades encontradas para a realização do projeto?

2. A PROPOSTA CURRICULAR E O LIVRO DIDÁTICO:

- a) Como coordenadora pedagógica, como avalia a Proposta Curricular do Projeto Avançar?
- b) As escolas recebem livros em quantidade suficiente para atendimento de todos os alunos, professores e disciplinas do Projeto Avançar Anos Finais?
 - I. Se sim, isso ocorre logo no início do ano letivo?
 - II. Se não, quais razões impedem?
 - III. O que a coordenação faz para suprir o problema da falta do livro didático, enfim, como a situação é contornada?
- c) Qual seu entendimento acerca da utilização do livro didático no Projeto Avançar por professores e alunos?

3. FORMACAO CONTINUADA PARA PROFESSORES:

- a) Você acha que para um professor atuar em uma sala do Projeto Avançar é necessário fazer uma formação continuada? Por quê?
- b) Durante sua atuação como coordenadora adjunta, a SEDUC ofereceu formação continuada aos professores do Projeto Avançar da rede estadual?
 - I. Se sim, como isso ocorreu?
 - II. Quantas formações foram oferecidas?
 - III. Quantos docentes participaram das formações?
 - IV. Quais as dificuldades encontradas em oferecer a formação?
 - V. Se não, quais razões impediram?
- c) O que é feito por parte da coordenação quando a SEDUC não oferece formações continuadas aos professores do PA?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A GESTORA ESCOLAR

Prezado(a), _____

Sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido. As suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Nome (opcional): _____

Tempo de serviço na SEDUC-AM: _____

Tempo de Serviço na GESTÃO da escola: _____

Formação: _____

1. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR:

a) Em que ano o Projeto Avançar foi implementado na escola em que é gestora?

a) Quais os critérios utilizados para a criação de turmas do Projeto Avançar na escola em que é gestora?

b) Como gestora como foi sua participação no processo decisório de criação de turmas do Projeto Avançar na escola em que atua?

c) Durante o processo de implementação houve a oferta por parte da SEDUC-AM de cursos de capacitação sobre a abordagem da Proposta Curricular para a equipe de professores da escola em que atua?

I. Se sim, Como ocorreu?

II. Se não, Quais razões impediram?

d) Durante os anos de existência do PA na escola em que atua, quais foram as dificuldades encontradas para a realização do projeto?

2. A PROPOSTA CURRICULAR E O LIVRO DIDÁTICO:

a) Como avalia a Proposta Curricular do Projeto Avançar?

b) A escola em que é gestora recebe livros em quantidade suficiente para atendimento de todos os alunos, professores e disciplinas do Projeto Avançar Anos Finais?

I. Se sim, isso ocorre logo no início do ano letivo?

II. Se não, quais razões impedem?

III. O que a escola faz para suprir o problema da falta do livro didático, enfim, como a situação é contornada?

c) Qual seu entendimento acerca da utilização do livro didático no Projeto Avançar por professores e alunos?

3. FORMACAO CONTINUADA PARA PROFESSORES:

a) Você acha que para um professor atuar em uma sala do Projeto Avançar é necessário fazer uma formação continuada? Por quê?

b) Durante sua atuação como gestora, a SEDUC ofereceu formação continuada aos professores do Projeto Avançar da escola em que atua?

I. Se sim, como isso ocorreu?

II. Quantas formações foram oferecidas?

III. Quantos docentes participaram das formações?

IV. Quais as dificuldades encontradas em oferecer a formação?

V. Se não, quais razões impediram?

c) O que é feito por parte da escola quando a SEDUC não oferece formações continuadas aos professores do PA?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PEDAGOGA

Prezado(a), _____

Sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido. As suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Nome (opcional): _____

Tempo de serviço na SEDUC-AM: _____

Tempo de Serviço como PEDAGOGA da escola: _____

Formação: _____

1. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR:

- a) Quais os critérios utilizados para a criação de turmas do Projeto Avançar na escola em que atua?
- b) Para você, como pedagoga como foi sua participação no processo decisório de criação de turmas do Projeto Avançar na escola em que atua?
- c) Durante o processo de implementação do PA houve a oferta por parte da SEDUC-AM de cursos de capacitação sobre a abordagem da Proposta Curricular para a equipe de pedagogos das escolas em que existe turmas do PA?
 - I. Se sim, Como ocorreu?
 - II. Se não, Quais razões impediram?
- d) Durante os anos de existência do PA na escola em que atua, quais foram as dificuldades encontradas para a realização do projeto?

2. A PROPOSTA CURRICULAR E O LIVRO DIDÁTICO:

- a) Como avalia a Proposta Curricular do Projeto Avançar?

b) A escola em que é pedagoga recebe livros em quantidade suficiente para atendimento de todos os alunos, professores e disciplinas do Projeto Avançar Anos Finais?

I. Se sim, isso ocorre logo no início do ano letivo?

II. Se não, quais razões impedem?

III. O que a escola faz para suprir o problema da falta do livro didático, enfim, como a situação é contornada?

c) Qual o seu entendimento acerca da utilização do livro didático no projeto avançar por professores e alunos?

3. FORMACAO CONTINUADA PARA PROFESSORES:

a) Você acha que para um professor atuar em uma sala do Projeto Avançar é necessário fazer uma formação continuada? Por quê?

b) Durante sua atuação como pedagoga, a SEDUC forneceu formação continuada aos professores do Projeto Avançar da escola em que atua?

I. Se sim, como isso ocorreu?

II. Quantas formações foram oferecidas?

III. Quantos docentes participaram das formações?

IV. Quais as dificuldades encontradas em oferecer a formação?

V. Se não, quais razões impediram?

c) O que é feito por parte da escola quando a SEDUC não oferece formações continuadas aos professores do PA?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Prezado(a), _____

Sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido. As suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Nome (opcional): _____

Tempo de serviço na SEDUC-AM: _____

Tempo de Serviço como PROFESSOR da escola: _____

Formação: _____

1. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR:

- a) Quais os critérios utilizados para a criação de turmas do Projeto Avançar na escola em que é professor?
- b) Como professor como foi sua participação no processo decisório de criação de turmas do Projeto Avançar na sua escola?
- c) Durante o processo de implementação do PA houve a oferta por parte da SEDUC-AM de cursos de capacitação sobre a abordagem da Proposta Curricular para a equipe de professores da escola em que atua?
 - I. Se sim, Como ocorreu?
 - II. Se não, Quais razões impediram?
- d) Como professor, qual foi sua expectativa ao ser lotado no Projeto Avançar na escola em que trabalha?

2. A PROPOSTA CURRICULAR E O LIVRO DIDÁTICO:

- a) Como avalia a Proposta Curricular do Projeto Avançar?

b) A escola em que é professor recebe livros em quantidade suficiente para atendimento de todos os alunos, professores e disciplinas do Projeto Avançar Anos Finais?

I. Se sim, isso ocorre logo no início do ano letivo?

II. Se não, quais razões impediram?

III. O que a escola faz para suprir o problema da falta do livro didático, enfim, como a situação é contornada?

c) Qual o seu entendimento acerca da utilização do livro didático no projeto avançar por professores e alunos

3. FORMACAO CONTINUADA PARA PROFESSORES:

a) Você acha que para um professor atuar em uma sala do Projeto Avançar é necessário fazer uma formação continuada? Por quê?

b) Durante sua atuação como professor, a SEDUC e a CREI já forneceram formações continuada aos professores do Projeto Avançar?

I. Se caso a resposta for SIM. Como foi?

II. Se não. Como a escola contorna essa ausência?

c) Durante sua trajetória como professor do PA. Quais os principais entraves encontrados relativos ao Projeto Avançar?

APENDICE F - QUESTOES PARA COMPLEMENTAÇÃO DE ENTREVISTA

QUESTOES PARA COMPLEMENTAÇÃO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DA COORDENADORIA REGIONAL DE ENSINO DE ITACOATIARA (CREI)

O planejamento pedagógico e o papel do pedagogo no Projeto Avançar

- 1- Como é desenvolvido o planejamento pedagógico do Projeto Avançar na CREI?
- 2- Como é desenvolvido o planejamento pedagógico do Projeto Avançar nas escolas da CREI?
- 3- Como é feito o acompanhamento pedagógico do Projeto Avançar nas escolas da CREI?
- 4- Os pedagogos das escolas que oferecem o Projeto Avançar recebem formação para desenvolver esta iniciativa?
- 5- A que atribui essa ausência/oferecimento de formação para o Projeto Avançar?
- 6- Como a atuação do pedagogo pode ajudar no desenvolvimento da prática dos docentes do Projeto Avançar?
- 7- De que forma o pedagogo pode auxiliar no enfrentamento das dificuldades apresentadas pelo professores do Projeto Avançar?
- 8- Por que a Escola Augusto Montenegro não contava com o pedagogo em 2015?
- 9- Descreva as ações tomadas pela Coordenadoria para auxiliar a escola na condução do Projeto Avançar no período em que não teve pedagogo.
- 10- Foi elaborado um planejamento diferenciado para que a escola conseguisse suprir a ausência do pedagogo? Se sim, como era este planejamento e quais os envolvidos
- 11- Quais os impactos o Projeto Avançar sofreu por ter atuado sem o acompanhamento do Pedagogo?

QUESTOES PARA COMPLEMENTAÇÃO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA ADJUNTA PEDAGOGICA DA COORDENADORIA REGIONAL DE ENSINO DE ITACOATIARA (CREI)

- 1- Como é desenvolvido o planejamento pedagógico do Projeto Avançar na

- 2- Como é desenvolvido o planejamento pedagógico do Projeto Avançar nas escolas da CREI?
- 3- Como é feito o acompanhamento pedagógico do Projeto Avançar nas escolas da CREI?
- 4- Os pedagogos das escolas que oferecem o Projeto Avançar recebem formação para desenvolver esta iniciativa?
- 5- A que atribui essa ausência/oferecimento de formação para o Projeto Avançar?
- 7- De que forma o pedagogo pode auxiliar no enfrentamento das dificuldades dos professores do Projeto Avançar?
- 8- Por que a Escola Augusto Montenegro não contava com o pedagogo em 2015?
- 9- Como a Coordenadoria ajudou a Escola Augusto Montenegro a trabalhar sem o pedagogo?
- 10- Descreva as ações tomadas pela Coordenadoria para auxiliar a escola na condução do Projeto Avançar no período em que não teve pedagogo.
- 11- Foi elaborado um planejamento diferenciado para que a escola conseguisse suprir a ausência do pedagogo? Se sim, como era este planejamento?
- 12- Quais os impactos o Projeto Avançar teve por ter atuado sem o acompanhamento do Pedagogo?

**QUESTOES PARA COMPLEMENTAÇÃO DE ENTREVISTA COM A GESTORA
DA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO MONTENEGRO**

O planejamento pedagógico e o papel do pedagogo no Projeto Avançar

- 1- Como é desenvolvido o planejamento pedagógico do Projeto Avançar na Coordenadoria Regional de Ensino de Itacoatiara (CREI)?
- 2- Como é desenvolvido o planejamento pedagógico do Projeto Avançar em sua escola?
- 3- Como é feito o acompanhamento pedagógico do Projeto Avançar nas escolas da CREI?
- 4- Como são feitas as reuniões, quem participa e a frequência. Há reuniões com cada professor?
- 5- Como é feito o acompanhamento pedagógico do Projeto Avançar em sua escola?
- 6- Como a atuação do pedagogo pode ajudar no desenvolvimento da prática dos docentes do Projeto Avançar da escola em que é gestora?

- 7- De que forma o pedagogo tem auxiliado no enfrentamento das dificuldades apresentadas pelos professores do Projeto Avançar?
- 8- Por que esta escola não contava com o pedagogo em 2015?
- 9- Como gestora, qual foi sua ação para ajudar a escola a contornar a falta do pedagogo?
- 10- Foi elaborado um planejamento diferenciado para que a escola conseguisse suprir a ausência do pedagogo? Se sim, como era este planejamento?
- 11- Descreva as ações tomadas pela Coordenadoria para auxiliar a escola na
- 12- Quais os impactos o Projeto Avançar teve por ter atuado sem o acompanhamento do Pedagogo?

**QUESTOES PARA COMPLEMENTAÇÃO DE ENTREVISTA COM O PEDAGOGO
DA ESCOLA AUGUSTO MONTENEGRO**

O planejamento pedagógico e o papel do pedagogo no Projeto Avançar

- 1- A quanto tempo atua como pedagoga?
- 2- A quanto tempo tem trabalhado com o Projeto Avançar?
- 3- Quais as capacitações s já recebeu para atuar com o Projeto Avançar?
- 4- Quais as dificuldades para trabalhar com o Projeto Avançar?
- 5- Como a sua atuação como pedagoga contribui para o desenvolvimento das atividades do Projeto Avançar?
- 6- Como você conduz o planejamento pedagógico do Projeto Avançar?
- 7- Qual a periodicidade e como são as reuniões com os professores para tratar sobre
- 8- Quais os instrumentos que utiliza para fazer o acompanhamento pedagógico? (Fichas, relatórios, registros em ata?)
- 9- Qual o apoio tem recebido da gestão e da Coordenadoria para conduzir o Projeto Avançar?
- 10- Quais as dificuldades tem enfrentado para conduzir o Projeto Avançar na Escola Augusto Montenegro?
- 11- Quais ações tem desenvolvido para ajudar os professores a trabalhar com o Projeto Avançar?

**QUESTOES PARA COMPLEMENTAÇÃO DE ENTREVISTA COM O
PROFESSORES DA ESCOLA AUGUSTO MONTENEGRO**

O planejamento pedagógico e o papel do pedagogo no Projeto Avançar

- 1- A quanto tempo atua como Professor?
- 2- A quanto tempo tem trabalhado com o Projeto Avançar?
- 3- Como foi alocado para trabalhar com o Projeto Avançar?
- 4- Recebeu ou recebe formação para atuar no Projeto Avançar?
- 5- Quais as dificuldades pedagógicas no trabalho com o Projeto Avançar?
- 6- De que forma o pedagogo auxilia em suas dificuldades com o Projeto Avançar?
- 7- Como a pedagoga conduz o planejamento pedagógico do Projeto Avançar?
- 8- Qual a periodicidade e como são as reuniões com o Pedagogo para tratar do Projeto Avançar? (São reuniões com todos os professores ou individuais?)
- 9- Quais os instrumentos que a escola utiliza para fazer o acompanhamento pedagógico? (Fichas, relatórios, registros em ata?)
- 10- Como é o auxílio tem recebido do pedagogo para atuar no Projeto Avançar?
- 11- O que não funciona bem em relação ao apoio pedagógico?
- 12- O que precisa ser melhorado em relação ao apoio pedagógico oferecido pela escola para o trabalho com o Projeto Avançar?
- 13- Como a atuação do pedagogo pode ajudar no desenvolvimento de sua prática docente no Projeto Avançar?
- 14- Como foi o apoio recebido durante o período em que a escola não teve pedagogo no Projeto Avançar?
- 15- Como a gestão ou a Coordenadoria tentaram suprir a falta do pedagogo?

QUESTOES PARA COMPLEMENTAÇÃO DE ENTREVISTA COM O PROFESSORES DA ESCOLA AUGUSTO MONTENEGRO

O planejamento pedagógico e o papel do pedagogo no Projeto Avançar

- 1- A quanto tempo atua como Professor?
- 2- A quanto tempo tem trabalhado com o Projeto Avançar?
- 3- Como foi alocado para trabalhar com o Projeto Avançar?
- 4- Recebeu ou recebe formação para atuar no Projeto Avançar?
- 5- Quais as dificuldades pedagógicas no trabalho com o Projeto Avançar?
- 6- De que forma o pedagogo auxilia em suas dificuldades com o Projeto Avançar?
- 7- Como a pedagoga conduz o planejamento pedagógico do Projeto Avançar?
- 8- Qual a periodicidade e como são as reuniões com o Pedagogo para tratar do Projeto Avançar? (São reuniões com todos os professores ou individuais?)

- 9- Quais os instrumentos que a escola utiliza para fazer o acompanhamento pedagógico? (Fichas, relatórios, registros em ata?)
- 10- Como é o auxílio tem recebido do pedagogo para atuar no Projeto Avançar?
- 11- O que não funciona bem em relação ao apoio pedagógico?
- 12- O que precisa ser melhorado em relação ao apoio pedagógico oferecido pela escola para o trabalho com o Projeto Avançar?
- 13- Como a atuação do pedagogo pode ajudar no desenvolvimento de sua prática docente no Projeto Avançar?
- 14- Como foi o apoio recebido durante o período em que a escola não teve pedagogo no Projeto Avançar?
- 15- Como a gestão ou a Coordenadoria tentaram suprir a falta do pedagogo?

ANEXO A



SEDUC

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS
GERÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL



**Relatório Descritivo Bimestral do Programa de Correção do Fluxo Escolar nos
anos finais do Ensino Fundamental**

Escola: _____

Gestor (a): _____

Pedagogo (a): _____

Educando: _____ Ano (Série): _____

Bimestre Ano Letivo: _____

Aspectos: Cognitivo, Afetivo e Social em:

Língua Portuguesa:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Língua Estrangeira:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Artes:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Educação Física:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Matemática:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Ciências:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

História:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Geografia:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Ensino Religioso:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Observações:

Os Relatórios Descritivos resultam da análise do aproveitamento global do aluno. Com isso, os conceitos bimestrais resultam da análise do aproveitamento do aluno. Assim, a cópia do Parecer Descritivo bimestral ou final deve acompanhar a Guia de Transferência, pois nele está registrado o desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno em cada componente curricular, a outra via desse Relatório Descritivo deve ficar arquivada no Processo Individual do Aluno na Secretaria da Escola;

Os conceitos AVM (Avançou Muito), AV (Avançou) e NAV (Não Avançou), representam o aproveitamento escolar de cada componente curricular;

O aluno é promovido ou retido considerando-se o conceito e a assiduidade. Quanto ao conceito, será promovido o aluno que obtiver o conceito final AVM (Avançou Muito) e AV (Avançou). Quanto à assiduidade, será promovido o aluno que obtiver frequência mínima de 75% exigida pela Legislação Federal e Estadual;

Em caso de transferência o Parecer Descritivo deverá ser elaborado em duas vias, acompanhando uma das cópias e a Guia de Transferência e a outra deverá ser arquivada ao Processo do Aluno;

Equivalência dos Conceitos **NAV** (10, 20, 30,40 e 50), **AV** (60, 70,80) e **AVM** (90 e 100);

Assinatura do (a) Pedagogo (a)

Assinatura do (a) Gestor (a)

Manaus, _____ de _____ de _____.

LEGENDA:

NAV (NÃO AVANÇOU – (10 - 20 - 30 - 40 - 50)

AV (AVANÇOU– (60 - 70 - 80)

AVM (AVANÇOU MUITO (8,0 – 100)

ANEXO B



SEDUC



SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS
GERÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL

**Relatório Descritivo Final do Programa de Correção do Fluxo Escolar nos
anos finais do Ensino Fundamental**

Escola: _____

Gestor (a): _____

Pedagogo (a): _____

Educando: _____ Ano (Série): _____

_____ Bimestre Ano Letivo: _____

Aspectos: Cognitivo, Afetivo e Social em:

Língua Portuguesa:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Língua Estrangeira:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Artes:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Educação Física:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Matemática:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Ciências:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

História:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Geografia:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Ensino Religioso:

Assinatura do (a) Professor (a)

Conceito:

Assinatura do(a) Pedagogo(a)

Assinatura do(a) Gestor(a)

Manaus, _____ de _____ de _____.

Conclusão

Série de Origem

6.º Ano
(5.ª Série)
(6.ª Série)

7.º Ano
(6.ª Série)
(7.ª Série)

8.º Ano
(7.º ano)
(8.º ano)

Conceito

NAV

AV

AVM

Promovido

7.º Ano
(6.ª Série)
(7.º ano)

8.º Ano
(7.ª Série)
(8.º ano)

9.º Ano
(8.ª Série)
(9.º ano)

1.º Ano do
Ensino Médio

Permaneça

6.º Ano
(5.ª Série)

7.º Ano
(6.ª Série)

8.º Ano
(7.ª Série)

Observações:

Os Relatórios Descritivos resultam da análise do aproveitamento global do aluno. Com isso, os conceitos bimestrais resultam da análise do aproveitamento do aluno. Assim, a cópia do Parecer Descritivo bimestral ou final deve acompanhar a Guia de Transferência, pois nele está registrado o desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno em cada componente curricular, a outra via desse Relatório Descritivo deve ficar arquivada no Processo Individual do Aluno na Secretaria da Escola;

Os conceitos AVM (Avançou Muito), AV (Avançou) e NAV (Não Avançou), representam o aproveitamento escolar de cada componente curricular;

O aluno é promovido ou retido considerando-se o conceito e a assiduidade. Quanto ao conceito, será promovido o aluno que obtiver o conceito final AVM (Avançou Muito) e AV (Avançou). Quanto à assiduidade, será promovido o aluno que obtiver frequência mínima de 75% exigida pela Legislação Federal e Estadual;

Em caso de transferência o Parecer Descritivo deverá ser elaborado em duas vias, acompanhando uma das cópias e a Guia de Transferência e a outra deverá ser arquivada ao Processo do Aluno;

Equivalência dos Conceitos **NAV** (10, 20, 30,40 e 50), **AV** (60, 70,80) e **AVM** (90 e 100);

Manaus, _____ de _____ de _____.

Assinatura dos Professores:

L. Portuguesa: _____ Artes: _____ Ed. Física: _____

L. Estrangeira: _____ História: _____ Geografia: _____

E. Religioso: _____ Matemática: _____ Ciências: _____

Gestor (a): _____ Pedagogo (a): _____ Aluno (a): _____

ANEXO C



NOME DO ESTABELECIMENTO: _____
MUNICÍPIO: _____



ATA FINAL DO PROGRAMA DE CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PROJETO AVANÇAR

ANO LETIVO: _____ TURMA: _____ TURNO: _____
ANO DE ORIGEM: _____ ANO DE DESTINO: _____
RESOLUÇÃO: _____

[illegible]

LEGENDAS: NAV – Não Avançou / AV – Avançou / AVM – Avançou Muito / A/A – afastado por abandono / A/T – afastado por transferência.

NOME DA ESCOLA: _____ COORD. DISTRITAL: _____ MUNICÍPIO: _____

ENDEREÇO: _____ TELEFONE: _____

NOME DO (a) GESTOR (a): _____

NOME DO (a) PEDAGOGO (a): _____

NOME DO (a) ALUNO (a): _____ ANO DE ORIGEM: _____

ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____ CEP: _____

TELEFONE RESIDENCIAL: _____ TELEFONE CONTATO.: _____ CELULAR: _____

Sugestão de Indicadores para o preenchimento Bimestral do Relatório Descritivo por componente curricular do Programa de Correção do Fluxo Escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Projeto Avançar

[illegible]

Legenda

CF – Conceito Final **NAV** – Não Avançou **AV** – Avançou **AVM** – Avançou Muito

INDICADORES	1.º BIM				2.º BIM				3.º BIM				4.º BIM				Conceito Final	Ano de Destino
- O aluno participa das atividades extra-classe.																		
- É responsável quanto à entrega de seus trabalhos escolares	NAV	AV	AVM	CF	NAV	AV	AVM	CF	NAV	AV	AVM	CF	NAV	AV	AVM	CF		

- Demonstra interesse, curiosidade e autonomia em aprender.																		
- Tem uma boa conduta na escola																		
- Relaciona-se bem com seus (suas) colegas																		
- Relaciona-se bem com seu (sua) professor (a)																		
- É pontual																		
- Demonstra organização e criatividade nas atividades Pedagógicas																		

Manaus, _____ de _____ de _____

Assinatura do (a) Professor (a)

Assinatura do (a) Pedagogo (a)

Assinatura do (a) Gestor (a)

Legenda

CF – Conceito Final **NAV** – Não Avançou **AV** – Avançou **AVM** – Avançou Muito